

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O PROEJA, SEGUNDO SEUS DOCENTES

NELSON DUARTE DA SILVA

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

O PROEJA, SEGUNDO SEUS DOCENTES

NELSON DUARTE DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Prof. Dr. Gabriel de Araújo Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Dezembro de 2012**

374.0120981

S586p

T

Silva, Nelson Duarte, 1952-

O PROEJA, segundo seus docentes / Nelson Duarte Silva. - 2012.

73 f.: il.

Orientador: Gabriel de Araújo Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 64-66.

1. Educação de adultos - Brasil - Teses. 2. Educação e Estado - Brasil - Teses. 3. Educação inclusiva - Brasil - Teses. 4. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos(Brasil) - Teses. I. Santos, Gabriel de Araújo, 1949- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

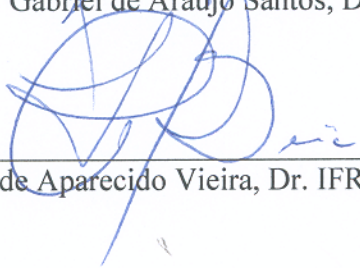
NELSON DUARTE DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/10/2012.



Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



Josimar de Aparecido Vieira, Dr. IFRS - Campus Sertão



Rosa Cristina Monteiro, Dra. UFRRJ

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, depois a minha esposa, meus filhos, minhas netas e meus netos. Dedico também a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para que este estudo se realizasse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter-me dado proteção, força e graça para a realização de mais esta etapa em minha vida.

Meus agradecimentos a todos que comigo conviveram nesse período de aprendizado: aos colegas de turma, a coordenação, professores e aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) pelas condições oferecidas durante a realização deste programa.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, como base de produção do conhecimento e referência de um serviço público de qualidade, minha gratidão.

Agradeço à minha família, em especial à minha esposa Suzana, que com carinho e paciência, souberam entender o motivo da minha ausência, pelo incentivo constante.

Aos professores atuantes no PROEJA do IFRS/Sertão e do IF FARROUPILHA/SV pelo apoio e compreensão, respondendo ao questionário com franqueza, colaborando durante a realização deste estudo.

RESUMO

SILVA, Nelson Duarte. **O PROEJA segundo seus docentes.** 2011. 73f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

O texto faz uma reflexão sobre o PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos, implantado no Brasil em 2005, pelo Decreto nº 5.478. Em 2006, o governo Lula emitiu um decreto estabelecendo que o PROEJA seria um programa de inclusão social e faria parte da política da reforma do ensino profissional do país, direcionado a uma camada da população excluída da educação regular que ultrapassou a idade de escolarização. Diante desta realidade, esta pesquisa tem como objetivo constatar o nível de qualificação, motivação e a visão dos docentes que atuam ou estão envolvidos nesse programa, tendo em vista a expectativa gerada na comunidade escolar ao possibilitar, com esta política educacional, o resgate de uma dívida social acumulada ao longo do tempo junto às camadas populares. Ao completar quatro anos da data da publicação do Decreto de criação do PROEJA, buscamos nesta pesquisa, conhecer os programas de inclusão social implantados no governo Lula e diagnosticar a situação do PROEJA na visão de seus docentes. Por ser instituído por um Decreto, o PROEJA foi implantado nas instituições federais de ensino às pressas e sem tempo de qualificação dos docentes, causando impacto aos profissionais que nele deveriam atuar, pois era uma modalidade de ensino muito diferente da que era tradicionalmente oferecida. Surge assim, uma questão: Qual é o nível de qualificação oferecida aos docentes para atuarem no PROEJA sem comprometer a qualidade imposta pelo Decreto de implantação? O objetivo é verificar se os Docentes atuantes no Programa de Formação Integrada ao Ensino Profissional oferecido no IFRS - Câmpus Sertão e IFFarroupilha - Câmpus São Vicente do Sul, obtiveram qualificação no âmbito do PROEJA, para atuar no programa de forma consciente e satisfatória para formar profissionais qualificados para se inserirem no mercado de trabalho com condições de ingresso e permanência nesse mercado. Para a investigação proposta, tomamos como instrumentos de coleta de dados a literatura sobre o tema, fontes bibliográficas primárias, documentos oficiais e realizamos a aplicação de entrevista ao grupo de docentes envolvidos com o objetivo de verificar se tiveram oportunidade de qualificação, em que nível e constatar o grau de motivação para atuar no PROEJA em seu Câmpus.

Palavras-chave: Inclusão Social, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, qualificação.

ABSTRACT

SILVA, Nelson Duarte. **PROEJA according to teachers**, 2011. 73p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

The text is a reflection about the PROEJA - Program for Youth and Adult Education, established in Brazil in 2005, by Decree number 5478. In 2006, Lula's government issued a decree establishing that PROEJA would be a social inclusion program and make the policy of reform of professional education in the country, targeting a segment of the population excluded from the regular education that is over the age of schooling. Given this reality, this research aims to establish what level of qualification, motivation and vision of teachers who work or are involved in this program, taking into account the generated expectation in the school community by allowing, with this educational policy, the recovery of a social debt accumulated over time along the lower classes. After completing four years of the date of publication of the decree creating the PROEJA, we seek in this research, knowing the social inclusion programs implemented by Lula's government and diagnose the situation of PROEJA according to teachers. Being established by a decree, the PROEJA was implemented in federal institutions of learning in a hurry and no time for qualification of teachers, impacting the professionals that should act on it because it was a kind of teaching very different from that traditionally offered. So, appears a question: What is the level of qualification offered to teachers to work in PROEJA without compromising the quality of implementation imposed by Decree? The goal is to verify if the teachers that work in integrated training programs offered in the Professional Education IFRS – CâmpusSertão and IFFarroupilhaCâmpus - Câmpus São Vicente do Sul, were qualified for the PROEJA, to act consciously in the program to train professionals and satisfactory qualified to enter in the labor market with conditions of entry and stay in this market. For the proposed research, we take as data collection instruments to the literature on the subject, primary literature sources, official documents and conduct the application interview to a group of teachers involved in order to see if had a chance of qualification, at what level and see the degree of motivation to act on its Câmpus in PROEJA.

Key words: Social Inclusion, Youth and Adult Education, Professional Education, qualification.

LISTA DE SIGLAS

EJA	⇒ Educação de Jovens e Adultos
EP	⇒ Educação profissional
FNDE	⇒ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IPEA	⇒ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IFES	⇒ Instituição Federal de Ensino Superior
IFRS/Sertão	⇒ Câmpus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFFARROUPILHA/SVS	⇒ Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
LDB	⇒ Lei de Diretrizes e Bases
MEC	⇒ Ministério da Educação e Cultura
TEM	⇒ Ministério do Trabalho e Emprego
PROEJA	⇒ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC	⇒ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental
PBA	⇒ Programa Brasil Alfabetizado
PBP	⇒ Programa Brasil Profissionalizado
PROJOVEM	⇒ Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PNAD	⇒ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PDE	⇒ Programa de Desenvolvimento da Educação
SETEC	⇒ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEMTEC	⇒ Secretaria de Educação Média, Profissional e Tecnológica
ECA	⇒ Estatuto da Criança e do Adolescente

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Temas discutidos coletivamente entre os docentes noIFRS/Sertão.	45
Tabela 02: Temas discutidos coletivamente entre os docentes IFFarroupilha/SVS– 2010	49
Tabela 03 - Principais dificuldades encontradas na prática docente em cursos de PROEJA, IFRS / Sertão e IFFarroupilha/SVS	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perfil dos Docentes do PROEJA do IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS, 2010,quanto ao Gênero.....	32
Figura 2 – Formação acadêmica dos docentes do Curso PROEJA,IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS. 2010.	33
Figura 03 – Tempo de experiência profissional dos professores na área de educaçãodo Curso PROEJA, IFRS/Sertão e IFFARROUPILHA/SVS2010.....	34
Figura 04 – Tempo de experiência docente na Instituição dos Professores do PROEJA, IFRS/Sertão eIFFarroupilha/SVS 2010.....	36
Figura 05 – Consulta à comunidade externa sobre os cursos oferecidos peloPROEJA, IFRS/Sertão eIFFarroupilha/SVS 2010.....	40
Figura 06 – A adesão ao Proejano IFRS/Sertão eIFFarroupilha/SVS 2010.....	43
Figura 7: Grau de satisfação docente por atuar no Proeja, IFRS/SertãoeIFFarroupilha/SVS. 2010.....	50
Figura: 8: Avaliação do Proeja, IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS. 2010.....	52
Figura 9: Valor da bolsa oferecida inibe a evasão do Proeja, IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS. 2010.	53
Figura 10: Os docentes atuam numa perspectiva transdisciplinar no Proeja, IFRS/Sertão eIFFarroupilha/SVS. 2010.....	54
Figura: 11: Os docente estão sensíveis às especificidades dos alunos do PROEJA, IFRS/Sertão eIFFarroupilha/SVS. 2010.....	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL IMPLANTADOS NO GOVERNO LULA	1
1.1 Programa Brasil Alfabetizado.....	1
1.2 Programa Brasil Profissionalizado	5
1.3 ProJovem	7
1.4 Programa Escola de Fábrica	10
1.5 Proeja	12
2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR NA EJA/PROEJA	16
2.1 Bases teóricas e Metodológicas do Proeja.....	18
2.2 O Processo de Implantação na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica	22
2.3 A Especificidade do Trabalho Docente no Proeja	24
2.4 Demandas Específicas de Qualificação Docente no Proeja	27
3 A VISÃO DOS DOCENTES DO IFRS/SERTÃO E DO IFFARROUPILHA/SVS SOBRE O PROEJA	30
3.1 Perfil dos Docentes	31
3.1.1 Formação acadêmica dos docentes.....	32
3.1.2 Tempo de experiência profissional no Instituto.....	35
3.2 Implantação do Proeja no IFRS/Sertão e no IFFarroupilha/SVS	36
3.2.1 Sobre a participação da comunidade escolar na definição dos cursos oferecidos pelo Proeja	39
3.2.2 A qualificação dos docentes para atuar no Proeja	41
3.2.3 A organização e a dinâmica do trabalho pedagógico nos cursos do PROEJA	44
3.2.4 Expectativas dos docentes em relação ao PROEJA	50
3.2.5 Principais dificuldades encontradas na prática docente em cursos de PROEJA.....	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
5 REFERÊNCIAS	64
6 APÊNDICES	67

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda aspectos referentes a Políticas Públicas de Educação para a Juventude que vêm sendo postas em prática no Brasil, durante o Governo Lula (2003-2009), trata dos principais programas de inclusão social pela educação implantados neste governo, focaliza alguns aspectos da Educação de Jovens e Adultos, como: o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Brasil Profissionalizado (PBP), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA). Para tanto há a necessidade de considerar que vivemos em um país que convive com mudanças significativas nas políticas para a Juventude que por sinal são diversificadas e que buscam o cumprimento dos direitos dos jovens e adultos que, de certa forma, ficaram a margem da sociedade.

As políticas públicas são implantadas visando contemplar um conjunto de ações do governo envolvendo as áreas de educação, saúde e trabalho, que devem ser geridas com recursos financeiros e humanos durante certo tempo, com certa quantidade de ações sociais e de indivíduos.

A história nos mostra que a exclusão dos jovens na sociedade já vem acontecendo há algumas décadas e o grande desafio do governo é sua reintegração à sociedade, proporcionando a elevação da escolaridade. O Governo Lula vem implantando alguns programas de políticas para a Juventude com enfoques e características que tentam amenizar a pobreza, muitos de forma compensatória e sem acompanhamento, que garantam a continuidade por um longo tempo.

A sociedade entende que esses jovens representam um problema social e, para manter a paz social, são criadas políticas públicas no intuito de envolvê-los com programas sociais, dando a ideia de proteção e a possibilidade da ampliação de seus direitos como cidadãos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990, é um marco legal que ampliou os direitos dos jovens e se propôs a transformar o estatuto dos jovens que estavam em processo de exclusão social ou em conflito com a lei, com o controle do Estado sobre a sociedade, principalmente daqueles jovens que estavam na base da pirâmide social.

Para Sacramento (2005, p. 01),

As políticas públicas adotadas no mundo e, especificamente, no Brasil, necessitam mudar a visão de juventude, para que os jovens tenham oportunidade de participar ativamente da sociedade em que estão inseridos.

Essas políticas, por sua vez, produzem alguma capacidade de impacto na sociedade. Ainda temos a ideia de que os jovens representam o futuro do país e que, desenvolvendo-se programas sociais, haverá possibilidade de formação de valores e atitudes para uma nova geração. Para pôr em prática algumas ações governamentais, no campo de políticas públicas, há a necessidade de se fazerem parcerias com instituições públicas para sua execução, com o propósito de combater os problemas que afetam a juventude.

Quando falamos em políticas públicas para a educação da juventude, logo pensamos em contemplar somente a camada da sociedade composta de jovens carentes, esquecendo que os jovens de classe média também têm problemas de capacitação e

inserção no mundo do trabalho, falta de perspectiva para o futuro, necessidade de contribuir para o planejamento e desenvolvimento da nação. Geralmente esses programas são compensatórios e, para usufruí-los, os jovens têm que comprovar que são carentes, aí então se inicia um processo de exclusão de uma fatia da sociedade que também são cidadãos. O ideal, portanto, seria a implantação de políticas públicas de educação, saúde e trabalho, que contemplassem todos os jovens sem distinção de classe, possibilitando a inserção dos mesmos no mundo do trabalho de forma consciente.

Podemos citar algumas áreas de intervenção voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos jovens, que falharam devido a pouca participação dos jovens no planejamento e na implementação de atividades a eles destinadas, através dos programas sociais, tais como: saúde, educação, esporte, prevenção de acidentes e ao uso de drogas, educação no trânsito, preservação do meio ambiente, combate à violência, qualificação, inserção no mercado de trabalho.

Ainda é alta a taxa de exclusão de jovens carentes na sociedade de uma forma geral, a falta de acesso à educação e à informação agrava a situação dos jovens da periferia das grandes cidades e da área rural, colocando-os em situações de risco e de isolamento.

A Constituição Federal, em seu artigo 205 prevê que:

Art., 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Educar, nessa concepção, significa contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre a realidade vivida e para o engajamento em sua transformação, possibilita ao educando realizar a leitura do mundo, através de sua própria palavra e valorizar sua própria cultura, seu modo de pensar, conhecer o sujeito que conhece letras, números, cálculos, leituras, elaborar explicações sobre situações de sua vida e da sociedade e, ainda, promove inclusão no mercado de trabalho.

A ampliação da escolaridade, o enfrentamento da pobreza, a inserção laboral e a prevenção do delito são aspirações dos jovens com vistas a sua realização como sujeitos de direitos. A legislação brasileira que trata da educação de jovens e adultos estabelece como princípios a inclusão dessa camada da população nos sistemas educacionais de forma gratuita e, muitas vezes, compensatória. Entende a educação como direito e para toda a vida; o trabalho como princípio educativo fundamentado na compreensão da condição humana de ação transformadora no mundo, na pesquisa como fundamento da formação do sujeito e a garantia de que jovens e adultos trabalhadores constroem suas identidades respeitando a diversidade num conjunto de relações e ações sociais.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, na Seção V, trata exclusivamente da Educação de Jovens e Adultos. Não faz referência apenas à oportunidade de acesso a Escola em idade própria, mas também ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais que poderão ser aferidos e reconhecidos pelas instituições de ensino, credenciadas para tal.

O ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional, nos moldes do PROEJA vem tentando possibilitar a inclusão social, mas restringe seu alvo aos indivíduos que regularmente não tiveram oportunidades de estudos em idade própria de forma continuada.

Por isso mesmo, quando se fala de uma parcela significativa de trabalhadores sem qualificação profissional, sem a educação básica completa e, em algumas situações mais críticas, sem formação e desempregados, é importante que se compreenda qual o

papel da Educação de Jovens e Adultos e a legislação que rege essa modalidade de ensino, bem como, a significação que a EJA detém na sociedade brasileira atual.

As instituições que tratam da educação profissional e tecnológica, historicamente, pautaram suas ações pela preocupação com a inserção e permanência dos jovens e adultos no mundo do trabalho. Porém, a revolução tecnológica e as mudanças constantes no perfil desejado de trabalhador, além dos papéis no processo de produção, trouxeram um desafio muito interessante para as instituições de ensino e para os educadores: valorizar e fortalecer a educação básica, desenvolvendo atitudes e competências, não apenas para o prosseguimento nos estudos, mas como base humanística de preparação para o trabalho.

Nesse sentido, nova legislação oriunda do Governo Federal busca diversificar as oportunidades de organização de cursos e programas que possam integrar a educação básica com a educação profissional. Se bem conduzido, esse processo permitirá a articulação com a formação profissional de jovens e adultos e, simultaneamente, a qualificação profissional.

O PROEJA, instituído pelo Decreto 5.478/05, de 24 de junho de 2005, do Governo Federal tem como alvo, prioritariamente, o atendimento a demandas constituídas por segmentos sociais e profissionais ainda não privilegiados em termos de formação e de encaminhamento profissional. Muitos jovens e adultos precisam se manter no emprego e os desempregados precisam se capacitar para conseguir uma colocação profissional.

A formação profissional representa uma possibilidade de melhorar de vida ou de ter uma função mais especializada e, conseqüentemente, melhorar sua condição de vida. Assim a extensão desse programa às instituições de ensino federal constituiu um desafio para a identificação de demandas específicas que pudessem proporcionar a formação de forma integrada, pudessem oportunizar o acesso à qualificação e a uma condição de vida mais justa.

Diante dessas considerações, esse trabalho de pesquisa foi desenvolvido através de um estudo exploratório descritivo com levantamento e interpretação qualitativa dos dados.

A pesquisa foi realizada em dois lugares distintos, sendo o IFRS – Câmpus Sertão, localizado no município de Sertão-RS; e o IF Farroupilha – Câmpus São Vicente do Sul, localizado no município de São Vicente do Sul- RS. A atividade foi realizada em uma única etapa, usando como instrumento para a coleta dos dados um questionário sem identificação, composto por 29 questões, abertas e fechadas.

Os sujeitos que responderam ao questionário são um grupo de vinte e seis docentes atuantes no PROEJA dos dois câmpus investigados, que enriqueceram a análise e discussão do tema, tendo em vista a especificidade de serem professores que atuam no PROEJA.

Nesse sentido, é importante que se busquem algumas referências importantes de pensadores que sempre defenderam a justiça social e acreditam que a cidadania deve ser uma meta ao alcance de todos.

O ideário pedagógico de Paulo Freire efetivamente inspirou, juntamente com suas propostas sobre Educação de Jovens e Adultos, os principais programas voltados para atendimento à educação popular e de cidadãos que ainda não tiveram acesso à educação básica completa.

Segundo Freire (1979, p. 131), “a educação é uma prática política, tanto quanto qualquer prática política é pedagógica. Não há educação neutra. Toda educação é um ato político”.

O mercado de trabalho hoje está a desafiar aos postulantes para a necessidade de qualificação: educação básica e conhecimento técnico profissional. Para justificar, os indivíduos deverão evidenciar atitudes e competências que os levem a competir e permanecer no mercado do trabalho, bem como dominar as tecnologias de massa que

chegaram de forma maciça e desafiadora. Diante de um mercado competitivo, existe a necessidade de que a fluência comunicativa, tanto na fala quanto na escrita, seja aprimorada e a escola precisa desempenhar esse papel de mediadora para o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas que possibilitem, não apenas a certificação e a oficialização dos saberes já adquiridos pelos alunos, mas também a possibilidade de que esses conhecimentos e habilidades sejam aprimorados e contribuam para facilitar o acesso à compreensão da cultura, da arte, da comunicação e das leituras de mundo.

Por isso, há a necessidade de que a escola atenda os jovens e adultos de forma versátil, ao ponto de associar ao máximo os conteúdos propostos para a formação profissional à realidade já conhecida, para que a aprendizagem esteja relacionada com a inserção social e o desenvolvimento pleno da cidadania.

1 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL IMPLANTADOS NO GOVERNO LULA

Este capítulo tem por objetivo abordar os programas de educação inclusiva, implantados pelo governo Lula, destinados aos jovens, adultos e idosos, a partir do seu primeiro mandato, no ano de 2003, bem como constatar se tais programas respondem às crescentes necessidades formativas da juventude e das pessoas adultas no Brasil, levando em consideração a inclusão social, a flexibilidade e a inserção no mercado de trabalho, bem como a contradição entre o discurso e a realidade desta modalidade de educação. Dessa forma, encontram-se elencados na sequência do capítulo os principais programas dessa natureza implantados pelo governo Lula.

1.1 Programa Brasil Alfabetizado

Sabemos que o Brasil nasceu analfabeto, pois nossos habitantes eram índios e não civilizados. Nesse contexto, os colonizadores, através dos jesuítas, começaram um trabalho educativo, porém, de natureza excludente, uma vez que, a partir daí, desenvolve-se a ideia de que ler e escrever representam domínios importantes, mas não para todos. Infelizmente, esta cultura acompanhou toda a história do Brasil, pois sempre tivemos analfabetos como resultado da exclusão aos meios tecnológicos do saber.

Após assumir, no ano de 2003, a presidência do governo brasileiro, em seu primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou prioridade do Governo Federal a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), contando também com a participação dos órgãos públicos estaduais, municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos, foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com o objetivo de ser uma porta de acesso à cidadania, pois se baseia na ideia de que todo o cidadão deve saber ler e escrever, possibilitando dessa forma a inclusão educacional.

O PBA vem sendo realizado pelo governo, desde o ano de 2003, através do MEC. Trata-se de um programa voltado para o atendimento da alfabetização de jovens, adultos e também de idosos. Tem como primeiro objetivo despertar o interesse de uma massa marginalizada da população que não teve acesso à escola em idade regular, portanto sem condições de elevação do nível de escolaridade. Este programa é considerado por parte do Governo uma porta aberta para o acesso à cidadania daqueles que não tiveram a oportunidade ou foram excluídos logo no início do processo de escolarização.

O PBA está sendo desenvolvido em todo o território nacional brasileiro e atende a um grande número de municípios, com atenção mais especial para os municípios da região do Nordeste, onde se concentra o maior número de municípios com grande quantidade de analfabetos.

Segundo informações do www.portal.mec.gov.br, o Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. Podem aderir ao programa, por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Segundo dados do Censo Escolar 2007 e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o Brasil possui a oferta de educação de jovens e adultos (EJA) de 2.265.979 matrículas, incluindo a oferta nas esferas municipal, estadual e federal. No entanto, a demanda potencial é de 33.812.098. Além disso, no Brasil, havia 9.133.900 trabalhadores sem qualificação, desses 1.676.000 possuíam alguma experiência e qualificação profissional, em uma demanda potencial de 7.457.800 trabalhadores sem qualificação profissional em busca de uma oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a meta principal é a eliminação do analfabetismo de adultos em nosso País, que surge de um processo estratégico de (re)inserção de jovens e adultos no sistema escolar, garantindo o direito do cidadão e um espaço privilegiado para o acesso, a discussão, a partilha, a crítica e a construção de modos diversificados e mais democráticos de relação com o mundo da leitura e da escrita. É, também, a perspectiva da continuidade dos estudos dos jovens e adultos brasileiros, iniciada com a alfabetização, que deverá se estender até a profissionalização.

De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em informações disponíveis no site institucional da unidade, para compor o quadro de alfabetizadores, o Ministro da Educação conta preferencialmente com os professores que já trabalham na rede pública, condicionando esses profissionais a exercer esta atividade em seus contra turnos. Para tal, o Governo oferta uma bolsa como remuneração extra. Porém o Programa aceita qualquer cidadão como alfabetizador desde que tenha concluído o Ensino Médio, tenha alguma experiência anterior com EJA e tenha feito um cadastro junto às secretarias de educação municipal e ou estadual com a finalidade de receber uma formação adequada para o desempenho da referida função.

No ano 2007, o Programa sofreu uma reformulação e, a partir de então, o Governo Federal passou a pagar os valores das referidas bolsas aos alfabetizadores e aos coordenadores atuantes no Programa diretamente em suas contas correntes, conforme os valores a seguir.

- I – Bolsa classe I: Valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o alfabetizador com turma ativa de jovens, adultos e idosos;
- II – Bolsa classe II: Valor de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) mensais para o alfabetizador com turma ativa que inclua jovens, adultos e idosos com necessidades educacionais especiais, a população carcerária e aos jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas;
- III – Bolsa classe III: Valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o tradutor-intérprete de LIBRAS que auxilia o alfabetizador com turma ativa que inclui jovens, adultos e idosos surdos;
- IV – Bolsa classe IV: Valores de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o coordenador de turmas de jovens, adultos e idosos;
- V – Bolsa classe V: Valores de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o alfabetizador com 2 (duas) turmas de alfabetização ativas. (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 set. 2009.)

Os investimentos do Governo Federal no PBA vão além da pequena remuneração, via bolsas, dos seus coordenadores de turmas e alfabetizadores. O MEC/FNDE faz repasses de verbas para os estados e municípios, para que estes possam garantir: a formação dos alfabetizadores, que nem sempre são professores; alimentos

para a merenda escolar; materiais escolares pedagógicos, enfim, todo o apoio ao professor.

Para se ter uma ideia a respeito dos números mostrados pelo Programa, o sítio do MEC- Programa Brasil Alfabetizado, divulga que: “O Brasil Alfabetizado atendeu 9,9 milhões de jovens e adultos desde sua criação até 2008. Naquele ano, a União aplicou R\$ 245,8 milhões no programa. Em 2009, cerca de 2 (dois) milhões de alfabetizandos devem ser atendidos.”

Não é apenas esta ação que o Governo tem em andamento, existem outras também, como tal podemos citar:

- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos, que só no ano 2008 distribuiu 1,7 milhões de livros didáticos através do Programa Brasil Alfabetizado;
- Programa Educação nas Prisões, para o qual o Governo Federal destina recursos para serem aplicados na formação de professores e gestores e também para constituição ou ampliação de acervo bibliográfico;
- Projeto Olha Brasil, em parceria com o Ministério da Saúde, tem por objetivos, identificar e corrigir problemas visuais, numa tentativa de diminuir a evasão escolar e facilitar o acesso da população escolar a consultas oftalmológicas e aquisição de óculos para alunos da rede pública de educação básica e do Programa Brasil Alfabetizado.

Através do PBA, o Governo vem estimulando a população para a obtenção do registro civil e documentações básicas necessárias para o exercício de cidadania, bem como, distribuindo cartilhas com orientações. É através desse Programa que o Governo faz campanha contra o trabalho escravo, para isso criou o Almanaque do Alfabetizador com o título “Escravo, nem Pensar” para despertar a consciência da comunidade escolar, com a intenção de que os educando se transformem em multiplicadores dessa campanha.

Quanto à formação de educadores, existe um compromisso do MEC, através do PBA, no que tange à formação de alfabetizadores. Para uma formação mais específica de professores, o MEC financiará as instituições públicas de educação superior, instituições comunitárias de ensino superior e instituições de educação profissional e tecnológica, com o objetivo de fornecer cursos de formação continuada na modalidade EJA, no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. Conforme o FNDE, a partir PDE, lançado em abril de 2007, o PBA mudou o seu conceito,

Pois prevê a erradicação do analfabetismo e o progressivo atendimento a jovens e adultos, assim passou-se a ser vista a questão da alfabetização como responsabilidade solidária de União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Para tanto o programa passou a contar com um recurso de 315 milhões em 2007, quando já havia contado em 2006 com 207 milhões. E o valor repassado ao aluno passou para R\$ 200,00. E foi previsto para o ano de 2009 um recurso de 217,5 milhões. O programa atende todo o Brasil se bem que o MEC deu prioridade a um grande número de municípios que possuem mais de 35% da população com 15 anos ou mais, analfabetos.(Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 set. 2009.)

Esses municípios recebem apoio financeiro para capacitar os alfabetizadores antes do início das aulas e durante todo o período do curso de alfabetização de acordo com as normas do programa. A formação e a qualificação dos professores são condições fundamentais para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, que deve ser adequado aos jovens, adultos e idosos.

Aos municípios cabe localizar e mobilizar os analfabetos, fazer a seleção dos professores, coordenar e supervisionar sua capacitação. A União se encarrega de pagar bolsas aos alfabetizadores e destinar recursos para material didático, alimentação e transporte dos alunos, para a aquisição de óculos de grau para alunos que necessitem, e para a supervisão das turmas. Os municípios chegam a receber 80% dos recursos, para isso precisam assumir mais responsabilidades tais como: definir metas e diretrizes, elaborar planos anuais de alfabetização.

Nesse aspecto, temos que reconhecer que o governo Lula retomou esta iniciativa e que acredita nela, pois tem feito grandes investimentos em educação e, em especial, na referida educação inclusiva que contempla a alfabetização de jovens, adultos e de idosos.

Observando o exposto até aqui, verificamos alguns números relativos à aplicação de verbas do governo para o PBA. Os números podem ser grandes mas ainda não é suficiente para contemplar todos os analfabetos do país. Nota-se a fragilidade dos recursos quando um governo privilegia uma região de seu país em detrimento das demais.

Se o problema é a alfabetização do Brasil, essa política não pode ser concentrada em determinadas regiões ou em determinados Estados, aparentando um projeto eleitoral. Acreditamos que devem ser revistos os critérios de distribuição dessas verbas, pois todos os brasileiros analfabetos têm direito a serem alfabetizados, independentemente de sua localização e condição social.

O PBA é mais um programa de educação inclusiva que tem bons propósitos, mas que está se desenvolvendo de forma um tanto isolada, com pouco acompanhamento por parte de MEC, principalmente no que se refere à qualificação de seus docentes e acompanhamento da frequência dos alunos.

Acreditamos que o programa é frágil, principalmente, quanto aos alfabetizadores envolvidos. O governo vem aproveitando os professores da rede pública municipal e estadual de ensino, que, em geral, são mal remunerados e já têm carga horária excessiva, trabalhando dois turnos diários na alfabetização de crianças. É oferecida uma bolsa de R\$ 250,00 para ocupá-los por mais um turno de trabalho. Para complementar os baixos salários, esses docentes se submetem a sobrecarga de trabalho sem se preocupar com a qualidade do ensino oportunizado. Muitos, depois de passar o dia inteiro dentro de uma sala de aula alfabetizando crianças, à noite enfrentam uma turma de alunos com características totalmente diferentes e sem que se deem conta de que precisam trabalhar de uma forma diferenciada, com o desafio de motivar e alfabetizar jovens, adultos e idosos. Questionamos: Será que esse profissional fará um trabalho de qualidade que responda ao que propõe o PBA? A nosso ver parece impossível. Não seria mais adequado reajustar seus salários, deixando-os em suas atividades normais, e capacitar profissionais específicos para trabalharem com os jovens e adultos, com entusiasmo e dedicação, provendo esse programa do valor que merece?

O Brasil tem ainda uma dívida muito grande com a educação dos jovens e adultos, reparar totalmente esta dívida é uma questão de tempo e competência, porém urge a implantação de políticas públicas eficientes, capazes de mudar esta situação de miséria e desinformação. A implementação de políticas de emprego e renda devem ser agregadas as de qualificação. Esta realidade só se modificará quando o governo substituir os programas assistencialistas por programas que gerem emprego e renda para a parcela da população

que continua à margem da sociedade. Não adianta reintegrar jovens e adultos à escola se não conseguem depois se inserir no mercado de trabalho de modo a gerar renda.

1.2 Programa Brasil Profissionalizado

O PBP é mais uma ação do Governo Federal como política de inclusão social. Foi instituído através do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, com o seguinte objetivo:

Art. 1º: Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (BRASIL, 2007).

No que tange à promoção da modernização e expansão das redes públicas de ensino médio e integrado à educação profissional, devemos observar o decreto em seu parágrafo único que estabelece como sendo objetivos do Programa Brasil Profissionalizado:

- I. expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II. desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III. propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV. fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade à distância;
- V. contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI. incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- VII. fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- VIII. fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

O programa Brasil Profissionalizado tem por objetivo fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do Governo Federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. O programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

O PBP visa também proporcionar a melhoria da aprendizagem. Para tanto há a necessidade de constatar os indicadores sociais da região, tais como analfabetismo, nível de escolaridade, taxa de desemprego, a vocação regional da economia, nível de violência e criminalidade de jovens e adultos entre 18 e 29 anos de idade, para que o PBP seja desenvolvido com eficiência.

Com esse programa o Ministério da Educação visa incentivar a expansão das matrículas no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica na rede pública estadual. Inicialmente planejou investir em construções de escolas, reformas de escolas públicas de ensino médio e profissional, melhoria da qualidade de gestão e das práticas pedagógicas, expandindo o número de matrículas no ensino médio integrado, incentivando o retorno de jovens e adultos à escola, além disso, aproximando, nos períodos de estágios, a educação escolar com o ambiente de trabalho. A prioridade desse programa é atender o ensino médio integrado e o PROEJA. Mas também pode atender as formas: concomitante e subsequente.

O PBP tem como meta o financiamento, a ampliação e a qualificação da oferta de educação profissional e tecnológica de nível médio nas redes estaduais de ensino. É um programa finito, pois está previsto para ser executado de 2008 a 2011. Nesse período tem como perspectiva atender 750 escolas em 500 municípios e a meta de matricular 800 mil alunos, capacitar 14 mil professores e construir 2.500 laboratórios. (MEC/SETEC, 2009)

O PBP visa retomar e incentivar o surgimento de um ensino médio com sua base científica reforçada e com uma mínima articulação nacional, por via do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, com a nova lei de estágios para todos os alunos do Ensino Médio, com a profissionalização em caráter especial para jovens e adultos (PROEJA) e com o ensino técnico à distância (E-Tec Brasil) através da educação profissional, pública e gratuita, voltada para o mundo do trabalho atual, com a perspectiva de reparar os danos de governos anteriores.

Retoma a educação profissional com novas e significativas concepções. Uma, de caráter geral, implica que a educação profissional seja gratuita e voltada para todos os cidadãos com o propósito de prepará-los para o mundo do trabalho. Outras três concepções são mais específicas: a permanente oportunidade da elevação de escolaridade; a possibilidade da criação de itinerários formativos e a de ser uma forma atrativa de incentivar o retorno de jovens e adultos à escola.

Para Colombo (2008, p.04),

Preparar para o mundo do trabalho vai além da mera preparação para o mercado. Pois significa que além de receber formação para ter acesso ao emprego, deve ter o conhecimento suficiente para uma gestão autônoma e empreendedora, como também para sua família e para sua vida pessoal. O mundo do trabalho não é só o que o capital oferece, mas também o que o próprio cidadão pode construir e iniciar, ser um gerador de emprego e renda também. Implica ainda ser um cidadão capaz de interagir social e civicamente, e estar preparado para a flexibilidade permanente. Para isso, tem que ser portador de competências, habilidades e de conhecimento que poderão advir aliando-se formação profissional com aumento da escolaridade.

Nossas considerações é que este programa foi criado para ser um dos mais dinâmicos e eficazes programas de inclusão social lançados nos últimos tempos pelo Estado. Mas já nasceu com período de vida pré-determinado, correndo o risco de, quando de fato começar a dar resultados, estar sendo encerrado, pois precisa cumprir seus objetivos em um curto espaço de tempo. Os seus objetivos são bem definidos teoricamente, mas atualmente o PROEJA funciona sem inspeção efetiva do MEC, o que condena o programa lentamente ao descaso e ao fracasso.

Observamos que é um programa que poderia promover a expansão da formação profissional no Brasil e a melhoria da qualidade da educação articulando a formação geral

com formação profissional, integrando a escola aos meios produtivos, incentivando aumento de matrículas (inserção) nas esferas de ensino. Apresenta um modelo de ensino médio e incentiva o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar. Algumas iniciativas nesse sentido já vêm acontecendo, mas de maneira pouco lenta e tímida ainda, em relação à dinâmica aparente do programa. A princípio nos pareceu que este programa traria a solução de todos os problemas que a educação de jovens e adultos tem enfrentado ao longo de sua história.

Acreditamos que este programa, assim como outros implantados pelo Estado ao longo do tempo, teve pontos positivos, entre os quais se destacam: a possibilidade do retorno de jovens e adultos que estavam por algum tempo afastados da escola; a oportunidade da aceleração dos estudos com a chance de profissionalização, de forma gratuita, em curto prazo de tempo ea inserção no mundo do trabalho, mesmo que seja para poucos. Se parte desses objetivos se concretizarem, o programa já terá cumprido seu papel, pois possibilitou a articulação da formação geral com a formação profissional atrelada com formação humanística, até o seu final em 2011.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (doravante, denominada simplesmente de “Rede Federal”), com a criação de novas unidades, avança num novo modelo de instituição (que são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), para atender às demandas da educação nacional, inclusive a EJA. Os Institutos Federais vão colaborar na ampliação de vagas para a formação de profissionais, articulando-se para atender as demandas de cada Estado.

1.3 ProJovem

O PROJÓVEM foi implantado através da Medida Provisória Nº 238, de 01/02/2005, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para Frigotto, (2005, p. 1.102),

O programa tem a finalidade de proporcionar a formação dos jovens por meio de uma associação entre a formação e a escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação com certificação de formação inicial e continuada e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O PROJÓVEM é direcionado aos jovens de 18 a 24 anos, que concluíram a quarta série, mas ainda não concluíram a oitava série do ensino fundamental, quando momento do ingresso no programa não estejam estudando e que não possuem nenhum vínculo formal de trabalho. A formação do PROJÓVEM compreende atividades de formação escolar de 800 horas; sendo 350 horas de qualificação profissional e 50 horas de atividades de desenvolvimento de ações comunitárias, somando uma carga horária de 1.200 horas de atividades presenciais e 400 horas de atividades programadas não presenciais.

O PROJÓVEM tem como objetivo realizar a reinserção dos jovens na escola, capacitando-os e mapeando as oportunidades no mundo do trabalho, através de ações comunitárias, da inclusão digital como processo de inserção produtiva e da comunicação. Este programa na verdade atende uma parte da população brasileira formada por jovens que ainda têm o direito de ter uma oportunidade de profissionalização e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida, como crescimento escolar, social e profissional.

Este programa leva em consideração um projeto político-pedagógico com diretrizes que poderão proporcionar aos jovens cursos de 1.600 horas, dividido em 12 meses, com carga horária diária de 05 horas, concedendo, ainda, a todos os alunos matriculados uma bolsa auxílio de R\$ 100,00. É uma tentativa de promover o retorno dessas pessoas à escola, inserindo-as, ao mesmo tempo, no mundo do trabalho, para torná-las seres produtivos e participantes na sociedade.

Após a conclusão do PROJOVEM, os alunos têm direito à certificação ou diplomação, a qual os habilita a conseguir um lugar no mercado do trabalho e oportuniza, desta forma, a conclusão da educação fundamental aliada à preparação profissional.

Iniciativas desse tipo tendem a contemplar um percentual da população com características assistenciais e compensatórias. Tais políticas públicas são direcionadas para os jovens com baixa escolaridade, que comprovem a carência financeira. Sendo assim, outro percentual da população, (jovens de classe média), com as mesmas necessidades ficam condenados ao descaso, pois pelas suas condições financeiras ficam fora dos programas de elevação da escolaridade com oportunidades de profissionalização, oferecidos pelo governo, levando-os a atuarem em trabalhos precários ou subempregos e, muitas vezes, a trilharem caminhos que os levam à marginalização.

Algumas atitudes deveriam ser levadas em consideração para que as políticas públicas da educação contemplassem todos os jovens que precisam ser inseridos no mercado de trabalho e ter novamente acesso à educação, tais como políticas de emprego e de transição escola-empresa. Deveria ser feito um amplo debate social envolvendo os jovens, oportunizando a eles a participação no planejamento e execução de programas com características próprias, possibilitando que participem ativamente desta sociedade que está a sofrer constante transformação.

Destacamos também a necessidade de se implantarem políticas públicas direcionadas aos jovens que residem na zona rural, para que possam ter a possibilidade de vislumbrar perspectivas de uma vida melhor.

Segundo Frigotto (2005, p. 1.103),

Na delimitação do universo de jovens encontram-se diferentes particularidades, deve-se reconhecer que outra quantidade trabalha com a família em minifúndios ou como arrendatários ou assalariados do campo. Outros ainda vivem em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Para essa parcela da população, foi criado o PROJOVEM Campo - Saberes da Terra, o qual oferece qualificação profissional e escolarização direcionados aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação dessa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos povos do campo.

Todos esses jovens, mesmo com suas especificidades, se não participarem de programas de inclusão social estão condenados a ingressar no mundo do trabalho de forma precoce; formal ou informalmente ou no mundo da marginalidade.

Para tanto, entendemos que há a necessidade de expandir essas ações de imediato, para atender as particularidades e a diversidade dos diferentes grupos, oportunizando mudanças significativas para diminuir as desigualdades sociais e estruturais da nossa sociedade. Salientamos a importância da visibilidade na imprensa, como um programa com ações rápidas e distintas, que contemplem as expectativas de uma camada da população

jovem em busca de oportunidade de inserção no mundo do trabalho, que seja voltado aos grupos de baixa escolaridade, que estão fora do mercado formal e da escola, na faixa etária mais exposta ao risco de violência, como vítimas ou algozes.

Para Santos (2006. p.1):

Apesar do significativo aumento da população juvenil brasileira na virada do século, o Brasil não se preparou para atender às necessidades básicas desses brasileiros. Faltam-lhes escolas de boa qualidade, segurança, emprego e políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida.

O acesso e a permanência de todos os jovens à educação básica de qualidade com a garantia de uma renda mínima para assegurar a permanência na escola até a conclusão do ensino médio, com possibilidade de adquirir uma formação profissional desejada, seria uma forma de encaminhar de uma forma geral todos os jovens que se encontram em idade regular de estudos, gerar emprego e renda e garantir gradativamente a redução das desigualdades sociais de nosso país.

A partir da emissão do Decreto nº 5.154/2004, teve-se a impressão de que começaria a luta contra as desigualdades sociais, pois nele determinava-se que a educação nacional se desenvolvesse por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de nível médio, técnico de nível médio, tecnológico de graduação e de pós-graduação. Em seu artigo 3º, refere:

Art.3º – Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do artigo 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social (BRASIL, 2004).

Um diagnóstico realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) estimou em cerca de quatro milhões o número de jovens em condições de aderir ao Programa no Brasil todo (IPEA, 2005). Somente nas dez regiões metropolitanas de capitais, estariam mais de 1,2 milhão. A meta original era atingir 400 mil matrículas, em todas as capitais, em dois anos de Programa. Usando outra metodologia, para 2006, uma equipe do grupo de avaliação do Plano estimou em 1,3 milhão, o público potencial nas cidades com mais de 300 mil habitantes.

Concebido e implantado entre o fim de 2004 e 2005, o PROJOVEM entrou em funcionamento em quase todas as capitais do país até o fim de 2005, com material didático totalmente concebido com vistas ao Programa, inclusive o dedicado à qualificação profissional. Diversos grupos técnicos se envolveram na geração do material, para possibilitar aos jovens condições que os motivassem a permanecer e concluir esta etapa de escolarização. Mesmo assim, sempre foi expressiva a evasão, característica comum da EJA, pois os problemas provenientes das condições de vida são relevantes, mas destaca-se também a má experiência escolar como fator principal associado ao abandono precoce da escola, antes da conclusão do ensino fundamental.

Para Costa (2008, p. 5 e 6),

Restam, porém, muitas dificuldades e dilemas. O formato de convênio com prefeituras municipais, mantendo uma forte centralização nas

regras, procedimentos e suporte financeiro, impõe problemas gerenciais, típicos da divisão de esferas de comando e da dimensão nacional do Programa, com execução localizada. Grandes atrasos na aquisição, distribuição e instalação dos computadores podem ser considerados uma decorrência. Por outro lado, avolumaram-se de forma impressionante os relatos de problemas de acolhimento do Programa e seus alunos nas escolas. A hostilidade aberta ou a relação claramente utilitária encontrada em muitas escolas revela, mais uma vez, a pertinência das perguntas: seria o PROJOVEM mais um programa “enxuga gelo”? Não seria mais adequado investir o esforço e os recursos na rede escolar? Difícilmente, porém, esse público seria resgatado pela escola, sem os outros componentes de atração que o PROJOVEM tenta encetar.

Entendemos que o PROJOVEM é mais uma medida tomada pelo Governo Federal na tentativa de alcançar objetivos, propostos ainda em período de campanha, quanto à formação e qualificação dos jovens brasileiros. Com este programa o Governo demonstra não estar medindo esforço na tentativa de aproximar os jovens das escolas propondo, em curto espaço de tempo, inseri-los no mercado de trabalho.

Observamos que o Programa mostra uma característica um tanto excludente, ao contemplar apenas os jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos de idade. Ele não abrange o grande contingente de jovens que, embora enfrentando as mesmas dificuldades, não podem usufruir do benefício por estarem fora desta faixa etária e ou por não pertencerem a essa camada da população caracterizada como carente.

Para que as políticas públicas de educação implantadas pelo governo se concretizem de fato, há a necessidade de divulgá-las entre a população, como ações de política de elevação da escolaridade, geração de emprego e renda que possibilita o incremento de postos de trabalho para a juventude.

Quando se fala em qualificação profissional, acreditamos que o fator qualificação exige mais tempo e não pode ser oferecida em cursos de pequena duração. Ela vai além de um simples e rápido treinamento prático (algo manual), requer desenvolvimento científico, aprimoramento pessoal e comunicativo entre outros fatores. Questionamos se com apenas 1.200 horas presenciais é possível oferecer um ensino científico e técnico realmente de qualidade que garanta a melhoria da qualidade de vida.

Embora não atinja a totalidade dos jovens marginalizados, mas se atender com eficiência os que nele ingressarem, dando-lhes a formação prometida e garantindo a continuidade escolar, podemos dizer que o programa logrou sucesso.

No entendimento de Sacramento (2005, p. 01), “As políticas públicas adotadas no mundo e, especificamente, no Brasil necessitam mudar a visão de juventude, para que os jovens tenham oportunidade de participar ativamente da sociedade em que estão inseridos”.

1.4 Programa Escola de Fábrica

O Programa Escola de Fábrica, iniciativa do Ministério da Educação em parceria com a iniciativa privada, foi criado através da Medida Provisória nº 251 de 14/06/2005, com o objetivo de proporcionar a formação profissional para jovens cuja renda per capita familiar não ultrapassasse um salário mínimo e meio. Este programa iniciou com recursos do PROEP e se apoiou em parcerias firmadas com empresas de todo o país. Destina-se à realização de cursos com características de treinamentos para qualificação profissional,

com duração mínima de 600 horas aulas, sendo que a responsabilidade de certificação é das prefeituras, fundações, cooperativas e escolas técnicas. Caberia às empresas a responsabilidade de providenciar o espaço físico com mobiliário para as aulas, os instrutores, transporte uniforme e alimentação para os alunos. Ao MEC caberia a responsabilidade de custear uma bolsa mensal aos alunos no valor de R\$ 150,00. O público beneficiado com o projeto é formado por estudantes que estejam matriculados na rede pública regular do ensino básico ou nos programas educacionais do governo federal.

O Programa Escola de Fábrica foi definido como um programa de inclusão social com o objetivo de beneficiar, com o apoio das empresas privadas, jovens excluídos do mercado de trabalho. Tem a pretensão de elevar o nível de escolaridade proporcionando condições para a conclusão do ensino fundamental com qualificação para o trabalho.

Com a possibilidade de gerar renda para o sustento da família e realizar a transição escola-empresa, o Governo Federal pretendia alcançar 10.000 alunos ainda no primeiro ano de funcionamento, prevendo, no Programa, o financiamento de bolsas de estudos para os alunos matriculados no último ano do ensino fundamental ou cursando o ensino médio, com idade entre 15 e 17 anos, podendo atender também os alunos alfabetizados pelo Programa Brasil Alfabetizado, contemplando, assim, jovens com idade acima de 21 anos.

O Programa Escola de Fábrica é uma qualificação gratuita para o aluno carente, oferecida internamente pela empresa, porém paga pelo Governo. Como a gestão é realizada pela empresa, mas sem autonomia pedagógica, ela fica impossibilitada de definir o currículo para os cursos oferecidos. O resultado, para o aluno, é a geração de renda e a sua inclusão social. Para a empresa, é a capacitação de profissionais aptos para atuar nas mais diversas linhas de produção.

Nas empresas, além das aulas profissionalizantes, os alunos também têm aulas nas disciplinas de ética profissional, higiene, prevenção de drogas, medicina do trabalho, desenvolvimento profissional e legislação trabalhista, resultando no aprimoramento da formação humanística.

O Governo entende que a escola não tem capacidade de se aproximar do mundo produtivo sem a participação das empresas. Segundo Frigotto (2005, p. 1.104), “programas com estas características vêm tornar a qualificação profissional como política compensatória à ausência do direito de uma educação básica sólida e de qualidade”, nutrido pela ideia de que, através da educação profissional, pode diminuir a desigualdade social. Então a educação profissional é tratada como um elemento estratégico para inserção de jovens trabalhadores na sociedade.

Percebe-se, entretanto, que por este viés não ocorrerá a sonhada diminuição da desigualdade social, por escamotear o fato de que o desenvolvimento tecnológico do país não pode ser facilitado por ações curtas e rápidas, sem uma educação com base científica sólida.

Vários fatores encontram-se imbricados neste programa. Como os setores produtivos ressaltaram, o instrutor pertence ao quadro funcional da empresa, o qual, na maioria das vezes, não tem formação pedagógica; outro aspecto relevante é o currículo definido de acordo com as necessidades e realidades da empresa, manifestando a particularidade empresarial, formando mão-de-obra específica para não precisar contratar, nem treinar e ambientar novos funcionários. Com estas características, o programa retoma os objetivos da educação profissional implantada no início do século passado, quando foram criadas as escolas de “Aprendizes e Artífices”, as quais também tinham a função de formar mão-de-obra necessária para a economia em desenvolvimento da época.

No caso do Programa Escola de Fábrica, sendo de caráter assistencialista e que contempla apenas um percentual dos jovens e adultos em idade escolar, transforma-se em

mais uma possibilidade de inclusão, mas para poucos considerando-se o grande número de jovens que necessitam de políticas públicas de educação sólidas e consistentes de modo a oportunizar a real inclusão dessa camada da população que, por não ter qualificação profissional, está insegura em expectativas de futuro.

Sendo o Programa Escola de Fábrica uma parceria entre o Governo e a iniciativa privada, esta é quem faz tudo e o Governo simplesmente paga. Dessa maneira não se pode avaliar se a pedagogia utilizada pelas empresas realmente garante a qualidade do ensino. Não é, de fato, um curso de qualificação, uma vez que apenas oferece preparação. De um curso com não mais que 600 horas de atividades, não se pode esperar muito mais que uma simples e rápida preparação para o trabalho voltada para as necessidades emergenciais da empresa naquele momento.

Estamos novamente diante de uma situação excludente: a Escola de Fábrica é um programa direcionado para jovens que estejam estudando, que estejam matriculados, enquanto os outros estão descartados, pois vão continuar fora da escola. Apesar disso, é de se destacar que esse programa aproxima a escola das indústrias e objetiva a inserção do educando no mercado de trabalho, pois o jovem recebe a formação científica e técnica na escola onde está matriculado e também vivencia a prática lá na fábrica. O importante é que o aluno recebe o treinamento dado por um instrutor que pertence ao quadro funcional da própria fábrica; se ele se sair bem, pode ficar trabalhando na empresa. A ideia se revela interessante, já que o programa absorve também jovens com idade superior a 21 anos oriundos do PBA, o que lhes dá a oportunidade de prosseguimento dos estudos.

1.5 Proeja

O Governo Federal instituiu o PROEJA através do Decreto de Nº 5.478/2005 de 24 de junho de 2005. Logo, a partir de ampla discussão com os diversos segmentos envolvidos, constatou-se a necessidade de mudanças em suas diretrizes e, em 13 de julho de 2006, é promulgado o Decreto de Nº 5.840, que revoga o anterior e passa a denominar o PROEJA. Uma mudança significativa introduzida por esse novo Decreto foi a ampliação da possibilidade de implantação de cursos PROEJA em instituições do sistema de ensino das diferentes esferas, ou seja, estaduais, municipais, em entidades nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Outra mudança importante foi a ampliação de sua abrangência, possibilitando também a articulação dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores com ensino fundamental na modalidade EJA. A legislação brasileira que trata do assunto estabelece como princípios a inclusão da população nos sistemas educacionais, a educação como direito e para toda a vida, a universalização do ensino médio, o trabalho como princípio educativo fundamentado na compreensão da condição humana de ação transformadora no mundo, a pesquisa como fundamento da formação do sujeito e a garantia de que os jovens e adultos trabalhadores constroem suas identidades no respeito à diversidade num conjunto de relações sociais.

Para compreender os princípios que orientarão o planejamento de ações do PROEJA, há que se tomar como ponto de partida a EJA como campo de conhecimento definido, o que requer especificidade em metodologias, estratégias, organização espaço-temporal, no perfil dos professores, etc. O Programa, visando à formação humana integral, toma o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis, destacando a concepção ampla de tecnologia como construção social, produção, aplicação e apropriação de práticas, saberes e conhecimentos, com finalidade última de inclusão da população, independentemente da idade, nas ofertas educacionais públicas qualificadas.

Para isso, o PROEJA assume a necessidade de inserção orgânica da EJA integrada à Educação Profissional nos sistemas educacionais públicos, ampliando, de fato, o direito à educação básica, pela universalização do ensino fundamental e médio. Surgiu então a necessidade de uma nova modalidade de ensino, capaz de integrar a educação profissional na EJA, facilitando a inclusão social. A nova modalidade de ensino restringe seu alvo aos indivíduos que regularmente não foram detentores de oportunidades de estudos em idade própria, ou mesmo os que foram excluídos da escola, e a todos os jovens e adultos que foram impossibilitados de seguir processo educativo contínuo.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos(2005, p.8), o PROEJA surgiu de uma desatenção do MEC: “Enquanto este se ocupava com a educação profissional técnica, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu seu plano de formação sem se preocupar com a recuperação da escolaridade e a organização de itinerários formativos”. Os setores sociais afirmavam então a necessidade de se implantar uma política de formação profissional, integrada ao sistema público de emprego e à educação básica.

A qualificação e a requalificação deveriam ser organizadas de modo a constituir um itinerário formativo correspondente às diferentes especialidades ou ocupações dos setores da economia e promover a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Seria fundamental que esses cursos obtivessem aprovação legal através do fornecimento de crédito e certificados escolares reconhecidos pelo MEC e pelo MTE e, dessa forma, estariam vinculados ao processo regular de ensino, com toda a sua problemática, conforme conclui Frigotto, Ciavatta e Ramos(2005, p.9) conclui que:

Essas preocupações foram as premissas para as quais a educação profissional deveria atender descritas no art. 2º do Decreto nº 5.154/2001, a saber: a organização por áreas profissionais em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; e a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e da tecnologia.

O art. 3º do Decreto indica a possibilidade de oferta de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores seguindo o conjunto de etapas da organização da educação profissional da área de estudo, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Em seu parágrafo 2º, esse artigo indica a necessidade dos cursos se articularem com a modalidade de educação de jovens e adultos.

Conforme as diretrizes desse Decreto, ficou estabelecido que o PROEJA abrangerá cursos e programas de educação profissional; formação inicial e continuada de trabalhadores; e educação profissional técnica de nível médio, devendo os cursos e programas do PROEJA considerarem as características dos jovens e adultos atendidos, e podendo articularem-se ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004; e ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, § 1º, incisos I e II, do Decreto nº 5.154, de 2004.

O Decreto n.º 5.840 em seu artigo 1º, parágrafo 3º prevê que o PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos(2005, p. 9), o PROEJA foi uma imposição do Governo Federal e assim argumentam:

Com base nesses preceitos legais, o MEC lançou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA por meio do qual obrigou as instituições da Rede Federal de educação tecnológica a destinar, em 2004, o correspondente a 10% das vagas oferecidas em 2005, para o ensino médio integrado à educação profissional destinado a jovens acima de 18 anos e adultos que tenham cursado apenas o ensino fundamental. O percentual de vagas a ser aplicado nos anos posteriores será definido por ato do MEC. Apresenta-se como objetivo desse programa, a ampliação dos espaços públicos da educação profissional para os adultos e uma estratégia que contribui para a universalização da educação básica.

Este percentual de vagas foi modificado pelo decreto nº 5.480/2006, deixando livres as instituições de ensino federal do percentual exigido pelo Decreto nº 5478/2005. Isso acarretou certo adiamento das IFES na implantação do PROEJA, muitas ainda não o implantaram, e não receberam cobranças por parte do MEC, ficando o programa meio sem controle, comprometendo inclusive a consolidação e a transformação da EJA como política educacional, pois elimina o direito de acesso a todos que se encontrem na faixa etária de cursar o PROEJA e o monitoramento dos estudantes de forma a garantir que permaneçam e concluam os cursos e programas nos quais ingressaram.

No nosso entendimento, dar acesso e garantir a conclusão são as principais metas a serem alcançadas. Para tanto é fundamental que o PROEJA seja implantado, ampliado, consolidado e transformado em política em todos os sistemas públicos de educação do país, ou seja, que seja implantado além das instituições federais, também nas instituições estaduais e nas municipais, de forma coordenada e articulada de modo a atingir a todos que, através dele, possam elevar sua escolaridade e melhorar sua qualidade de vida.

Sabemos que quando falamos em educação estamos falando de políticas e, no caso de do PROEJA, trata-se de uma política de governo que tem por objetivo a inclusão social e a elevação da escolaridade de uma população excluída da escola na idade regular.

É necessário observar que um dos principais objetivos desse Programa é a inclusão da população ao sistema educativo fazendo valer seus direitos de cidadãos; segmento da população que tem necessidade de se educar por toda a vida. Objetiva também universalizar o ensino médio e propõe o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como fundamento da formação.

Temos a experiência da exclusão escolar vivida por nós mesmos e fomos reintegrados à escola através do antigo Ensino Supletivo. Então, temos observado o andamento e os avanços da educação destinada a essa população que foi excluída da escola em idade própria. Hoje temos a Educação de Jovens e Adultos, basicamente com as mesmas finalidades do Ensino Supletivo, porém usando novas metodologias e melhores recursos, que representam hoje um grande avanço. Entre esses avanços podemos destacar a formação e qualificação de professores a partir de políticas de formação implementadas por Estados e Municípios.

Através de um pouco mais de esforços chegou-se a um programa de ensino em que, ao término de seus estudos, o cidadão não sai da escola com apenas o conhecimento científico, engessado, sem perspectiva de avançar em novos níveis de ensino, sem adquirir uma profissão. Ao contrário, além da educação básica que lhe permite continuar galgando outros níveis de conhecimento, obtém formação profissional.

Assim, com o programa de integração curricular da educação profissional ao ensino médio abriu-se a oportunidade de associar a educação profissional à modalidade de ensino de EJA no ensino fundamental e médio, hoje conhecido por PROEJA e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental (PROEJA-FIC).

O PROEJA, inicialmente, trouxe certo constrangimento por ter sido imposto através de decreto aos profissionais das instituições federais de ensino, sem antes discutir com a comunidade escolar a viabilidade da implantação.

Sabemos que no PROEJA existem problemas, como em qualquer outra modalidade de ensino, e, o mais gritante, acreditamos estar associado a seus profissionais. Por não estarem devidamente preparados e pegos inicialmente de surpresa, não participaram de formação prévia que lhes desse segurança para desenvolverem suas atividades profissionais. Por essa razão, encontram grandes dificuldades em enfrentar as classes de PROEJA, pois percebem que é uma clientela bem diferenciada das demais, com características diferentes das turmas do ensino regular. Com isso, muitos deles se sentem angustiados, e passam a sofrer desestímulos, por não ter metodologia e material didático apropriado. Como resposta a esse fato, ocorre o contágio desestimulante que toma conta da turma toda. Isso pode atrapalhar, fazendo com que um programa tão bem elaborado, que poderia ser coroado de pleno êxito, talvez não produza os resultados esperados. Somos favoráveis a todas as políticas de inclusão social porque se destinam a criar condições de superação de décadas de agressão aos direitos humanos. Entendemos que tais programas só existem e existirão em países que negligenciaram, e ainda negligenciam os direitos das pessoas a uma vida digna. Infelizmente, nosso país inclui-se entre esses que, historicamente, têm desrespeitado os direitos humanos, excluindo homens e mulheres do acesso à educação e a condições que lhes permitam desenvolver suas potencialidades, forçando indivíduos a serem menos produtivos intelectualmente e, em decorrência, serem mais facilmente dominados.

É para essa camada social que nós, educadores, devemos dedicar nossa atenção em especial, no sentido de fazer deles, a partir da inclusão em programas como esses, indivíduos críticos e conscientes de seus direitos como cidadãos de fato. Através da educação de qualidade que lhes oferecermos, podemos despertar a vontade e a necessidade de viverem como cidadãos em condições de serem (re) integrados à sociedade para viverem com dignidade e respeito.

Por entendermos que esta questão é de suma importância para nossa pesquisa, na sequência, dedicamos o capítulo II à discussão da formação docente para atuar na EJA/PROEJA.

2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR NA EJA/PROEJA

Como anteriormente anunciado, este capítulo tem por objetivo analisar a formação docente, visando à atuação no PROEJA, para de fato efetivar esse Programa em política educacional pública eficaz e necessária para uma camada da população tradicionalmente excluída da escola em idade regular, mas com condições de garantir a elevação da escolaridade e adquirir uma profissionalização.

Inicialmente vamos nos valer de um alerta muito importante em relação ao poder da leitura e da escrita que Barcelos (2007, p.15) leva até seus leitores, afirmando que:

Elas não são um fim em si mesmas. Mas elas podem ser o começo de um reinventar-se, com possibilidade de (re) inovação do mundo. Um mundo como um lugar social ecologicamente mais justo. Onde homens e mulheres como seres históricos sejam compreendidos como a própria história. Transformando suas vidas em existência, a partir do momento em que tomam consciência de suas condições de seres que vivem em sociedade e sintam-se capazes de mudarem-se a si mesmos inicialmente e depois o mundo onde vivem.

Barcelos enfatiza em seu trabalho que “o homem simplesmente não faz a história, mas que ele é a própria história”. Ele se apoia nas ideias de Freire afirmando que é a partir da inovação da história que a educação nasce e se constitui como componente decisivo no diálogo entre escola e cultura. Dessa relação acreditamos que nascem as ideologias e se criam novas políticas que norteiam o processo educativo.

Baseado ainda nos estudos desse autor, podemos concluir que educação é um processo que se dá em um contexto histórico, político, ideológico:

[...] Enfim é um processo permeado pela cultura de um tempo e de um lugar. Sabemos que nas relações existentes entre os seres vivos e em especial os humanos há uma troca de significados e experiências. Dentro dessas relações entre humanos estão as nossas práticas pedagógicas.[...] Em decorrência disto a educação não é, nunca foi e nem será um processo neutro (BARCELOS, 2007, p.16).

Quando Barcelos se refere aos profissionais da educação que trabalham com a EJA, afirma que não existe professor ou professora que fique na abstração, pois, segundo ele, “quem é professor ensina para alguém alguma coisa, com alguém em algum lugar”. Quem é professor é um profissional da educação que tem como local de trabalho a sua sala de aula e quem é professor ensina alguma coisa que aprendeu com alguém e no ato de ensinar, aprende novas coisas com quem ensina.

Na intenção de identificar o educador que trabalha com a EJA, o autor (2007, p.20), questiona: “Afiml quem é o educador que trabalha com a educação de jovens e adultos? e como se dá a sua formação?” Sabemos que a formação de educadores para jovens e adultos, tal como a própria educação para os jovens e adultos nunca foi prioridade nas políticas da educação brasileira. Tanto uma situação como a outra foram sempre remediadas. E hoje:

Podemos ser portadores de muitas informações e de pouca ou nenhuma experiência sobre elas. Minha orientação quanto a experiência está ligada a uma representação, a um imaginário no qual

a experiência não é apenas informação ou simplesmente aquilo que acontece, mas, sim, aquilo que fazemos com aquilo que nos acontece. [...]. O trabalho educativo acontece em um tempo-espaço muito peculiar: o tempo-espaço da escola e das suas relações. A escola como território das experiências sensíveis. Um lugar de palavras, gestos, silêncios, atitudes. Lugar de experiências vivas e vividas (BARCELOS, 2007. p.22).

Para Barcelos (2007), “As experiências mostram como acontece o processo para dizer a si e ao mundo que acredita na potência criativa para a construção de conhecimento e saberes creditados à formação de professores.” Ele nos leva a uma reflexão mais profunda sobre os conhecimentos desses profissionais, dizendo que :

Refletindo sobre quais conhecimentos e/ou saberes deveriam compor o repertório de educadores para dar mínima conta das questões de nossa época. Afinal, que exigências estão colocadas para a formação de professores/ desenvolver uma “prática docente efetiva” no cotidiano escolar? Que saberes e fazeres são necessários para proceder a exigência, há tempo requerida aos profissionais da educação no sentido de reinventar a escola para que ela cumpra a sua fatia de responsabilidade na organização social e da natureza para aumentar o prazer no mundo? (BARCELOS, 2007. p.24)

São saberes adquiridos no percurso de sua vida através do processo evolutivo de sua cultura e podem ser atribuídos às suas lutas pela própria sobrevivência, pelas aulas e palestras a que assistiu, pelos livros e revistas lidos, pelos filmes vistos, pelas viagens realizadas, pelos cursos e seminários de que participou. Talvez por essas razões e por terem experimentado o ódio da exclusão social e acreditarem que o mundo pode ser melhor para si e para os outros. Enfim, são homens e mulheres que se encheram de amor e acreditam que a inclusão é possível.

A formação dos professores na atualidade da pós-modernidade, vive um momento riquíssimo quanto às diversidades e popularidade de diálogos. Essa diversidade e pluralidade que, em muitos casos são questionáveis em relação a riscos, ao contrário, é uma excelente oportunidade para ampliarmos o conhecimento, os saberes, sobre nosso fazer educativo. A ação educativa pós-moderna está alicerçada nas práticas democráticas e o professor é o sujeito do processo que tem a liberdade de ensinar e de aprender na inteiração com seus alunos.

Não pensamos que o professor tenha que ser perfeito, que não possa cometer erros, nossos alunos não se preocupam com isso, eles sabem que “errar é humano” e que logo depois do erro tudo será corrigido. E nós professores sabemos que hoje nossos alunos dispõem de informações poderosíssimas. Eles não precisam mais do professor para receber informações, eles são bem informados pela internet. “Eles precisam que os professores sejam pessoas confiáveis que além de darem aulas sejam seres humanos, que expressem seus interesses, paixões, dúvidas, engajamentos com o sentido da vida e com vicissitudes das condições humana” (BARCELOS, 2007, p.29).

No que trata da formação continuada dos professores que trabalham nos cursos de PROEJA, objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo. Deve garantir a elaboração do planejamento das atividades do curso, a avaliação permanente do processo pedagógico e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas. Para alcançar este objetivo é necessária a ação de duas frentes:

um programa de formação continuada sob a responsabilidade das instituições proponentes e programa de âmbito geral fomentado ou organizado pela SETEC/MEC.

As instituições proponentes devem contemplar em seu Plano de Trabalho a formação continuada através do oferecimento de cursos, organização de seminários regionais, de preferência com periodicidade semestral, e em seminários nacionais com periodicidade anual; incentivar e possibilitar a participação de professores e gestores em outros programas de formação continuada voltados para áreas que incidam sobre o PROEJA, quais sejam, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional, bem como aqueles destinados à reflexão sobre o próprio Programa.

A gestora nacional do PROEJA deverá ser responsável pelo estabelecimento de programas especiais para a formação de formadores e para pesquisa em educação de jovens e adultos, por meio de oferta de Programas de Especialização em educação de jovens e adultos, como modalidade de atendimento no ensino médio integrado à educação profissional; articulação institucional com vista a cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas afins do PROEJA e, ainda, fomento para linhas de pesquisa em educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional.

Levando em consideração os aspectos acima citados, Franco (2008, p 09) afirma que:

É imprescindível na formação docente uma busca constante não apenas do saber, mas também do fazer, estando cada vez mais inserida a ideia da ação-reflexão no dia a dia do professor para que este não se incomode na sua labuta diária, e tenha como objetivo um saber mais e um fazer melhor.

A formação inicial e continuada de professores constitui elemento principal, quando se trata de docência na educação brasileira em qualquer modalidade. Entretanto há outras dimensões que precisam ser consideradas: as condições de trabalho do professor, a atualização dos processos pedagógicos, a segurança física e patrimonial e o reconhecimento social.

O grande desafio dessa política é a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos, inclusive de uma escola de/para jovens e adultos. Em função de sua especificidade dos sujeitos de EJA (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades especiais, dentre outros), a superação das estruturas rígidas de tempo e espaço presentes na escola é um aspecto fundamental (BRASIL *apud* ARROYO, 2005).

Nestes espaços os saberes produzidos são legitimados, o professor deve considerar que os sujeitos também têm histórias e saberes, já participaram de lutas sociais, têm nome, rosto, gênero, etnias e culturas diferenciadas. A educação precisa valorizar e reconhecer os conhecimentos adquiridos ao longo da vida e transformá-los em agentes solidários do processo educacional para que realmente haja a inclusão destes educandos durante o processo educacional, motivando e orientando-os para aprender por toda a vida.

2.1 Bases teóricas e Metodológicas do Proeja

Apesar da longa e grande luta do governo pela integração da Educação Profissional com a Educação Básica, somente no ano 2003 surgem os primeiros marcos da integração.

Através dos seminários organizados pelo Ministério da Educação/SEMTEC, sendo que o primeiro Seminário Nacional “Ensino Médio: Construção Política” ocorreu em Brasília nesse mesmo ano, com o objetivo de discutir o ensino médio brasileiro e dentro da sua realidade para encontrar novas perspectivas para construção de uma política que atenda com eficácia este nível de ensino. “O segundo foi o Seminário Nacional de Educação Profissional “Concepções, experiências, problemas e propostas”, naquela ocasião foi discutido o documento intitulado: Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica”, cuja síntese compõe um documento publicado pelo MEC em 2004 “Proposta em discussão: Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica”.

Através do documento, o MEC apontava a perspectiva de integração das políticas para o ensino médio e para a educação profissional objetivando o aumento da escolarização e melhorar a qualidade de formação dos jovens e adultos trabalhadores. Com a discussão centrada no sujeito e no conhecimento, buscava superar as determinações constantes do mercado de trabalho para este nível de ensino. Assim a política do ensino médio foi orientada pela construção de um projeto pedagógico que superasse a dualidade entre a formação específica e formação geral com foco deslocado do mercado de trabalho e centrado na pessoa humana (BRASIL, 2007, p. 6).

No segundo seminário, ficaram evidentes duas concepções de educação profissional: uma amparada pelo Decreto n.º 2.208/97 separada da educação básica e a outra que trazia os princípios da educação tecnológica/politécnica. Para a SENEPEC/MEC, coube o desafio de elaborar uma política que superasse a dicotomia entre o conhecimento geral e o conhecimento específico, entre o ensino médio e a educação profissional. A sociedade precisava encontrar uma política que recuperasse o que o Decreto 2.208/97, coibiu, isto é, a possibilidade da integração das duas formações: a básica e a profissional de uma forma orgânica no mesmo currículo.

Para enfrentar este problema, fez-se necessária a proposição de uma nova regulamentação amplamente discutida com a sociedade. Surge então o Decreto 5.154/04, que em sua exposição argumenta com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que em seu artigo 39 apregoa que “a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Aparece assim a integração da educação profissional com os processos produtivos, produção dos conhecimentos com o desenvolvimento científico tecnológico. No artigo 40 estabelece que a educação profissional deva ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada. A Lei pronuncia-se sobre a forma como a educação profissional pode ser desenvolvida.

Estava evidente a importância da regulamentação formal, porém era imprescindível uma política indutora da implantação do ensino médio integrado à educação profissional. Mas isto não seria possível sem que as bases organizacionais da educação profissional em articulação com o ensino regular fossem estabelecidas. Por isso se fez necessário um Decreto que revogasse o anterior e regulamentasse os artigos da LDB que dispõem sobre o ensino médio e a educação profissional.

Entendemos que era fundamental que se avançasse em uma direção que desse a oportunidade dos jovens das classes populares optarem por sua profissão após os 18 anos de idade. E isso é viável. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos(2005, p.43), “o ensino

médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade”.

A partir de algumas convergências estabelecidas pelos sujeitos envolvidos nas discussões, surgiram as bases que deram origem ao Decreto 5.154/04. Instrumento legal que, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes do decreto anterior, teve o grande mérito em revogá-lo e trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio de maneira a não se confundir com a educação tecnológica ou politécnica, apesar de conter, em sua construção, os mesmos princípios.

Nessa perspectiva, foi necessário conferir-lhe uma identidade que pudesse contribuir para a formação integral do estudante.

Esse ensino médio deveria ser orientado, tanto em sua vertente dirigida aos adolescentes como ao público da EJA, proporcionando uma formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politeticamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos (BRASIL, 2007, p.25).

A partir daí, começa a se ampliar a oferta do ensino médio integrado nas instituições públicas de educação contribuindo para a construção de uma identidade própria e significativa para a vida de seus postulantes. Medidas governamentais são tomadas nesse sentido, emitida a Lei Nº 11.741 de 2008, cujo objetivo é incorporar à LDB o conteúdo dos Decretos nº 5.154/2004 e nº 5.840/2006 que tratam do ensino médio integrado, tanto para os adolescentes recém concluintes do ensino fundamental e que ingressam no ensino médio, como para o público da educação de jovens e adultos.

A partir daí buscou-se a inserção orgânica da EJA integrada à educação profissional, nos sistemas educacionais públicos, ampliando, de fato, o direito à educação básica, pela universalização do ensino fundamental e médio. Surge então a necessidade de uma nova modalidade de ensino capaz de integrar a educação profissional na EJA, facilitando a inclusão social. Logo o Governo Federal Institui o PROEJA através do Decreto n.º 5.478/2005. A nova modalidade de ensino restringe seu alvo aos indivíduos que regularmente não tiveram oportunidades de estudos em idade própria, ou mesmo os que foram excluídos da escola, e a todos os jovens e adultos que foram alijados do processo educativo contínuo.

Visando saldar a dívida com essa parcela da população que não é pequena o PROEJA tem por objetivo oportunizar o retorno dos jovens e adultos à escola e qualificá-los em curto prazo de tempo com a posterior inclusão no mercado de trabalho. Para isso seu documento base foi elaborado considerando a produção de saberes, de visão de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos, de significados e de culturas; a concepção do homem como ser histórico-social que satisfaz suas necessidades agindo sobre a natureza e adquire conhecimento através dessa ação, transformando-se e causando transformações na natureza; uma perspectiva integrada a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos; a incorporação dos saberes adquiridos socialmente ou através de observações de fenômenos extraescolares; a construção do conhecimento através de conteúdos que sejam relacionados com a realidade do educando; o resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes; a implicação subjetiva do sujeito da aprendizagem; a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a

interculturalidade; a construção dinâmica e participativa; a pesquisa (BRASIL, 2006, p. 47).

Esta formação estrutural do currículo sugere algumas formas e estratégias, de abordagens metodológicas dos conteúdos. Entre elas o *Documento Base PROEJA* (MEC/SETEC, 2006, p.48), aponta para os ensinamentos de Machado (2005), que sugere abordagens metodológicas agrupadas, entre outras possibilidades, da seguinte forma:

- **Abordagens embasadas na perspectiva de complexos temáticos:** Com centralidade de temas gerais, ligados entre si; Temas integradores transversais e permanentes.
- **Abordagem por meio de esquemas conceituais:** Focalizada em conceitos amplos conectados com as várias ciências, desenvolvidos em diversos contextos e que são enriquecidos pelas diversas contextualizações.
- **Abordagem centrada em resolução de problemas:** Problemas são propostos para a solução e a partir de suas disciplinas, os professores juntamente com os alunos, interpretam os dados e fatos visando à solução dos problemas propostos.
- **Abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade:** Elaborando perguntas sobre determinadas decisões políticas e problemas sociais.
- **Abordagem por área do conhecimento:** Natureza, Sociedade, Multiculturalismo, Linguagem, Ciência e Tecnologia, Saúde, Gênero, Etnicidade, Éticas religiosas e Memória. Relacionando cada uma dessas áreas do conhecimento com o mundo do Trabalho.

De acordo com o *Documento Base do PROEJA*:

De qualquer maneira, independentemente da forma de organização e das estratégias adotadas para a construção do currículo integrado, torna-se imperativo o diálogo entre as experiências que estão em andamento, o diagnóstico das realidades e demandas locais e a existência de um planejamento construído de maneira coletiva e democrática. Isso implica a necessidade de encontros pedagógicos periódicos de todos os sujeitos envolvidos no projeto, professores, alunos, gestores, servidores e comunidade (MEC/SETEC, 2006, p. 49).

Considerando o exposto, entendemos que fica bem evidente que a nova modalidade de ensino PROEJA até o momento é muito singular, pois tem suas bases teóricas fundamentada nas políticas que anteriormente norteavam o desenvolvimento do ensino básico separado do ensino profissional, causando a separação social entre os filhos das classes alta e os das classes menos favorecidas. Enquanto aos alunos da classe alta era dado o direito a uma formação intelectual elevada, que os preparava para governar, os filhos das classes inferiores eram "agraciados" com uma formação profissional, formação apenas para o trabalho, ou seja, já estavam sendo treinados para serem governados. O próprio sistema de ensino mantinha em suas bases a bipolaridade social, garantindo assim a hegemonia do Capital.

Entendemos que realmente a porta de entrada do currículo integrado da educação profissional ao ensino médio no sistema educacional brasileiro, se deu no momento em que

as forças políticas conseguiram integrar a educação profissional à educação de jovens e adultos. Surgiram daí inovações curriculares, novas metodologias ou metodologia diferenciada da tradicional para atender o novo público, já que dentro de uma mesma sala de aula, coexistem idade, etnia, grau de escolaridade, religião, hábitos, práticas sociais e saberes diferentes. Tudo isto mostra um diferencial muito grande entre o ensino regular e o PROEJA.

2.2 O Processo de Implantação na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

O processo de implantação do PROEJA nas instituições federais de educação tecnológica foi determinado pelo Presidente da República através do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, o qual instituiu, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, nas Escolas Técnicas Federais, o chamado PROEJA, com abrangência nos cursos de formação inicial e continuada dos trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio.

O Decreto determinava que, para o ano de 2006, as instituições de ensino federais oferecessem no mínimo dez por cento das vagas que existiram em 2005 para a nova modalidade de ensino. E deixava os percentuais de oferta de vagas para os anos seguintes sob a responsabilidade e determinação do Ministério da Educação. Determinava também as cargas horárias para cada curso, fazendo a distinção entre a formação profissional e a formação geral, conforme o Artigo 4º desse Decreto:

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, deverão contar com carga horária máxima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- I – a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;
- II – a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica;
- III – à observância as diretrizes curriculares nacionais e de mais atos normativos emanados do Conselho Nacional de Educação para a educação técnica de nível médio e para a educação de jovens e Adultos. (MEC, 2005, p.23).

As Instituições devem pesquisar suas regiões de abrangência para fazerem suas escolhas quanto às áreas profissionais a serem desenvolvidas em seus cursos, identificando as demandas regionais. As áreas profissionais escolhidas precisam estar em consonância com o desenvolvimento social e econômico regional onde a Instituição proponente está inserida. No artigo 5º, o Decreto n.º 5478/2005, em seu parágrafo único, previa que:

Art. 5º - [...]

Parágrafo Único: As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento sócio-econômico (MEC, 2005, p. 24).

Esse Decreto foi polêmico e causou a revolta de dirigentes e professores da rede Federal de Ensino, pois estabelecia percentuais de vagas e a implantação em todas as

instituições de ensino no âmbito federal de uma nova modalidade de ensino, a EJA com formação profissional.

Em 2006, a Presidência da República cria o Decreto 5.840/06 e revoga o Decreto 5.478/05. O novo decreto também institui no âmbito federal o PROEJA, em conformidade com as diretrizes deste decreto.

Ao exemplo do decreto anterior, o PROEJA abrangerá cursos e programas de educação profissional de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional técnica de nível médio. Esses cursos devem levar em consideração as características do público que se pretende atender. Podendo se articular com o ensino fundamental ou ao ensino médio para a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores nos cursos da formação inicial e continuada. E ao ensino médio de forma integrada ou concomitante conforme expressa o decreto nº 5.154/04.

Também liberava o PROEJA para as instituições públicas estaduais, municipais e particulares de serviços sociais de aprendizagem e a formação profissional vinculada ao sistema sindical (“sistema S”), sem nenhum prejuízo do disposto na lei.

Com a nova redação, O PROEJA poderia ser oferecido em qualquer situação, bastando previamente criar um projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações entre instituições e entre os governos.

O Decreto define como instituições federais de educação profissional a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sem prejuízo de outras instituições que venham a ser criadas.

Com o novo decreto muitas coisas permaneceram inalteradas ou alteradas parcialmente. Como exemplo, temos as ofertas de vagas que ficaram liberadas contrariando o decreto anterior, Porém a expansão das vagas para os próximos anos devem estar previstas no plano de desenvolvimento da instituição federal de ensino; a destinação das cargas horárias também permaneceram as mesmas, tanto para a formação geral como para a formação profissional.

A responsabilidade da estruturação dos cursos continua sendo das instituições que oferecem os cursos. E os cursos escolhidos além das contribuições anteriores e para o fortalecimento de estratégias e de desenvolvimento socioeconômico precisa desenvolver também o aspecto cultural.

Ambos os decretos preveem a possibilidade de conclusão de cursos ou programas do PROEJA, a qualquer tempo desde que demonstrado aproveitamento e atingido os objetivos do nível de ensino, avaliado e reconhecido por parte da respectiva instituição de ensino.

Como vemos, o PROEJA é originário do Decreto nº 5.478/05 e revela a decisão governamental de atender a demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio da qual foram excluídos por diversos motivos. O Decreto que instituiu o Programa teve como bases de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Apesar de que algumas instituições da Rede já estivessem desenvolvido a experiência na Educação de Jovens e Adultos, houve grandes discussões entre os profissionais da educação. O programa era muito questionado, e, muitos professores mostraram-se resistentes pela razão de ele ser implantado através de um Decreto. Sabe-se também que algumas instituições federais resistiram e não implantaram o PROEJA em 2006, como estava previsto, mas implantaram logo em seguida nos anos posteriores, outras, no entanto, não se sentiram na obrigação de implantar o PROEJA e não foram punidas por essa omissão.

2.3 A Especificidade do Trabalho Docente no Proeja

O trabalho do educador de PROEJA não possui fronteiras ou meras especificidades curriculares, pois se embasa na complexidade social. Tal justificativa está no fato de envolver múltiplos atores, de interações e cenários sociais.

Para delinear o perfil do trabalho docente é necessário considerar o contexto em que o aluno está inserido, como ponto de partida de toda e qualquer ação pedagógica, o currículo com metodologias e materiais didáticos adequados às necessidades e a formação de professores que condiga com as especificidades de uma educação voltada a jovens e adultos, são os fatores indispensáveis para o sucesso dessa modalidade.

Nesse contexto, Saviani contribui com as seguintes observações:

A pedagogia é o processo através do qual o homem se torna plenamente humano. Nesse sentido, no meu discurso distingui entre a pedagogia geral, que envolve essa noção de cultura relacionada a tudo o que o homem produz e tudo o que o homem constrói, e a pedagogia escolar, ligada à questão do saber sistematizado, do saber elaborado, do saber metódico (SAVIANI, 2000, p. 89).

Todos nós sabemos que o PROEJA é uma modalidade de ensino diferenciada das demais, não é o ensino regular e nem a educação especial. Arriscamo-nos a situá-la entre essas duas modalidades. Por essa razão, os professores têm enfrentado grandes dificuldades em seu trabalho, pelo fato de as turmas serem formadas por indivíduos muito diferentes uns dos outros. Os docentes do PROEJA encontram na mesma sala de aula e no mesmo instante um grupo de pessoas, que nem sempre é pequeno, mas que são oriundas de famílias de origens diferentes, habitam cidades e bairros diferentes, têm culturas diferentes, idades variando entre a do adolescente que recentemente abandonou o ensino regular e o adulto que muitas vezes tem idade superior aos 60 anos. Temos ainda de considerar que este público possui trabalhos e experiências adquiridas com saberes também diferenciados.

Assim, é preciso que se proponha uma educação que se abra a todos, iniciando pela inclusão sistematicamente daqueles que ao longo dos tempos foram deixados a margem da educação formal, e que ela seja proposta, pensada e praticada a partir da condição das classes menos favorecidas e, sem dúvida inserindo uma visão de mundo das classes populares. Além disso, é preciso ser uma prática aberta e atenta a ouvir as culturas às quais se direciona, para que consiga, dessa forma, aprender com suas diversidades, tomando como prioridade a interação do diálogo com o conteúdo pedagógico, fazendo um enfrentamento de ambos. Esse diálogo deve ser o fundamento e a finalidade da prática docente, também discente, de uma atitude transformadora entre educadores e não apenas uma metodologia de trabalho. A educação popular deve ser o objeto e o objetivo de transformações efetivas, seja em nível individual ou coletivo.

Concebendo o processo de sua própria aprendizagem, como um aprender contínuo, o educador construirá a sua relação com a prática como um processo dialético de aprender/ensinar e, através da reflexão crítica sobre esta, irá contribuir para a construção da identidade do profissional que atua na EJA. [...] A formação de professores, nessa perspectiva, torna-se um meio para a elaboração de teorias práticas no ensino. Por isso, a necessidade da elaboração de projetos que desenvolvam nos professores a competência de se tornarem pesquisadores da sua própria prática. (MARASCHIN e BELLOCHIO, 2006, p. 1-2)

O educador sendo o agente de transformação também se transforma com ele, ao ensinar aprende e ao aprender melhora seu trabalho docente, bem como sua própria vida, pois são das relações que se constituem os processos de formação. Por isso, a formação do educador, a prática e as experiências e do educador é uma questão que precisa ser considerada, assim como um currículo de preparação através da formação continuada.

Nesse contexto, a obra de Diniz e Pereira aduz

A identidade docente vai sendo construída a partir das relações sociais que se estabelecem nos programas de formação inicial e, fundamentalmente, quando os estudantes estão em contato com a prática docente, momento em que a reflexão se torna ferramenta básica na construção da identidade de professor. (FONCECA e DINIZ- PEREIRA, 2001, p. 54-55)

Esses docentes precisam de formação específica para atender essa clientela e estar constantemente se qualificando. O docente do PROEJA precisa estar muito bem atualizado nas várias áreas de conhecimento, para que possa manter um diálogo saudável com seus alunos de forma transdisciplinar. Para tanto, precisa estar inteirado das políticas: de trabalho, (da indústria e do comércio), meio ambiente, relações humanas, cidadania, enfim, em condições de orientar seus alunos para ingressarem e para permanecerem no mercado de trabalho.

Entendemos que os professores que trabalham com o PROEJA precisam ter algumas qualidades que acreditamos serem indispensáveis ao melhor desempenho de suas funções. A ordem como descreveremos não está associada a juízo de valores por que são atitudes do docente em sua vivência tanto dentro como fora de sua sala de aula.

Não poderemos lograr êxito no processo ensino-aprendizagem, se não tivermos humildade. Paulo Freire (1997, p.55) afirma que “humildade de modo algum significa falta de acato a nós mesmos, acomodação, covardia. Pelo contrário, a humildade exige coragem, confiança em nós mesmos, respeito a nós mesmos e aos outros”. Não vemos razão para o docente se furtar dessa qualidade, pois todos sabem que ninguém sabe todas as coisas, mas também sabemos que ninguém ignora todas as coisas. “todos sabemos algo; todos ignoramos algo”. Deve-se entender que sem humildade estaremos nos furtando ao diálogo e com isso nos isolando da grande maioria da sociedade e, principalmente, dos nossos alunos do PROEJA, que são, em geral, demasiadamente humildes, em muitos casos possuidores de baixa autoestima a que já incorporaram um forte sentimento de rejeição.

É impossível passar pela vida sem ser rejeitado e saber lidar com a rejeição é uma aprendizagem fundamental para o equilíbrio do ser humano [...], o que faz a diferença é a postura de estarmos aberto às possibilidades de aprendizado, às inovações, para que aconteçam as tomadas de consciência, que são a chave que liberta da prisão, do isolamento [...]. Para lidar com a rejeição é preciso muita percepção e discernimento. A rejeição pode ser individual, étnica, religiosa e/ou política (MARINHO *et alli*, *apud* MIRANDA, 2005, p. 10 e 35).

Observando o exposto acima não é difícil entender que se a humildade não estiver bem presente no trabalho do docente de nada adianta a sua exposição diante de suas turmas, pois os canais sadios da boa comunicação estarão obstruídos.

Arrogância do saber incontido do professor, no prazer de fazer conhecido e reconhecido o seu saber, demonstra que não há nada de mansidão ou humildade em si. Sabemos que humildade não se expressa em verdades certas, mas nas incertezas; não se expressa na segurança, mas na insegurança. O autoritário tem uma postura sectária. Sua verdade é absolutamente certa e deve ser imposta aos demais, nas suas ideias reside a solução de todos os problemas e do mundo todo. Esse autoritarismo é usado pelos pais e por muitos professores, gerando, em muitos casos, apatia, obediência exagerada, anuência sem crítica, renúncia a si mesmo e medo da liberdade e falta de autonomia.

Não basta ser humilde, existem outras qualidades que também devem estar presentes no trabalho dos docentes. Conhecemos vários profissionais que não desenvolveram esta qualidade e não entendem que sem amor o seu trabalho torna-se vazio de significado. Como pessoas, os docentes precisam amar para serem amados, viver esse amor não só com os alunos mas também com seus colegas professores, orientadores, supervisores, diretores, servidores e essencialmente amar a sua família. E para que esse amor aconteça, ele próprio precisa se amar. Quando isto acontece o trabalho torna-se muito prazeroso e vencemos com facilidade as negatividades de nosso que fazer diário, como já dizia Che Guevara “hai que endurecer, mas perder a ternura jamais”. Cremos que este pensamento deve estar muito presente nas nossas práticas profissionais e sociais.

Normalmente sentimos medo. Mas acreditamos que esse medo não é maligno, pois nos leva a novas reflexões sobre as necessidades de sermos mais esclarecidos em nossas práticas.

Lembramos aqui a tolerância, fator que, se inexistente, pode desfazer a nossa prática educativa, é a virtude que nos ensina a conviver com os diferentes, aprender com eles, respeitá-los e valorizá-los.

Tolerância é virtude, por isso mesmo se vivemos, devemos vivê-la como algo que assumimos. Como algo que nos faz coerentes: primeiro como ser histórico, inconcluso que estou sendo; segundo, com minha opção político-democrática. “Não vejo como possamos ser democráticos sem experimentar, como princípio fundamental, a tolerância, a convivência com os diferentes”. (FREIRE, 2000, p.13).

Procuramos indicar aqui alguns valores entre tantos que os docentes e, em especial, os que trabalham com o PROEJA, não podem deixar de exercitar. Pois sem esses valores, tornam insustentáveis as suas práticas. Não vemos como construir um currículo integrado, trabalhar um tema gerador, desenvolver um conselho de classe de qualidade, trabalhar a questão da própria inter e da transdisciplinaridade. Enfim acreditamos que, se faltarem essas qualidades básicas somadas a outras que serão elencadas em seguida por Freire, o docente do PROEJA está comprometendo todo o bom andamento de um Programa, que tem belos objetivos a alcançar, pondo em descrédito todas as estruturas mobilizadas.

Precisamos ter um olhar diferenciado para o PROEJA, levar em consideração que estes alunos já possuem uma história de vida e que esta história pode e deve ser a base para o processo ensino-aprendizagem. O educador deve estar atento ao desenvolvimento de projetos que atendam as reais necessidades dos alunos como forma de motivá-los a permanecer na escola e concluir o programa, para oportunizar a inserção deles, quando for o caso, no mercado do trabalho como cidadãos participativos que têm sonhos e têm necessidade de usufruir os direitos nesta sociedade que tanto exige.

Achamos que esta deva ser a escola ideal para o desenvolvimento do PROEJA, com todos os sujeitos envolvidos no processo educacional absorvendo e trocando

conhecimentos, experiências e valores para se tornarem indivíduos críticos e transformadores.

2.4 Demandas Específicas de Qualificação Docente no Proeja

Na atual conjuntura são inevitáveis e muito rápidas as mudanças no mercado de trabalho, cada vez mais seletivo, cada vez mais competitivo no que diz respeito às qualidades requeridas dos trabalhadores. E, considerando que o contingente de trabalhadores apresenta nível de escolaridade mais elevado e as ocupações exigem constante qualificação, surgiu a necessidade de políticas destinadas à melhor preparação dos indivíduos que estão fora para concorrerem a uma vaga no mercado de trabalho.

Quem está fora do mercado de trabalho precisa de um grande esforço para elevar o nível de sua escolaridade e para se qualificar profissionalmente. Foi com esse objetivo que surgiu o PROEJA, especificamente voltado à inserção social de jovens e de adultos. Essa modalidade, no momento de sua implantação gerou desconforto nas instituições, pelo fato de o programa ter sido implantado através de decreto, sem que tivesse havido a necessária preparação dos docentes que assumiam o desafio de trabalharem com uma modalidade de ensino muito diferente da regular destinada. Pesou também o fato de que a clientela do PROEJA é muito heterogênea em seus vários aspectos. Decorre daí a urgente necessidade de formação e de qualificação dos docentes.

O profissional para trabalhar com o PROEJA tem de ser um professor diferenciado, apesar de que todos deveriam ser, um docente que tenha interesse em transformar e ser transformado, em ensinar, mas também em aprender, que não seja o dono da razão absoluta. Quando esse profissional é selecionado, geralmente, ele necessita de uma formação específica, pois os currículos acadêmicos não abrangem disciplinas específicas voltadas à educação de jovens e adultos e quando existem são tratadas de maneira muito superficial.

Cabe considerar que a problemática da educação de jovens e adultos merece compor o currículo de formação básica de todos os educadores. Afinal, diz respeito a todos a luta contra a exclusão social e educativa, a superação da perspectiva assistencialista da educação compensatória e a articulação de sistemas de ensino inclusivos, que viabilizem múltiplas trajetórias de formação (RIBEIRO, 1999, p.197).

Os currículos acadêmicos têm demonstrado melhora quanto à estruturação de disciplinas relacionadas a EJA e ao PROEJA, já é nítida tal transformação nas universidades, apesar de ainda muito prematura. Tal atitude somente se concretizará quando currículos e docentes estiverem realmente comprometidos na aquisição dos conhecimentos necessários para efetiva mudança educacional, assim mudando sua práxis pedagógica. Para que isso aconteça é preciso amparo legal, investimento financeiro, administrativo e pedagógico unificando definitivamente o ensino médio, a educação de jovens e adultos e a formação profissional.

Para falarmos da demanda de qualificação de docentes no PROEJA, recorreremos ao *Documento Base do PROEJA* (BRASIL, 2006a) que aponta para a necessidade de que a formação de professores precisa ser pensada, com o objetivo de contribuir para a constituição de um quadro de profissionais nessa área educacional.

Quando valorizamos mais uma política pública sobre uma política de governo, percebemos as fragilidades e também as potencialidades dos sistemas educacionais em todas as suas esferas. A história mostra que, décadas atrás, houve um recuo na oferta de

cursos técnicos na Rede Federal de Ensino. Ocorreu também o desmonte de cursos da rede estadual, com suspensão de concursos públicos para professores de áreas específicas. Apareceu assim a primeira grande dificuldade no campo da docência para implementação do currículo integrado: a falta de um quadro de professores efetivos no domínio da educação profissional. Tendo em vista o crescimento da oferta do ensino médio integrado, com duração de até quatro anos, é necessária a reconstituição do quadro efetivo, pois não é recomendável trabalhar nessa perspectiva curricular com professores pouco comprometidos.

Sabemos que a constituição do quadro de professores efetivos é de responsabilidade dos governantes de cada uma das esferas administrativas. Entendemos que a segunda dificuldade que deve ser superada está relacionada com a formação desse quadro de professores que, na maioria das vezes, é composta por docentes em situação de temporários, com prazo limite de atuação nas escolas e que não possuem nenhuma experiência em EJA. Em geral os professores das disciplinas específicas têm formação em bacharelados, não possuem formação para o exercício de docência e, na maioria das vezes, têm uma visão tanto distorcida sobre educação. É necessário que tenham acesso a um programa de formação pedagógica de professores para a educação profissional. Por outro lado, temos a situação dos professores licenciados que carecem de formação com vista ao ensino médio com o currículo integrado, pois sua formação foi de caráter propedêutico e não fazem relação entre trabalho e educação, e vezes não veem a educação profissional relacionada com a educação básica. Conforme descrevem Franco e Silva (2008, p. 7 e 8):

O profissional que atua no PROEJA, diferentemente das outras modalidades de ensino, não vem tendo uma formação acadêmica específica, no que se reporta ao Ensino Médio. Não existe nas licenciaturas a preocupação com a ênfase na EJA e na Educação Profissional ou disciplinas que contemplem discussões sobre o ensino e a aprendizagem do aluno jovem e do aluno adulto. Além do mais são poucas as discussões em torno da formação do professor para o PROEJA e isto acarreta danos na formação do educando, pois não significa formar tão somente para saber ministrar conteúdos, mas também para estimular a reflexão, a crítica e o aprendizado mais amplo do educando. Contudo, se o professor não partir da realidade de uma especificidade diferenciada do PROEJA, ele não se constituirá um profissional que contemple competências e saberes necessários à prática, fundamentais de adultos e jovens trabalhadores e se tornará o seu limite.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (PARECER CNE/CEB 11/2000) no título VIII está posto que:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer.

Embora a legislação sobre a EJA “garanta ao educando da EJA seu direito constitucional subjetivo de ter a sua educação básica e do educador o seu direito de formação” (FRANCO e SILVA, 2008, p.3), existe outro aspecto a ser considerado - o da formação continuada, que está assim fundamentado no Documento Base (MEC. 2007, p.33):

Para consolidar uma política é necessária uma mudança na cultura pedagógica que rompa com seus conhecimentos fragmentados. A formação continuada para professores, gestores e técnicos tem um papel estratégico na consolidação dessa política. O MEC, por meio da Rede Federal e Universidades Federais, e os estados, por meio das universidades estaduais, deverão atuar em conjunto nas suas regiões para elaborar e executar ações de formação para os professores que forem atuar seja na área básica ou na área específica.

A lógica é que a formação dos profissionais de educação para o ensino médio integrado deva guardar suas especificidades, porém precisam estar inseridas no campo amplo da educação profissional e tecnológica. Tal formação deve superar a aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores. Seus objetivos devem ser mais ambiciosos, centrando-se nas políticas públicas educacionais, principalmente as relativas à integração entre a educação profissional e tecnológica e a educação básica para que, de alguma forma, possa privilegiar mais o humano trabalhador e suas relações com o meio ambiente do que o fortalecimento da economia e do mercado de trabalho.

Buscando conhecimento nessa nova área, o MEC estimulou a criação de grupos de pesquisas e programas de pós-graduação destinados à formação desses profissionais. Para fazer frente às necessidades de capacitação principalmente em nível de especialização e mestrado, as instituições passaram a utilizar duas estratégias: I - liberar professores para cursos em outras instituições nacionais e ou estrangeiras. II - Desenvolver programas interinstitucionais de pós-graduação. A ideia de liberar professores e técnicos para desenvolver sua capacitação em outras instituições visa atingir linhas de pesquisa específicas e de interesses mais diversos. Esta forma de e pedagógico no período de capacitação.

Cabe então às instituições atuação tem a vantagem de reduzir o índice de endogenia na formação dos professores e servidores. Observa-se, também, que a formação em ambiente alheio à instituição de origem traz novas experiências e cria vínculos para novas parcerias de pesquisa e desenvolvimento.

As vantagens desses programas interinstitucionais são que permitiram e permitirão a ampliação da formação dos profissionais da educação nos níveis de especialização, mestrado e de doutorado em número maior e em tempo bastante reduzido, sem causar grandes transtornos nas instituições onde trabalham. Essa forma de ação permite aos profissionais um afastamento parcial, o que traz menor impacto sobre o processo administrativo interessadas em melhorar e qualificar seu quadro funcional criar artifícios que despertem o interesse desses recursos humanos para elevarem seus níveis de formação e de titulação. Em consequência estará a instituição também conquistando melhor avaliação de seus cursos, pela qualificação do corpo docente e, a partir daí, a atuação no PROEJA será diferenciada. Docentes e corpo técnico estarão sensibilizados para orientar e atuar, com conhecimento, num fazer educativo voltado para as características de jovens e adultos. E com isso quem ganha obviamente é a Educação Brasileira.

3 A VISÃO DOS DOCENTES DO IFRS/SERTÃO E DO IFFARROUPILHA/SVS SOBRE O PROEJA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a análise dos dados apurados a partir de abordagem aos docentes que atuam no PROEJA, no Câmpus Sertão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS/Sertão) e no Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFARROUPILHA/SVS). A presente pesquisa foi realizada em uma única etapa, com a aplicação de questionário formado de questões abertas e fechadas, respondido pelos docentes.

Na pesquisa foi adotada a metodologia de estudo exploratório descritivo com levantamento e interpretação qualitativa dos dados. Os sujeitos que responderam ao questionário são um grupo de vinte e seis docentes atuantes no PROEJA dos dois Câmpus investigados, que enriqueceram a análise e discussão do tema, tendo em vista a especificidade de serem professores que atuam no PROEJA.

As instituições investigadas aderiram ao PROEJA por imposição do Decreto Nº 5478/2005, cujo objetivo é oportunizar uma formação integrada ao ensino profissional em curto espaço de tempo para jovens e adultos que estão afastados dos bancos escolares há algum tempo, por vários fatores, na perspectiva de se manterem ou se inserirem no mercado de trabalho com possibilidade de melhoria da qualidade de vida. Como se trata de uma pesquisa qualitativa exploratória, a partir do preenchimento de questionário sem identificação dos respondentes, foi necessário transcrever, neste trabalho, na íntegra, a fala dos docentes. Para garantir o anonimato dos entrevistados, optamos por identificá-los por números, preservando a fala original dos pesquisados, de forma a facilitar a leitura e compreensão.

O questionário foi elaborado com vinte e nove questões abertas e fechadas (anexo 01), e seria aplicado, inicialmente a um grupo de 19 docentes (sendo 08 do IFRS/Sertão e 11 do IFFARROUPILHA/SVS). Com a expansão do quadro docente destes dois câmpus, obviamente, aumentou o número de docentes atuantes do PROEJA, que atualmente conta com 26 docentes, (sendo 09 do IFRS/Sertão e 17 do IFFARROUPILHA/SVS). Todos os vinte e seis docentes dos dois Câmpus contribuíram respondendo ao questionário.

Segundo Goi (2009, p.42), o PROEJA tem como objetivo a (re) inserção de Jovens e Adultos no sistema educacional, com possibilidade de acesso à educação básica integrada com a formação profissional, elevando assim o nível de escolaridade, de qualificação para o trabalho e de formação para a vida, oferecendo, ainda, a possibilidade da continuidade dos estudos por toda a vida.

Segundo Freire (1987, p. 25),

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não tem mais lugar para a educação bancária. Os professores devem considerar o estudante como sujeito capaz de construir seu próprio saber, com uma proposta pedagógica pautada em relações dialógicas, de cooperação e solidariedade, para que possam ser preparados para participarem da construção de uma sociedade politizada, com todos os direitos de cidadãos que produzem e colaboram para a transformação do mundo.

Por estas razões os docentes atuantes no PROEJA, de uma forma geral, têm a responsabilidade de motivar e valorizar os discentes para possibilitar a integração ao mundo ao trabalho, ao uso da ciência e da tecnologia, o desenvolvimento geral do ser humano, da cultura geral, bem como os enriquecer cientificamente e politicamente,

possibilitando aos jovens e adultos a inserção e/ou permanência no mundo do trabalho nele atuando de uma forma ética e competente, técnica e política, visando à transformação da sociedade em função dos aspectos sociais e coletivos.

ParaGoi (2009, p.28),

Cabe ao sistema educacional oferecer aos alunos de EJA/PROEJA a qualificação permanente dos professores e a compreensão de que podem e devem aprender uns com os outros, com metodologias que possibilitem valorizar conhecimentos adquiridos e realizar atividades cognitivas, afetivas e emocionais, para que este retorno à escola seja para todos os alunos um desafio gratificante e motivador e que esses estudantes também possam superar os preconceitos pela idade de retorno, pelos estudos interrompidos, a inclusão dentro do sistema educacional e que possam ser inseridos no processo de aprender por toda a vida.

Iniciaremos a análise de dados pelos docentes do PROEJA noIFRS/Sertão e posteriormente do IFFarroupilha/SVS e, após, realizaremos um estudo comparativo dos dois *Câmpus* envolvidos.

3.1 Perfil dos Docentes

O quadro de pessoal docente do PROEJA do IFRS/Sertão é atualmente composto de 09 docentes, sendo 03 do sexo masculino que atuam na educação técnica e 06 do sexo feminino que atuam na educação geral

Em quanto que o quadro de docentes do PROEJA do IFFarroupilha/SVS , quando da realização da pesquisa (julho 2010), era composto por 17 docentes, sendo 03 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Quanto à área de atuação, 11 docentes são da educação geral e 06, da educação técnica.

Comparando o quadro docente dos dois Institutos que trabalham com o PROEJA, percebemos que em ambos há a predominância de professores da educação geral, como já era de se esperar pela natureza dos cursos. Mas se observa também que o PROEJA está quase que exclusivamente sobre a responsabilidade dos docentes do sexo feminino.

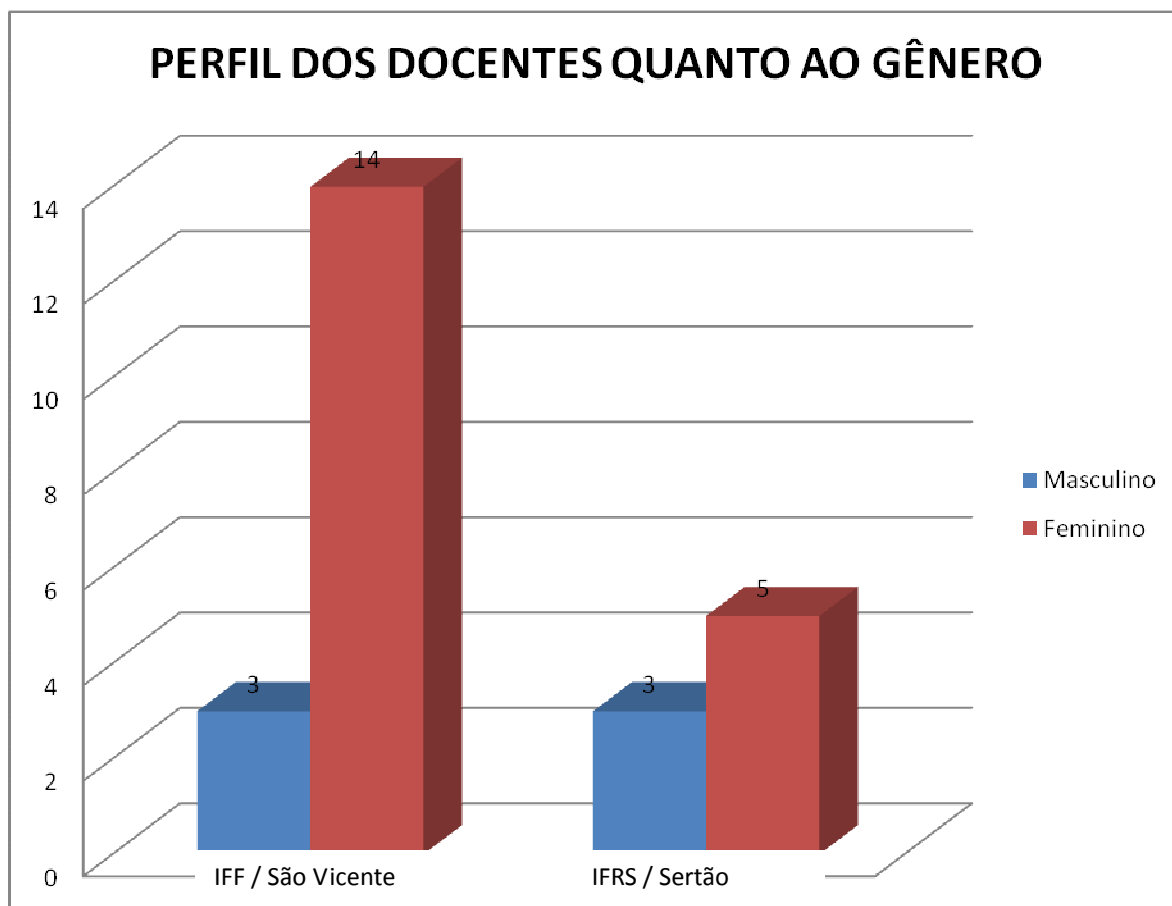


Figura 1 – Perfil dos Docentes do PROEJA do IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS, 2010, quanto ao Gênero.

3.1.1 Formação acadêmica dos docentes

Em relação à Formação Acadêmica, destacamos que, no quadro docente do IFRS/Sertão, todos são graduados, com pós-graduação em nível de especialização, sendo que, 03 docentes ainda não concluíram o mestrado, 04 já possuem mestrado e 02 estão cursando doutorado.

Destacamos que todos os docentes do IFFarroupilha/SVS são graduados: 16 com pós-graduação em nível de especialização concluída, e 01 em fase de conclusão, sendo que 07, já possuem o mestrado concluído e 01 tem doutorado concluído.

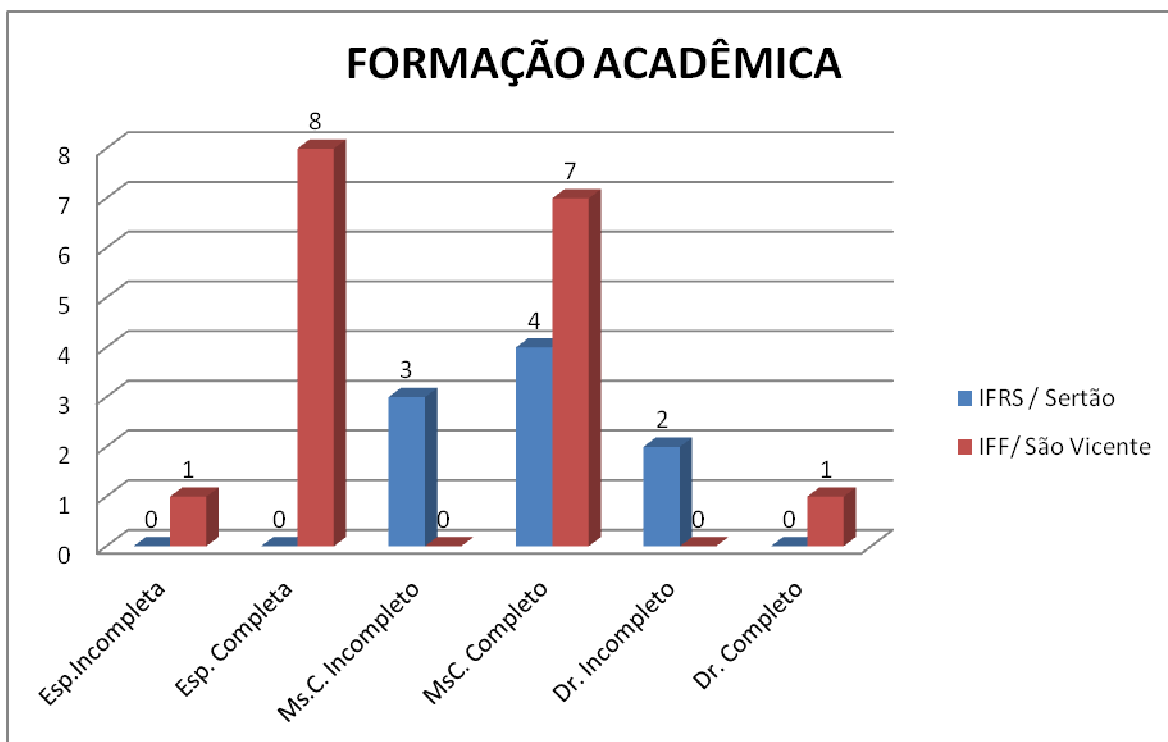


Figura 2 – Formação acadêmica dos docentes do Curso PROEJA,IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS. 2010.

Assim, é possível considerar a formação acadêmica dos docentes que atuam no PROEJA nessas duas instituições de alto nível, mostrando destaque para o IFFARROUPILHA/SVS, porém, isso não é tudo que o PROEJA necessita e, sim uma parte, é claro que sem formação qualificada também se torna muito difícil o trabalho.

3.1.2 Tempo de experiência profissional na área de educação

O tempo de experiência profissional na área de educação foi levado em consideração nesta pesquisa. Constatou-se que no IFRS/Sertão 01 docente possui de 1 a 2 anos de experiência; 3 docentes possuem experiência de 03 a 05 anos; 02 de 06 a 10 anos; 01 de 11 a 15 anos; e 2 de 16 a 20 anos de experiência profissional em educação

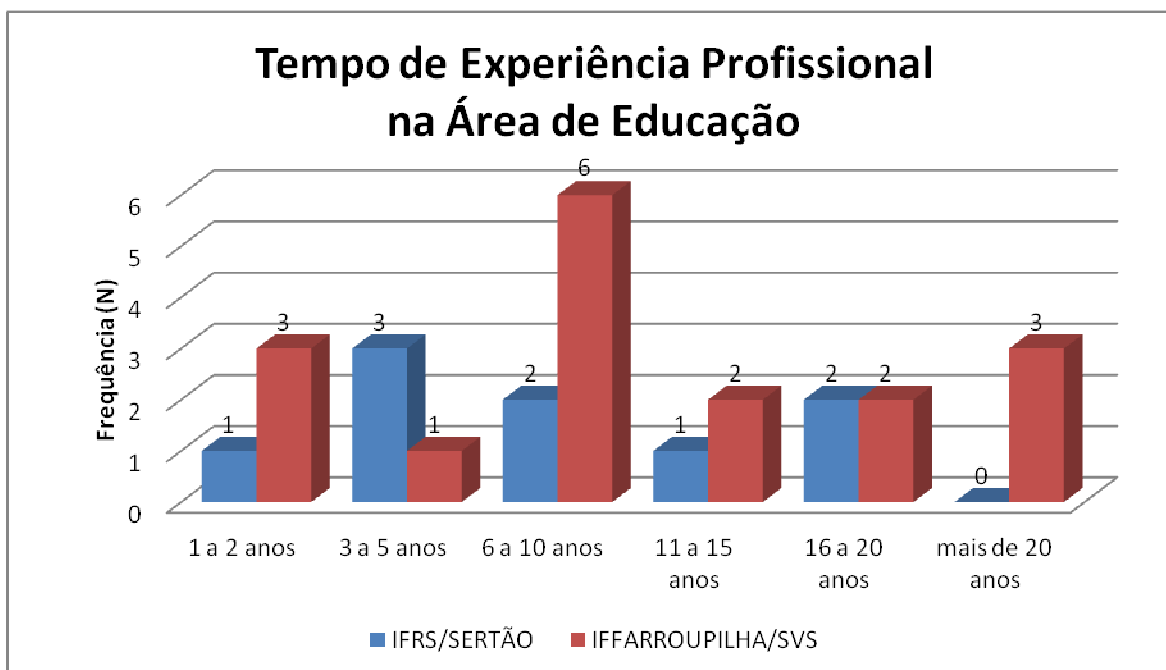


Figura 03 – Tempo de experiência profissional dos professores na área de educação do Curso PROEJA, IFRS/Sertão e IFFARROUPILHA/SVS2010.

Conclui-se que esse quadro de professores está formado por apenas um docente que se pode considerar iniciante, pois conta com menos de 2 anos de experiência. Mesmo que outros 3 docentes possuam menos de 5 anos de experiência, não podemos considerar fraca a experiência docente do referido Instituto, pois o restante dos professores possui ampla experiência na área de educação.

Da mesma forma observamos nos dados do IFFarroupilha/SVS e percebemos que existem 03 docentes que possuem experiência 1 a 2 anos; 1 docente possui de 3 a 5 anos de experiência; 6 docentes possuem de 6 a 10 anos de experiência; 2 docentes possuem de 11 a 15 anos de experiência; 2 docentes possuem de 16 a 20 anos de experiência e 3 docentes possuem mais de 20 anos de experiência profissional na área da educação.

Lançando um olhar sobre os dois Institutos no que tange a experiência profissional na área da educação, pode-se constatar que aparecem poucos professores com pequena experiência. Observa-se que no IFRS/Sertão dos 9 docentes apenas 1 tem menos de 2 anos de experiência, enquanto que no IFFarroupilha/SVS entre 17 docentes apenas 3 tem menos de 2 anos de experiência. Nota-se também uma maior concentração de docentes dos dois Institutos com experiência de até 10 anos. Os demais docentes possuem experiências acima de dez anos, sendo que até 15 anos temos 2 docentes no IFFarroupilha/SVS e 1 no IFRS/Sertão e até 20 anos temos 2 em cada instituto. E docentes com experiência acima de 20 anos só existe em IFFarroupilha/SVS. Dessa forma confirma-se a sua superioridade no quesito Experiência profissional na área da educação sobre o IFRS/Sertão.

No IFRS/Sertão, quanto às áreas que já atuaram como docente: apenas 01 docente já atuou na modalidade da educação infantil; 02 docentes já atuaram com alunos de séries iniciais; 05 docentes já atuaram com alunos de 5ª a 8ª série; 02 docentes afirmaram que atuaram com o Ensino Fundamental, na modalidade EJA; 05 docentes declararam ter trabalhado com alunos de Ensino Médio regular; 07 docentes também afirmam terem trabalhado no Ensino Médio na modalidade EJA; 07 docentes declaram já terem atuado na Educação Técnica de Nível Médio; e 06 docentes declararam que atuam ou atuaram no Ensino Superior. Estes dados confirmam a heterogeneidade de experiências com os diversos

níveis e modalidades de educação, o que, no nosso entendimento, enriquece a qualidade do ensino e da atuação dos docentes envolvidos no PROEJA do referido Câmpus.

NO IFFARROUPILHA/SVS, ENTRE os docentes pesquisados apenas 04 informaram ter atuado na educação infantil e 05, nas séries iniciais, 13 no ensino fundamental destes, apenas 02 com EJA nas séries iniciais e 03 docentes na EJA (5ª a 8ª séries), 15 docentes, no Ensino Médio Regular, 12 docentes têm experiência na modalidade EJA, 16 docentes, experiência com Ensino Técnico de Nível Médio, 12 docentes já atuaram no Ensino Médio e 12 docentes têm experiência no ensino superior.

Estes dados revelam que os docentes que atuam no PROEJA no IFFARROUPILHA/SVS têm experiência relevante na área da educação de uma forma geral, o que, no nosso entender, enriquece a experiência dos docentes no PROEJA.

Tendo como princípio o entendimento de que os saberes, produzidos ao longo da vida pelos sujeitos praticantes, são a base sobre a qual assentam seu estar no mundo, sua compreensão e as explicações sobre ele, a educação de jovens e adultos faz-se viva para sujeitos professores, eles também jovens e adultos em processos de metacognição sobre o aprender de seus alunos, produzindo conhecimentos, nem sempre suficientes para possibilitar a continuidade dos processos de aprendizagem e adequados para criar ambientes satisfatórios ao aprendizado do que deve compor o currículo na educação de jovens e adultos (PAIVA, 2006, p. 535)

O fato dos docentes já terem vivenciados outros projetos e outras concepções de educação, podem valorizar as ações e corrigir práticas de ensino ineficientes e obsoletas, levando a repensar suas metodologias de trabalhos junto a uma nova e emergente modalidade de ensino que tenha como pilar mestre o aprender por toda vida.

3.1.2 Tempo de experiência profissional no Instituto

Quanto ao vínculo empregatício, todos os docentes pertencem ao quadro efetivo do IFRS/Sertão, sendo que dos 09 docentes, 05 tem menos de um ano de docência, 01 docente tem experiência docente entre 01 a 02 anos, 02 docentes têm entre 03 a 05 anos de docência no Câmpus e 01 docente tem tempo de docência no Câmpus entre 06 a 10 anos.

Em quanto que no IFFARROUPILHA/SVS, de 17 professores questionados 7 docentes tem menos de um ano de docência na Instituição; 5 docentes tem experiência docente entre 1 a 2 anos na Instituição 3 docentes tem experiência docente entre 3 e 5 anos na Instituição e 2 docentes declararam ter experiência docente 11 a 15 anos na Instituição.

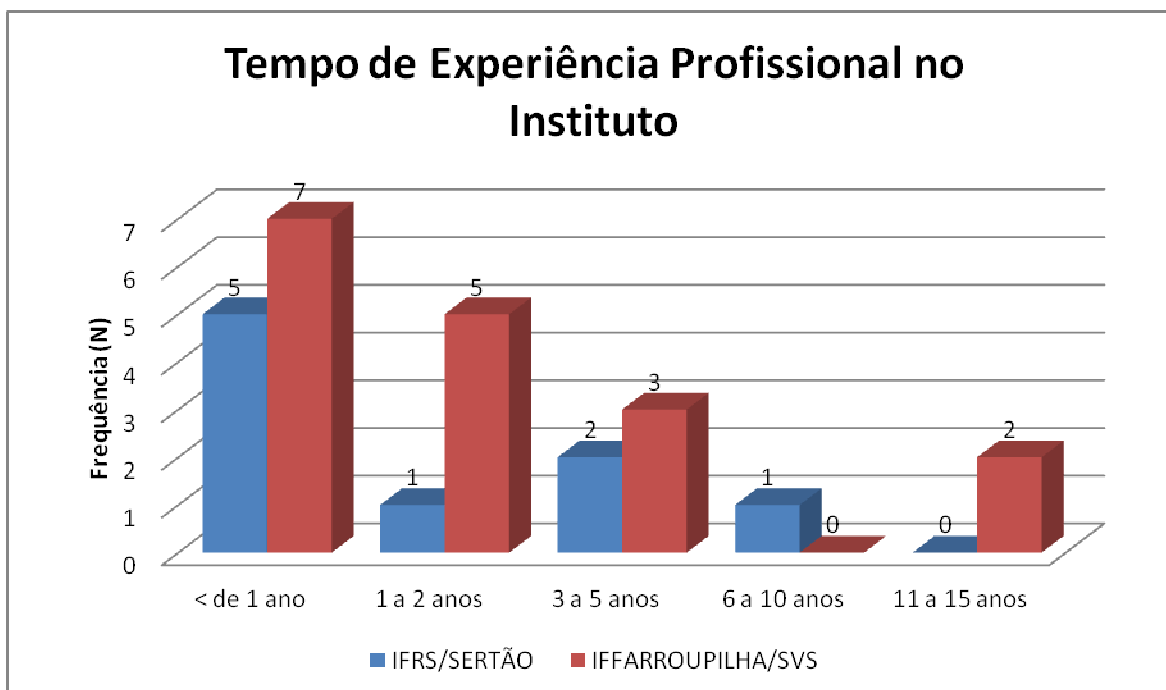


Figura 04 – Tempo de experiência docente na Instituição dos Professores do PROEJA, IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS 2010.

Este quadro demonstra que dos 9 docentes do IFRS/Sertão, 6 docentes tem menos de 2 anos de experiência docente na Instituição, e dos 17 docentes do IFFarroupilha/SVS, 12 docentes tem menos de 2 anos de experiência docente na Instituição.

Nota-se aqui, o que pode ser considerado uma grande falha das duas instituições no que se refere ao cuidado com a qualificação dos docentes para atuarem no PROEJA, quando entregam as aulas de seus Cursos a professores novos, recém chegados na instituição, não interagindo-se das reais condições dos profissionais. Não demonstram preocupação em oferecer-lhes uma preparação prévia para o desempenho de suas funções se necessário. É possível que muitos destes docentes nunca tenham trabalhado nessa modalidade de ensino, ou talvez nem mesmo a conheçam. Isso é terrível para o Programa e pior ainda para os professores e alunos que podem sofrer frustrações no processo ensino-aprendizagem, que em alguns casos pode acarretar a desistência dos alunos.

3.2 Implantação do Proeja no IFRS/Sertão e no IFFarroupilha/SVS

As Instituições estão buscando através de Cursos Técnicos de PROEJA, melhorias nas condições de inserção social, econômica, política e cultural dos jovens e adultos de suas regiões, uma vez que uma Educação contextualizada e emancipatória contribui para o desenvolvimento local e regional de modo sustentável. Com a finalidade de atender às exigências da sociedade, que busca profissionais com formação tecnológica, as Instituições ampliaram as ofertas de cursos e passa a oferecer também na modalidade de educação de jovens e adultos de nível médio integrada à educação profissional, Justifica-se a oferta dos Cursos Técnicos porque visam oferecer a jovens e adultos trabalhadores oportunidades de escolarização e profissionalização, através da integração da educação básica de nível médio com a educação profissional

A modalidade PROEJA foi implantada no IFRS/Sertão no ano de 2006, com 04 turmas de 20 alunos, sendo 02 turmas de PROEJA no Curso Técnico em Informática e 02

turmas de PROEJA no Curso Técnico em Agroindústria. No ano de 2010, foi implantada mais uma turma de 30 alunos de PROEJA no Curso Técnico em Comércio.

Questionou-se aos Docentes doIFRS/Sertão se conheciam o PROEJA. Dos 09 docentes entrevistados, apenas 01 docente declarou que não conhecia o Programa; 05 docentes afirmaram que conheciam o Programa e 03 docentes responderam que conheciam mais ou menos. Entende-se que o docente atuante no PROEJA deve ter um profundo conhecimento não só do Programa como da modalidade de ensino EJA, suas diretrizes. Segundo Goi (2009, p.26),

É dever do Estado proporcionar condições favoráveis de formação completa e continuada, apropriada para cada modalidade de ensino. Para atuar no PROEJA, é necessário ter uma preparação especial, de modo a valorizar as experiências de vida, é fazer das experiências já adquiridas ao longo da vida orientações para os alunos a enfrentar os grandes desafios de uma sociedade em constantes e profundas transformações.

Para tanto, o docente do PROEJA tem que ter uma ampla formação e um planejamento especial, de modo a valorizar e motivar os jovens e adultos para a permanência e a garantia da conclusão do curso, através do desenvolvimento de conteúdos interessantes que contribuam para uma ampla formação.

Constatou-se através desta pesquisa que os docentes atuantes no PROEJA do IFRS/Sertão, não tiveram nenhuma qualificação para atuar no Programa, foram convocados a atuar, sem nenhuma preparação, quando na verdade deveriam ter uma formação continuada para garantir o êxito do programa. Não se faz educação fazendo de conta. Educar é um ato de amor e para tal há a necessidade de levar a sério.

Respeitando-se a linguagem, a cultura e a história de vida dos educandos, o professor pode levá-los a tomar consciência da realidade que os cerca, discutindo-a criticamente. Conteúdos, portanto, jamais poderão ser desvinculados da vida (FREIRE, 1997, p. 44).

Quanto à questão que oportunizou aos docentes que definissem o PROEJA, conforme suas concepções, elencou-se os depoimentos identificados por números, sendo que os professores 4, 5 e 6 não responderam:

PROEJA é a modalidade de ensino que integra a educação profissional com a educação básica (Professor 1)

Ensino de jovens e adultos com formação profissionalizante, para pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa. (Professor 2)

Educação de jovens e adultos com fim profissionalizante. (Professor 3)

Modalidade de ensino aprendizagem onde ocorre a integração da formação geral e técnico-profissional voltada prioritariamente aos jovens e adultos excluídos da modalidade regular por motivos singulares a cada estudante. (Professor 7)

Ensino voltado para a educação profissional de jovens e adultos, visando qualificar as pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar seus estudos no tempo de jovens, devido a situação da vida de cada um. (Professor 8)

Ensino técnico profissionalizante para adultos que não conseguiram concluir o ensino médio no tempo adequado. (Professor 9)

O PROEJA no IFFARROUPILHA/SVS foi reconhecido no ano de 2006. A primeira turma do Curso Técnico em Informática iniciou no primeiro semestre de 2007, com previsão de ingresso de uma turma a cada ano. Assim ingressaram, em 2008 e 2009 turmas para este curso e, em 2010, após a realização de audiências públicas para levantamento da demanda local e regional, criou-se o Curso Técnico em Vendas, que foi implantado no início do ano letivo de 2010. Atualmente as duas turmas de PROEJA estão em andamento.

Ao quadro docente atuante do PROEJA do IF Farroupilha questionamos se conheciam esta modalidade de Ensino, todos afirmaram que sim, que já conheciam, sendo que apenas 01, declarou que conhecia mais ou menos. Abaixo citamos os depoimentos dos docentes definindo o PROEJA:

É uma modalidade oferecida àqueles que não tiveram a oportunidade de terminar seus estudos. É uma modalidade de inclusão. (professor 1)

É uma modalidade de ensino que auxilia na formação de jovens e adultos que não conseguiram realizar essa formação do tempo regular.

(professor 2)

É educação profissional e educação básica oferecida a jovens e adultos que já não mais possuem idade escolar. São geralmente trabalhadores.

(professor 3)

Consiste em um programa de educação de jovens e adultos criado com a finalidade de permitir que jovens e adultos retornem a educação formal e profissionalizante. (professor 5)

É uma modalidade de ensino de jovens e adultos que não tiveram oportunidade em tempo regular, associado, integrado ao ensino profissionalizante, a fim de proporcionar a esses alunos uma oportunidade de inclusão social. (professor 6)

EJA profissionalizante. (professor 7)

O PROEJA tem como proposta a integração da educação profissional com a educação básica. (professor 8)

É uma modalidade de ensino no qual os estudantes cursam o ensino médio ou fundamental ao mesmo tempo que fazem o ensino técnico. Dessa forma, muitas pessoas voltaram a estudar depois de um longo tempo fora da escola. (professor 10)

Modalidade de ensino especializado em ofertar novas oportunidades e forma de ensino. (professor 11)

É uma oportunidade de ensino profissionalizante à aqueles que não tiveram, ou tiveram de forma descontínua a educação básica e agora podem tê-la juntamente com a formação técnica, que o subsidie na busca da cidadania. (professor 12)

É um curso integrado, que possibilita a aqueles que não puderam estudar na época regular, uma oportunidade de realizar sua formação básica e a técnica. (professor 13)

Programa governamental que visa aliar a oportunidade de estudos àqueles, que não o executaram no período regular - com desenvolvimento e/ou formação profissional. (professor 14)

É uma proposta de inclusão social de jovens e adultos, com a oportunidade de uma formação geral juntamente com a formação profissional. (professor 17).

Mesmo com tamanhas mudanças e informação, é perceptível que alguns educadores, ainda, não conseguem definir muito bem qual é a proposta, confundindo o PROEJA com a própria EJA, na verdade eles explicitam ou conceituam a Educação de Jovens e Adultos quando deveriam conceituar o que foi solicitado.

3.2.1 Sobre a participação da comunidade escolar na definição dos cursos oferecidos pelo Proeja

Entende-se que é muito importante a participação da comunidade escolar na definição e elaboração dos cursos oferecidos nas instituições de ensino e em especial quando se trata de PROEJA.

De acordo com as informações dos docentes do IFRS/Sertão, somente 02 docentes afirmaram que a comunidade externa foi consultada formalmente sobre a implantação do PROEJA com formação profissional em Comércio no Câmpus, enquanto 03 docentes declararam que sim, que esta consulta foi realizada de modo informal, sem o conhecimento dos professores que atuam no PROEJA e 01 docente informou que a comunidade externa não foi consultada, os outros 3 responderam: “Não sei informar”. Assim, é perceptível que existe uma grande dificuldade de comunicação no IFRS/Sertão, tendo em vista que há divergências entre as respostas dos docentes. De acordo com as políticas públicas educacionais para a implantação de cursos, várias dimensões deverão ser consideradas, iniciando pela consulta da demanda e de interesse da comunidade externa, formação de professores e interação da escola com a comunidade de modo a valorizar e consolidar o PROEJA como uma modalidade de ensino que poderá atender uma grande parcela da população excluída do sistema educacional.

Segundo Moura (2008, p.11), essa não pode ser uma ação isolada, sob pena de constituir-se em mais uma iniciativa pontual e, portanto, sujeita a descontinuidade.

Dos 09 docentes entrevistados, 03 afirmaram que tiveram muitas oportunidades de participar da elaboração do *Projeto Pedagógico do Curso*, enquanto 03 docentes declararam que participaram em poucas oportunidades e 03 docentes responderam que não participaram, pois não tiveram oportunidades.

O PROEJA deve ser uma política educacional pública inclusiva e a proposta pedagógica deve ser elaborada a partir das *Diretrizes Nacionais da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos* com o objetivo de integrar a formação geral à formação técnica profissional, em conjunto com a comunidade escolar do Câmpus, para que todos os envolvidos tenham conhecimento do Programa, seus objetivos, suas diretrizes, a quem se destina, bem como todos os assuntos a serem abordados em todas as disciplinas no transcorrer do curso. A construção do projeto pedagógico do curso de forma coletiva implica no resultado final: o êxito ou o fracasso do mesmo. Entendemos que, se o projeto for bem construído, os riscos de fracasso são menores.

Levando em consideração os elementos constitutivos do *Documento Base do PROEJA*, numa relação com o *Projeto Pedagógico do Curso*, percebe-se que há pouca sintonia entre ambos, em termos de concepção, finalidades, princípios e fundamentos político-pedagógicos do currículo; que a organização curricular foi construída por uma equipe muito pequena, (provavelmente só pela equipe pedagógica), com pouca participação do corpo docente atuante no PROEJA. O *Projeto Pedagógico do Curso* também deveria ser reconstruído para atender às necessidades dos estudantes, levando em consideração as especificidades da EJA, para a qual necessário se faz uma organização de tempos e espaços formativos adequados. O que constatamos é que, da forma que foi

construído, implicou a fragmentação do conhecimento em áreas e, posteriormente, em disciplinas. Essa forma de elaboração do projeto da organização curricular ainda predomina na maioria das escolas brasileira, inclusive no IFRS/Sertão.

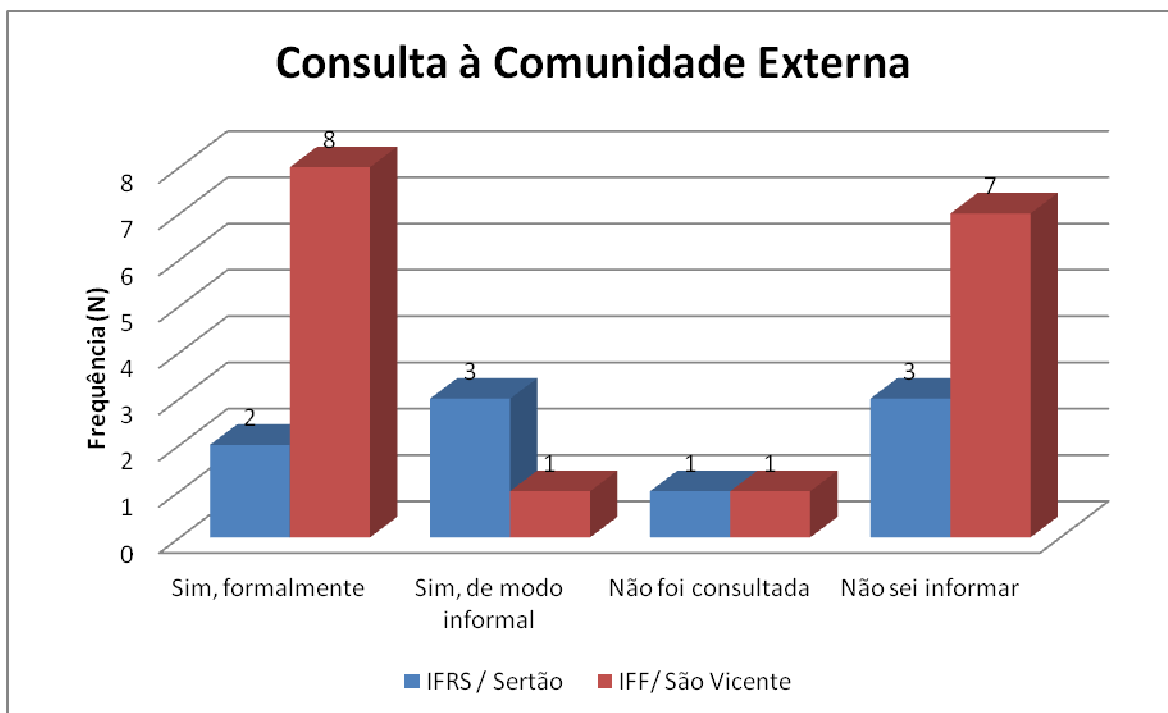


Figura 05 – Consulta à comunidade externa sobre os cursos oferecidos pelo PROEJA, IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS 2010.

Os docentes que atuam no PROEJA do IF Farroupilha – Câmpus São Vicente responderam da seguinte forma: Sim, formalmente 08 docentes; Sim de modo informal, 01 docente; Não foi consultada. 01 docente e Não sabiam informar, 07 docentes. Estes sete docentes são muito provavelmente os que declararam que tem menos de um ano de docência na instituição, que não têm conhecimento da forma com que o PROEJA foi implantado.

A escola tem como compromisso qualificar os docentes para atuar no PROEJA, iniciando pelo estudo da Legislação pertinente e pelo Documento Base, que é o eixo norteador do programa. O docente tem por obrigação ir em busca de informações sobre a modalidade de ensino em que atuará, pois não se admite (com tanta tecnologia), um docente entrar em uma sala de aula sem um conhecimento da modalidade de ensino, do projeto pedagógico do curso e do perfil dos alunos.

Segundo Paiva, (2006, p. 536),

O desafio de construir processos de formação continuada para professores tem significado a possibilidade de concretizar ideias forjadas durante anos de trajetória na educação de jovens e adultos e de estimular a luta por espaços legais, institucionais, em que os projetos políticos de atendimento pela escola e da educação de jovens e adultos se façam como direito, fortalecendo os professores para intervir na realidade social, educacional e pedagógica, de forma qualificada, consciente e significativa.

Entendemos que a elaboração conjunta do *Projeto Pedagógico do Curso* deveria acontecer de forma a qualificar natural e gradativamente os docentes. Este talvez seja um dos grandes desafios de uma política educacional de inclusão social, pois atenderia algumas necessidades como a de formação profissional dos docentes e dos educandos que nela estão inseridos.

3.2.2 A qualificação dos docentes para atuar no Proeja

A qualificação para atuar no PROEJA é fundamental, tendo em vista as especificidades do Programa. De acordo com a pesquisa, dos 09 docentes atuantes no Programa no IFRS/Sertão, apenas 01 informou ter participado de curso preparatório antes de iniciar suas atividades no PROEJA. Verificamos que nem a reitoria do IFRS, nem a direção do IFRS/Sertão, se preocuparam com a qualificação dos docentes, pois não foi oferecida eles nenhuma oportunidade de preparação. Verificamos novamente que as políticas públicas de inclusão não estão sendo cumpridas à risca, ainda há escola sem preocupação com a qualidade do ensino, na verdade apenas cumprindo formalidades, que, neste caso, é a implantação de novas turmas para atender as exigências da SETEC/MEC.

Segundo o *Documento Base do PROEJA*, (MEC, 2006, p.24), torna-se indispensável criar condições materiais e culturais capazes de responder, em curto espaço de tempo, ao desafio histórico de implementar políticas globais e específicas que, no seu conjunto, ajudem a consolidar as bases para o projeto societário de caráter mais ético e humano.

Para Del Pino, (2007, p. 06 -07), o PROEJA, é um programa que se assegura na construção de um currículo com identidade própria, ou seja, a de um ensino médio integrado para jovens e adultos que tem como objetivos: aliar o mundo da educação e o mundo do trabalho, reconhecer e utilizar os saberes prévios dos alunos.

O autor reafirma:

O compromisso com a integração curricular que objetiva uma formação sócio-laboral mediante a utilização de inovações pedagógicas planejadas e executadas coletivamente constitui-se num dos maiores desafios para gestores e agentes do programa. (DEL PINO, 2007, p. 7)

O comprometimento com a qualificação de todos os envolvidos no PROEJA e a qualidade do ensino oferecido a todos os alunos, independente dos níveis e das modalidades de ensino oferecidas deveria ser, na verdade, a maior bandeira a ser levantada dentro de qualquer instituição de ensino. Essa realidade constatada no IFRS/Sertão não é diferente da maioria das instituições federais que oferece o PROEJA no país, caracterizando o caráter compensatório deste Programa. Com isso justificam-se as deficiências dos alunos oriundos de EJA, quando optam em continuar os seus estudos.

Os três docentes que responderam à pesquisa e afirmaram que haviam participado de cursos preparatórios para atuar no PROEJA, acusam que a iniciativa partiu da Equipe Pedagógica ou da Direção da instituição; 01 docente respondeu que, tendo sido redistribuído de outro Instituto Federal, participou em sua instituição de origem de um curso preparatório. O Docente, assim como o aluno, possui uma história de vida, aprende dia-a-dia e reconstrói seus saberes, a partir das experiências diárias. Diante disso, salientamos a importância de uma preparação prévia dos docentes para compreender e

valorizar as questões culturais e as experiências vivenciadas pelos alunos de EJA no decorrer da vida.

Por isso, na ocasião do planejamento e implementação do Proeja, o Projeto Pedagógico do Curso não pode ficar limitado apenas às prescrições legais e aos objetivos dos cursos técnicos de nível médio. Precisa que os docentes participem de sua elaboração e entendam que a inclusão de estudantes oriundos da EJA a partir de sua própria especificidade, no que se refere aos fundamentos teórico-metodológicos e prático-pedagógicos da educação inclusiva para o acolhimento deste público específico. Diante disto, se confirma a necessidade de um curso preparatório, bem como a formação continuada dos docentes que atuam no Proeja, para que possam atuar de forma consciente no sentido de enriquecer esta nova experiência – o retorno aos bancos escolares, desta vez com a oportunidade de uma profissionalização.

Segundo dados levantados nesta pesquisa, dos 09 docentes que atuam no PROEJA e responderam esta pesquisa, do IFRS/Sertão, 05 declararam que a adesão foi voluntária e 04 docentes afirmam que esta adesão foi imposta pela Direção do Câmpus. Assim, ainda é possível perceber o quanto à modalidade do PROEJA não é difundida, pois se a adesão é imposta (Figura 6) a proposta pode ser comprometida e o trabalho improdutivo.

Espera-se que um curso da complexidade do PROEJA, não mereça um quadro de professores onde quase 50% das pessoas, que são responsáveis fundamentais pelo ensino e pela aprendizagem, estão sendo forçadas a adaptarem-se para que o mesmo possa funcionar. Depois, se os professores se sentem forçados é possível que rejeitem esta modalidade de ensino e não se sintam motivados e nem motivadores desses seres que precisam de muitos estímulos para se manterem na escola, serem impulsionados para o exercício de sua cidadania, bem como sua educação continuada e a inserção no mundo do trabalho.

Embora o Governo tenha investido em programas de qualificação de docentes nos últimos anos, ainda é precária a formação de docentes para atuar na modalidade de EJA o que tem se constituído num dos pontos críticos e mais importantes do programa de expansão da educação profissional no Brasil, nos últimos quatro anos tendo em vista o significativo número de docentes que ingressaram na rede da educação profissional e tecnológica. Outro aspecto relevante é a falta de cursos de qualificação de formação continuada para os servidores envolvidos, pois se trata de uma nova modalidade de ensino com características diferenciadas da regular e que atende um público específico de cidadãos que, por algum motivo, estão à margem da sociedade escolarizada há algum tempo.

Apenas 01 (um) docente afirmou ter participado de um curso preparatório de até 40 horas. Verificamos mais uma vez que falta empenho da coordenação pedagógica, orientação sistemática e empenho por parte dos docentes em buscar e discutir a legislação e o embasamento teórico do PROEJA, para o desenvolvimento de um trabalho consciente de seu papel como educador. A formação dos docentes para atuar na EJA ainda é uma área a ser explorada. Há, portanto, muito que fazer para que o PROEJA seja uma modalidade de ensino consolidada e estruturada como política de ação afirmativa.

Para Silva (2009, p. 135),

Se nós educadores, não reconhecemos nosso papel, considerando a função social da escola e o PROEJA, como política de ação afirmativa, de fato este programa fica restrito à força do Decreto, e este ganho social pode simplesmente deixar de existir [...].

A expansão do ensino profissional no país acontece de uma forma acelerada e desordenada, fazendo com que os docentes iniciem suas atividades sem preparação nem conhecimento das modalidades de ensino em que atuarão, com suas especificidades. As ofertas de formação docente são muito reduzidas e cadenciadas se considerarmos o potencial da necessidade.

A legislação é clara e o Parecer CNE Nº 009/2001, aponta que os cursos de formação de professores não podem deixar de lado a EJA como uma necessidade social expressiva. Os docentes afirmaram que a iniciativa de implementação dos cursos dos quais participaram foi, na sua grande maioria, da Equipe Pedagógica da instituição. No *Documento Base do PROEJA* (MEC, 2006), há o entendimento de que a EJA deve contemplar os processos educativos e formativos para o desenvolvimento das demandas sociais e regionais, o que requer dos quadros de docentes formação com padrões de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

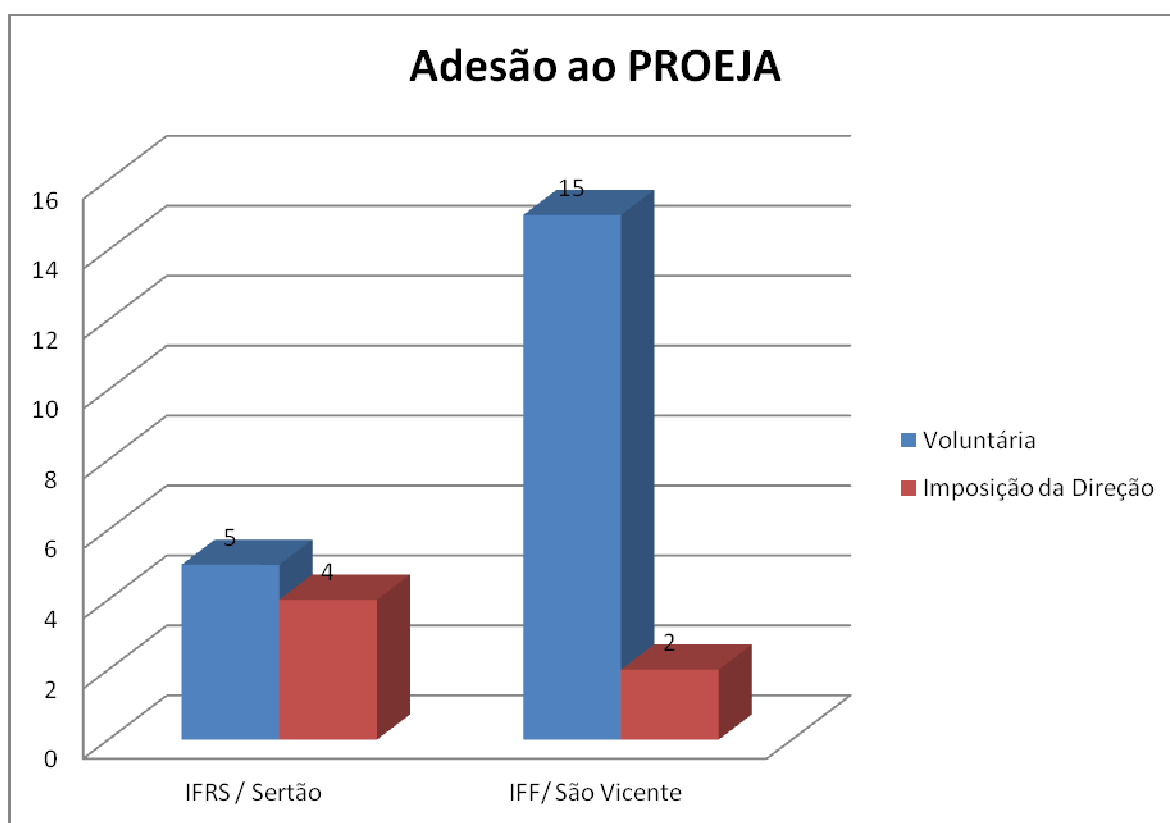


Figura 06 – A adesão ao Proejano IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS 2010.

De acordo com as informações obtidas entre os docentes do PROEJA do IFFARROUPILHA/SVS, constatamos que apenas 06 (seis) docentes afirmaram que já haviam participado de cursos de formação antes de iniciar suas atividades no PROEJA no IFFARROUPILHA/SVS, em cursos entre 180 e 360 horas de duração. Portanto a adesão ao Programa ocorreu, para aproximadamente 88% dos docentes, de forma voluntária. Diante desse quadro, percebemos que há um grande interesse por parte dos docentes de que o PROEJA se consolide como uma política educacional inclusiva e de fato como uma nova modalidade de ensino que oportunize a elevação da escolaridade e, ao mesmo tempo, formação profissional.

Portanto, é imprescindível que ações pedagógicas de formação inicial e continuada envolvendo a EJA e a Educação Profissional sejam oportunizadas nas instituições de forma

frequente e continuada de modo a oportunizar motivação, preparação e envolvimento dos docentes buscando a contribuição dos demais. Além disso, é necessário que os projetos políticos pedagógicos dos Câmpus contemplem a formação inicial e continuada dos gestores, técnicos e docentes, como um compromisso da instituição, de forma estruturada, levando em consideração as necessidades do desenvolvimento das competências técnicas e humanísticas que o PROEJA requer.

3.2.3 A organização e a dinâmica do trabalho pedagógico nos cursos do PROEJA

Quando questionados se existe uma coordenação pedagógica específica para o PROEJA em seu Câmpus, constatamos que apenas um docente do IFRS/Sertão respondeu que não. Isto demonstra claramente que este docente não conhece a estrutura existente nesta instituição ou é muito precária a comunicação entre ambos (docente e coordenação). Na sequência foi questionado se esta coordenação é atuante. Dos oito docentes que responderam ter uma coordenação pedagógica específica do programa, apenas 02 docentes responderam que sim que a coordenação é plenamente atuante, os outros 06 docentes declararam que a coordenação é satisfatoriamente atuante.

O PROEJA é um programa que envolve vários sujeitos e todos têm um papel específico e importante. Coordenação Pedagógica bem estruturada e atuante é fundamental para o sucesso do Programa. Verificamos, pelas informações dos docentes, que no IFRS/Sertão há uma Coordenação Pedagógica responsável pelo PROEJA que, segundo os seus docentes, é atuante de forma satisfatória, mas há divergências expressivas entre a falta do conhecimento do PROEJA como programa de inclusão social, participação no planejamento do curso, qualificação para atuar no Programa, metodologia de trabalho dos docentes (falta de transdisciplinaridade) e falta de conhecimento da legislação de EJA como modalidade de educação diferenciada do ensino regular. Por isso, mais importante que ter uma coordenação atuante é ter um corpo docente estruturado, que mantenha uma boa comunicação e interdisciplinaridade entre seus componentes. Ficando claro, com as respostas dos questionamentos, que é um quesito a ser trabalhado pelo grupo do IFRS/Sertão.

Finalizando o questionário, oportunizou-se espaço livre para que os docentes pudessem se manifestar sobre algo mais. Algumas considerações ali deixadas valem a pena reproduzir aqui:

Creio que deve haver maiores discussões a cerca do pouco reconhecimento do curso, da falta de comprometimento dos alunos. Não concordo com a possibilidade dos alunos serem aprovados sem terem frequência ou rendimento mínimo. (Professor 3)

O docente que atua em níveis diferentes de ensino e ao mesmo tempo no PROEJA confunde metodologias de graus distintos. (Professor 7)

Melhor compreensão da modalidade PROEJA, pela coordenação geral de ensino. (Professor 8).

Evidenciou-se pelos relatos acima mencionados que os professores do PROEJA não têm sido tratados pelo poder público com seriedade, pois não têm qualificação para atuar em programas implantados com o intuito de reparar uma dívida social e qualificar, em curto prazo de tempo, jovens e adultos que não tiveram oportunidade de escolarização no tempo considerado regular, conforme a relação série/idade. É imprescindível ressaltar que

a educação de uma forma geral não tem a valorização que merece e com o PROEJA não é diferente.

Em relação à periodicidade das reuniões pedagógicas para tratar do PROEJA, apenas 05 docentes responderam que acontecem reuniões quinzenalmente, enquanto o restante dos docentes afirma que as reuniões acontecem mensalmente. É notório que é insuficiente a periodicidade das reuniões pedagógicas para tratar do PROEJA, sendo que nem os docentes sabem ao certo qual é a frequência das mesmas. É necessário refletir com mais intensidade e frequência sobre quem é o educando do PROEJA: suas experiências educacionais, sua vida, sua história, suas características e seus anseios. O espaço das reuniões deve servir para essa reflexão oportunizando vivências e troca de informações entre os docentes. Tal reflexão servirá para planejar os projetos dos cursos, bem como aulas que serão desenvolvidas no sentido de valorizar o esforço desses homens e mulheres trabalhadoras, empregados ou não, em busca de um emprego ou da permanência no mercado de trabalho. São sujeitos sociais e culturais, na maioria das vezes marginalizados pela sociedade, privados de acesso ao mundo do trabalho, com marcas da exclusão social, decorrentes das repetências e/ou interrupções na vida escolar.

Para entender o que os docentes conheciam sobre as modalidades de educação profissional e EJA, elencou-se na tabela abaixo, alguns temas que devem ser amplamente discutidos nas instituições de ensino profissional.

Tabela 1 – Temas discutidos coletivamente entre os docentes noIFRS/Sertão.
– 2010

Temas discutidos	Nº de indicações
As especificidades da Educação de Jovens e Adultos;	6
O Decreto n.º 5.154/2004	2
O Decreto n.º 5480/2006	2
<i>Documento Base do PROEJA</i>	2
Integração Curricular	7
Dualidade do Ensino	1
Conceito de Politecnia	-
Planejamento Pedagógico	5
PPC, PPI e PDI	2
Outros	8

De acordo com os dados da tabela acima, percebe-se que é precário o conhecimento dos docentes sobre o ensino profissional e a EJA. A Equipe Pedagógica e os docentes precisam estar mais atentos para serem conhecedores das diretrizes e legislações que norteiam o PROEJA, para que a escola não seja um local inadequado para os alunos da EJA. A instituição escolar precisa, sobretudo, evitar tratar o aluno adulto de forma abstrata e universal, sem levar em consideração que cada um tem suas particularidades, seus limites, sua trajetória de vida e já possui conhecimentos, mesmo que não sistematizado, já traz na bagagem uma história de vida e, na maioria das vezes, possui mais experiências que os próprios docentes.

Todos os servidores envolvidos com a educação, de uma forma direta ou não, podem conhecer a realidade da comunidade em que atuam, para que desenvolvam suas atividades de forma que estas atendam aos interesses, necessidades e aspirações dos educandos, com o objetivo de transformar a escola num lugar democrático e de muitas possibilidades, um lugar onde se constroem coletivamente os Regimentos, Projetos Pedagógicos de Cursos e Plano de Desenvolvimento Institucional.

O Documento Base (MEC, 2006, p. 34), refere que “a participação ativa dos alunos na produção de conhecimentos pressupõe o estímulo cotidiano para os muitos possíveis aprendizados, na perspectiva de constante superação, desenvolvendo sua consciência do valor da escolarização e da qualificação profissional”.

Partindo desta premissa, questionamos também aos docentes sobre que outros temas deveriam ser abordados em sua instituição de ensino:

Todos os citados na questão anterior. (professor 2)
Seriada do Curso PROEJA. (professor 3)
Desafios da aprendizagem no sistema PROEJA. (professor 5)
Metas que os alunos devem atingir. (professor 6)
Projetos interdisciplinares. (professor 7)
A interdisciplinaridade e seminários integralizadores. (professor 8)
Especificidades da educação. (professor 9)

A sociedade e o mercado de trabalho estão em constantes mudanças e não há tempo a perder, precisamos formar cidadãos aptos a se adaptarem e se manterem empregados. A escola tem grande responsabilidade sobre estas questões. Precisamos manter-nos atualizados para oportunizar uma formação capaz de acompanhar tais mudanças em condições de oportunizar aos alunos meios de usufruir os direitos de cidadãos atuantes, com a devida valorização, buscando melhoria da qualidade de vida para si e para sua comunidade.

Novamente os dados revelam que há uma divisão entre os docentes do IFRS/Sertão sobre o envolvimento dos mesmos em relação ao PROEJA. Dos 09 docentes pesquisados somente 03 se declaram sensíveis às especificidades dos alunos, 02 afirmam que estão em parte e 01 não soube opinar sobre o assunto. É perceptível que há uma grande falta de preparo deste quadro em relação ao Programa e, como vimos anteriormente, praticamente a metade dos docentes atuam no PROEJA, por imposição da Direção do Câmpus.

A sensibilização dos docentes que atuam no Proeja é construída ao longo do tempo com muitas discussões pedagógicas a cerca do assunto, é um trabalho lento, porém necessário. Cabe à Equipe Pedagógica da instituição promover estudos e ou discussões a fim de desencadear um processo de mudanças do paradigma de que a EJA é uma modalidade de ensino que não necessita de profissionais altamente qualificados e sensibilizados com as necessidades de mudanças no fenômeno da escolarização para a diversidade.

Depoimentos dos professores do IFRS/Sertão:

Alguns professores estão mais sensíveis, porém há divergências. Nem todos os professores querem trabalhar no PROEJA e muitos não concordam com esta modalidade de ensino. Mas por outro lado temos professores se aperfeiçoando mais na área do PROEJA. (professor 1)
Algumas disciplinas têm carga horária muito pequena. Assim os professores acabam não conseguindo conhecer tão a fundo todos os alunos. (professor 4)

De acordo com as respostas dos docentes, a falta de interesse dos alunos, assinalados por 06 docentes, bem como a falta de apoio pedagógico, 03 docentes, são os itens mais assinalados, a seguir com 01 docente cada item, vem na sequência: falta de motivação de minha parte; não estou bem preparado para a disciplina que ministro; desvalorização desta modalidade de ensino; falta de reconhecimento profissional e a falta de apoio pedagógico da equipe pedagógica.

Para Del Pino, (2007, p. 07),

enquanto professores temos que ter um olhar diferenciado para o PROEJA, já que esses alunos possuem experiências que deverão ser a base para o processo de ensino aprendizagem. O educador deve estar atento às reais necessidades que o educando traz consigo quando chega à escola.

Portanto, ao aderir a este Programa, a instituição deve dar suporte pedagógico ao quadro de docentes, motivando-os a realizar um trabalho consciente de sua importância para a melhoria da qualidade de vida de um grupo de jovens e adultos trabalhadores que, muitas vezes, veem na escola a única oportunidade de melhorar de vida. O profissional docente do PROEJA deve ter consciência de que não há uma formação específica para tal, não existem, ainda, licenciaturas destinadas à EJA, nem mesmo licenciaturas em cujo currículo haja disciplinas que contemplem esta modalidade de ensino. Cabe, portanto, à instituição de ensino, qualificar o quadro docente para exercer sua função como motivador, tornando a escola um lugar democrático e de possibilidades.

Seguem alguns depoimentos dos docentes sobre as outras dificuldades encontradas no cotidiano da sala de aula:

Os alunos precisam se dedicar mais;
Desvalorização desta modalidade de ensino;
Os alunos apresentam dificuldade na matemática básica;
Dificuldades nos pré-requisitos, muito tempo fora da sala de aula;
Dificuldades de aprendizagem;
Falta motivação aos alunos;
Minha pouca experiência na modalidade;
Falta de treinamento adequado, de formação para os professores e atualização constante para atuar nesta modalidade.

No IFFarroupilha/SVS, os docentes se dividem novamente ao responder, se há reuniões pedagógicas. Para esta questão: 13 afirmam que há sim uma coordenação pedagógica específica para o PROEJA, no Câmpus, enquanto 04 docentes responderam que não há coordenação pedagógica para o PROEJA. Em relação à atuação dessa coordenação, apenas 07 docentes responderam, sendo que 02 afirmaram que ela não é atuante; 03 docentes afirmam que é atuante satisfatoriamente e 02 docentes não sabiam opinar.

Pode-se perceber que o trabalho coletivo entre coordenação pedagógica e docentes do Câmpus, não é realizado no PROEJA, perdendo-se a oportunidade de educadores, gestores e comunidade escolar se envolverem na luta pela cidadania.

Observa-se que nem os professores conhecem a estrutura pedagógica para o PROEJA, pois as informações, na maioria das vezes são desencontradas e conflitantes. E é de se lamentar que os docentes envolvidos com o programa, demonstrem nas informações prestadas que não conhecem as diretrizes nacionais para a EJA e PROEJA.

Deixou-se um espaço aberto para que os docentes pudessem mencionar o que não tiveram oportunidade de abordar no questionário.

Havia uma coordenação de PROEJA na Instituição... Deve haver a mesma para um bom andamento. (Professor 1)

Eu apenas quero reafirmar a importância dessa modalidade de ensino, percebo que essa segunda opção oferecida pelo *Câmpus* que é em vendas responde satisfatoriamente aos alunos envolvidos. (Professor 2)

Hoje deveria ter uma coordenação específica para o PROEJA e que fosse bem atuante de modo que proporcionasse aos docentes envolvidos no processo, mais discussões, estudos, formações, etc. (Professor 6)

Atuo no PROEJA desde o início de agosto deste ano, portanto, nem completou um mês ainda. Por isso muitas questões propostas nesse questionário eu não soube responder conforme a realidade do curso, então deixei em branco. Desculpas. (Professor 9)

Que essa modalidade ainda tem muito a se organizar e mostrar a cara. E isso acontecerá quando houver alguém para fazer esse trabalho. Coordenar. (Professor 11)

Como recentemente cheguei à Instituição, me senti desconfortável ao responder algumas questões, visto não ter tido oportunidade de conhecer melhor o histórico da implementação dos cursos de São Vicente. (Professor 14)

É perceptível que os educadores estão sentindo falta de uma coordenação específica para o projeto, pois fica evidente que eles já tiveram uma boa orientação no passado e que atualmente isso não ocorre mais.

Quando questionados se no IF Farroupilha/SVS há reuniões pedagógicas com os docentes do PROEJA, as respostas foram variadas, dos dezessete docentes pesquisados, 03 afirmaram que as reuniões acontecem semanalmente, 01 docente respondeu que são quinzenais, 05 responderam que as reuniões acontecem mensalmente, 01 semestralmente e 07 esporadicamente. Divergindo quanto à informação, a resposta do grupo de docentes IF FARROUPILHA/SVS permite concluir que as reuniões pedagógicas não têm regularidade.

É notória a falta de organização e de participação dos docentes em atividades pedagógicas que envolvem diretamente o PROEJA, modalidade de ensino construída tendo por base o diálogo entre docentes e discentes. Sendo assim, acredita-se que na instituição predominam as atitudes individualistas e sem acompanhamento da equipe pedagógica. Segundo Freire (1997), “Ninguém constrói o diálogo sozinho”. Justifica-se aí a necessidade de realizar no PROEJA, todas as atividades integradas de forma a facilitar ao educando a compreensão do mundo de uma forma global.

De acordo com o Parecer CNE N° 11/2000,

Para se avançar na perspectiva de um direito efetivado é preciso superar a longa história de paralelismo, dualidade e preconceito que permeou a sociedade brasileira e as políticas educacionais para a EJA. Neste sentido, consoante a colaboração recíproca e a gestão democrática, a avaliação necessária das políticas implica uma atualização permanente em clima de diálogo com diferentes interlocutores institucionais comprometidos com a EJA.

Sendo assim, entende-se que todas as atividades que envolvem o PROEJA, devam ser realizadas de forma integrada e planejadas com regularidade. Para Pereira (2010, p. 09), “É premente uma atitude não individualista visando uma maior participação entre os atores do cenário pedagógico de modo a articular os conhecimentos prévios dos educandos com os conhecimentos disseminados pela escola”.

Para compreender o que os docentes do IFFarroupilha/SVSjá conheciam sobre as modalidades de educação profissional e EJA, elencamos, na tabela abaixo, alguns temas que eles apontam que obrigatoriamente devem ser amplamente discutidos nas instituições de ensino profissional.

Tabela 02: Temas discutidos coletivamente entre os docentes IFFarroupilha/SVS– 2010

Temas discutidos	Nº de indicações
As especificidades da Educação de Jovens e Adultos;	9
O Decreto nº 5.154/2004;	2
O Decreto nº 5.480/2006;	2
Documento Base do Proeja	8
Integração Curricular	13
Dualidade do Ensino	1
Conceito de Politecnia	12
Planejamento Pedagógico	12
PPC, PPI e PDI	16
Outros	15

De acordo com os dados acima, temos entendimento de que é razoável o conhecimento dos docentes sobre o ensino profissional e a EJA. A equipe pedagógica e os docentes precisam reforçar os conhecimentos das diretrizes e legislações que norteiam o PROEJA, para que a escola não seja uma ilha e que os docentes não atuem no PROEJA de forma isolada. A Escola deve ser um lugar agradável e motivador. Para tanto os docentes devem levar em consideração que cada um tem suas potencialidades, seus limites, sua trajetória de vida e que já possuem um conhecimento prévio, mesmo que de forma informal, que cada um traz na bagagem uma história de vida e que muitas vezes estas são consequência da baixa auto-estima que os caracteriza.

Partindo desta informação, questionamos os docentes sobre que outros temas deveriam ser abordados em sua instituição de ensino:

Todos os citados na questão anterior. (Professor 2)
 Seriedade do Curso PROEJA. (Professor 3)
 Desafio da aprendizagem no sistema PROEJA. (Professor 5)
 Metas que os alunos devem atingir. (Professor 6)
 Projetos interdisciplinares. (Professor 7)
 A interdisciplinaridade e seminários integralizadores. (Professor 8)
 Especificidades da educação. (Professor 9)
 A avaliação no PROEJA. (Professor 10)

Ficou evidente que, além dos assuntos acima mencionados, há outros que os docentes teriam interesse em discutir para a melhoria da qualidade do ensino e como formação continuada, alguns deles envolvendo o PROEJA e outros como aspectos mais gerais, situando a educação como agente de formação dos indivíduos que dela se apropriam.

Neste aspecto os assuntos acima elencados contribuiriam muito para a melhoria da qualidade do ensino ministrado no PROEJA, pois são fundamentais para a transformação do PROEJA em uma política educacional inclusiva com qualidade e garantia de permanência por mais algum tempo.

3.2.4 Expectativas dos docentes em relação ao PROEJA

Todo e qualquer trabalho, para ser desenvolvido com qualidade, pressupõe a necessidade de fazê-lo com satisfação e compromisso. No caso dos docentes atuantes no PROEJA do IFRS/Sertão, nenhum docente declarou estar plenamente satisfeito, entretanto 07 docentes informaram estar satisfeitos e 02 docentes informaram estar minimamente satisfeitos.

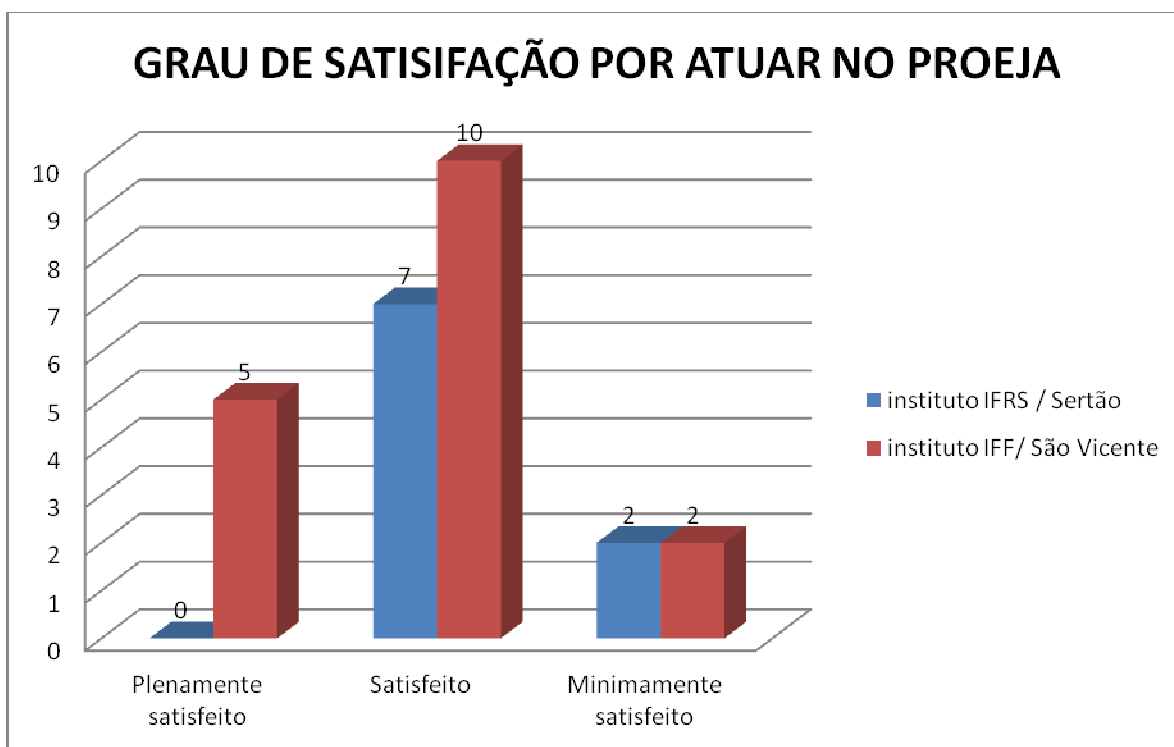


Figura 7: Grau de satisfação docente por atuar no Proeja, IFRS/Sertão e IFF Arroupilha/SVS. 2010.

Percebe-se que a motivação não está muito distante de parâmetros desejáveis. Pelo que se percebe, o que falta neste caso é investimento institucional no PROEJA, sejam aspectos da valorização dos docentes que nele atuam como no aspecto de dedicar maior atenção à prática pedagógica, ao planejamento, a avaliação, pautados no trabalho coletivo e reflexivo.

Cabe, portanto, à instituição de ensino, realizar atividades de estudos e ou discussões sobre os aspectos que envolvem a EJA, a fim de oportunizar momentos de

reflexão e motivação para o desenvolvimento nos docentes de uma consciência de que esta modalidade de ensino requer preparo para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de lidar com as transformações que vêm ocorrendo na economia, na sociedade e no mundo do trabalho em geral. O principal fator para o desenvolvimento desses aspectos é estar motivado e ter o amparo de todos os setores da instituição pois educação se faz em conjunto, com o apoio de toda a comunidade escolar.

De acordo com a resposta dos docentes, novamente constatou-se que conhecer bem esta modalidade de ensino implica na qualidade do trabalho, sendo que a grande deficiência está concentrada na falta de conhecimento e de qualificação para atuar na EJA. Além disso, outros aspectos foram relevantes, tais como: falta de diálogo com os alunos, sensibilidade, perseverança, estar aberto às mudanças, dedicação, metodologia de trabalho diferenciada.

Citamos abaixo os depoimentos de todos os docentes entrevistados:

Gostar desta modalidade de ensino; estar disposto, adequar sua disciplina à realidade dos alunos do PROEJA; ser humilde e compreensivo. (Professor 1)

Conhecer mais como funciona esta modalidade de ensino, os professores deveriam trabalhar em conjunto (transdisciplinaridade). (Professor 2)

Conhecer a realidade dos alunos, que tenha flexibilidade para se adaptar ou para adaptar suas aulas às necessidades dos alunos; que tenha sensibilidade para lidar com muitas dificuldades e diferenças; que, preferencialmente, tenha alguma instrução para trabalhar com este público. (Professor 3)

Os professores deveriam ter capacitação específica para trabalhar com esse público. (Professor 4)

Um profissional engajado com as necessidades daqueles alunos nesta etapa de sua formação educacional. (Professor 5)

Paciência e perseverança. (Professor 6)

Construtivista. (Professor 7)

Dedicado e aberto a mudanças. (Professor 8)

Proativo, comunicativo, aberto a novas experiências. (Professor 9)

Diante das respostas acima citadas, salienta-se que não é o estudante que tem que mudar ao chegar à escola, mas o docente que tem que mudar se necessário sua metodologia de trabalho. Para fazer uma educação inclusiva, a escola tem que estar preparada para receber alunos com vários perfis e deficiências e, ao longo do desenvolvimento do curso, buscar respostas, criando situações de aprendizagem de forma a proporcionar que todos obtenham condições de sucesso escolar. Aos docentes, cabe estar bem preparados, com amplo conhecimento sobre o perfil dos alunos e da modalidade de ensino. À escola, dar suporte em todos os aspectos aos docentes para que possam realizar um trabalho de qualidade. Aos alunos é uma oportunidade de formação integral com condições de usufruírem os direitos de cidadãos.

Ao serem indagados sobre a qualidade do Curso em que atuam apenas 01 docente avaliou como “excelente”; 06 docentes avaliaram como “bom”; e 02 docentes avaliaram como “regular”. Pelos dados acima mencionados, acreditamos que ainda há tempo de resgatar os valores do Programa como possibilidade de inclusão social e de qualificação. É preciso iniciar esse resgate pelo preparo da comunidade escolar envolvida, o que poderá gerar a superação dos processos sociais e escolares.

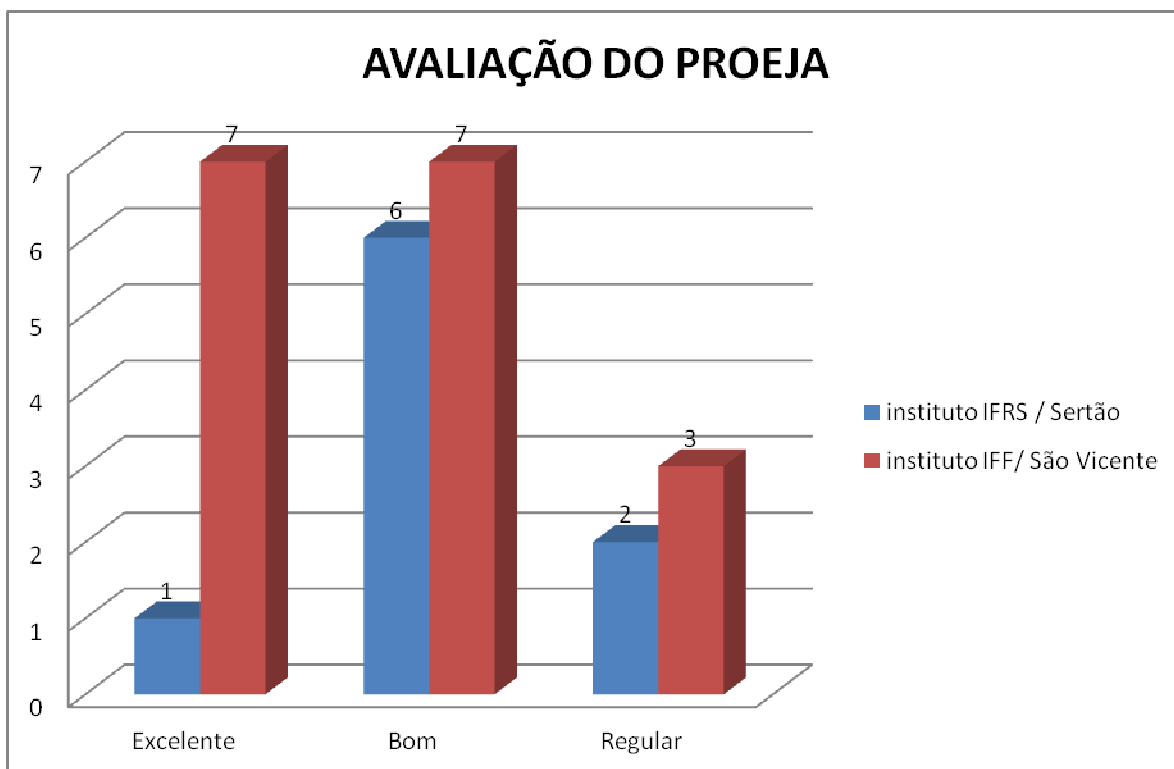


Figura: 8: Avaliação do Proeja, IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS. 2010.

Há a necessidade de olhar e avaliar o PROEJA, para que ocorra uma reorganização, no sentido de resgatar os princípios gerais e objetivos que o Programa se propõe como ensino integrado através de práticas de ensino diferenciadas do ensino regular, destinadas a oferecer situações inclusivas a uma parcela da sociedade que ficou à margem da sociedade.

O direito à educação, com o acesso e permanência na escola, é garantido por lei. O § 1º do Art. 37 da nova LDB explicita que:

Art. 37 – [...]

§ 1º – Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante Cursos e exames (BRASIL, 1996).

O direito à EJA não é mero ato solidário, mas de direito, e precisa ser acompanhada com atenção que merece. A escola tem que se organizar para atender aos anseios e necessidades de aprendizagem de um grupo especial, diferenciado do ensino regular. O grupo de professores atuantes no PROEJA tem que ser qualificado para não desconsiderar as experiências de vida dos educandos, buscando realizar um trabalho no sentido de proporcionar educação para a autonomia.

De acordo com as respostas abaixo, constatamos que ainda é insuficiente a preparação dos docentes envolvidos com o PROEJA, no IFRS/Sertão, pois: somente 01 docente acredita que o Programa contribui para a inclusão social; 03 docentes acreditam que contribui, mesmo que apenas satisfatoriamente; e 04 docentes declaram que o PROEJA contribui de forma precária para a inclusão social dos educandos envolvidos.

Quando questionados se a bolsa de R\$ 100,00 (cem reais) oferecida aos alunos do PROEJA inibe a evasão, as respostas apuradas também são divergentes: os docentes

informaram que a bolsa de incentivo oferecida aos alunos com um valor simbólico de motivação e permanência no PROEJA inibe em parte a evasão conforme os seguintes dados apurados:

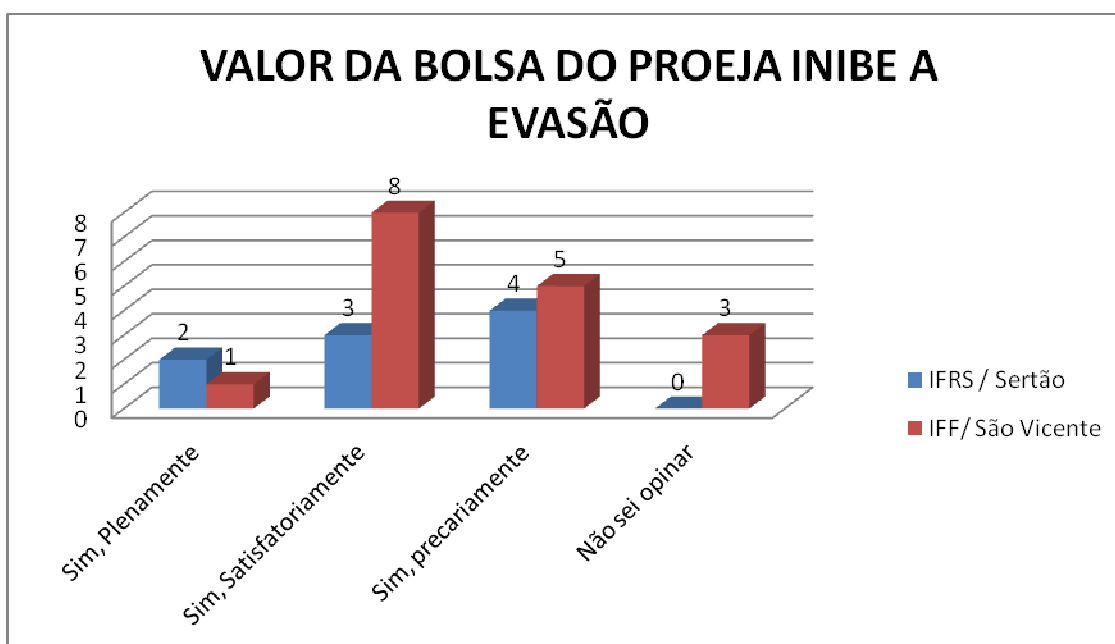


Figura 9: Valor da bolsa oferecida inibe a evasão do Proeja, IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS. 2010.

Nota-se que 02 docentes responderam que a bolsa satisfaz plenamente e 03 satisfatoriamente, enquanto 04 docentes informaram que a bolsa concedida aos alunos satisfaz precariamente, pois não inibe a evasão do Programa. As respostas dos docentes IFFARROUPILHA/SVS, foram : Sim, plenamente apenas um docente; sim, satisfatoriamente 08 docentes; sim, precariamente 05 docentes e 03 docentes não souberam opinar. Sendo assim, verifica-se que o valor da bolsa, que atualmente é de R\$ 100,00 (cem reais), não atende as necessidades dos jovens e adultos, bem como não os motiva a permanecer e concluir o PROEJA.

É preciso reavaliar e repensar a ajuda financeira que o governo concede aos estudantes do PROEJA, pois não está sendo suficiente para atraí-los e mantê-los na escola, e, principalmente, constatar se a escola está cumprindo com o papel. Não basta implantar políticas públicas sem avaliar sua eficácia e eficiência. As ações que envolvem a EJA, de uma forma geral, têm que ser planejadas, discutidas e divulgadas, de forma a atingir este contingente de cidadãos de uma forma massiva e eficiente, e, para isso, é necessário o engajamento de toda a escola.

O gráfico a seguir mostra a grande dificuldade de fazer acontecer a transdisciplinaridade.

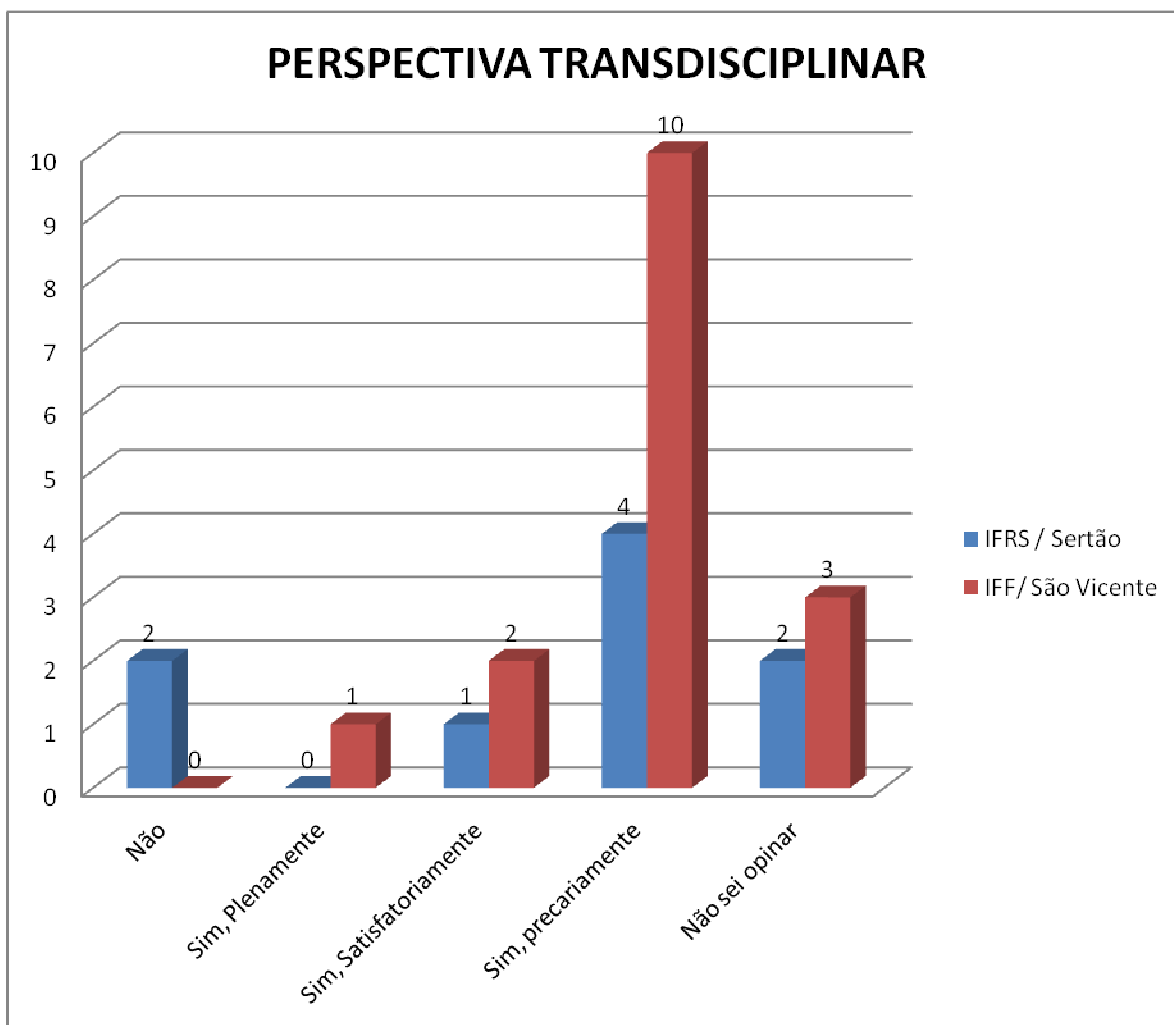


Figura 10: Os docentes atuam numa perspectiva transdisciplinar no Proeja, IFRS/Sertão e IFFarroupilha/SVS. 2010.

Do grupo dos docentes do IFRS/Sertão: Nenhum plenamente; 02 docentes afirmam não acontece; 01 respondeu sim, satisfatoriamente; 04 responderam sim precariamente; 02 não souberam responder. Enquanto que no Instituto IFFARROUPILHA/SVS, 01 docente afirmou que na Instituição acontece a transdisciplinaridade plenamente; 02 satisfatoriamente; sim, precariamente 10 e 03 não souberam opinar.

Romper com os limites das disciplinas é a proposta do *Documento Base do PROEJA*. A educação não deve ser condicionada ao limite das quatro paredes. Ela é muito maior, deve transpor o universo da escola e percorrer o mundo. A transdisciplinaridade serve a este propósito, educar de uma forma geral e ampla.

Constatou-se, através dos dados desta pesquisa, que 13 dos 16 docentes que responderam este questionamento, acreditam que no IFFARROUPILHA/SVS, a transdisciplinaridade ocorre nos cursos do PROEJA e somente 03 docentes não sabiam opinar.

Na transdisciplinaridade ocorre o amadurecimento dos educandos e dos educadores, pois possibilita articular as disciplinas na construção de um grande diálogo entre os conhecimentos das diferentes áreas, o que facilita a compreensão da realidade e do mundo. É uma oportunidade de formação coletiva constante e uma oportunidade de valorizar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos no decorrer da vida.

Reafirmamos que os professores atuantes no PROEJA, têm que estar preparados, motivados, receber uma ampla formação de modo a comprometerem-se, serem capazes de dar uma resposta positiva ao programa e à escola. Com conhecimento e comprometimento, poderão realizar mudanças na formação do profissional com vistas a tornar o aluno autônomo, reflexivo, colaborador, crítico e ciente de sua condição de cidadão.

Para tanto, se faz necessário integrar todas as disciplinas de forma a produzir o conhecimento de uma forma global, não se admite mais o desenvolvimento de conteúdos estanques de disciplinas isoladas. Elas devem estar fundidas, levando em consideração os conhecimentos adquiridos pelos Jovens e Adultos no decorrer da vida. Para tanto o docente deve estar preparado para pensar e enfrentar situações que levem também o aluno a pensar e desenvolver-se profissionalmente de uma forma mais ativa e consciente.

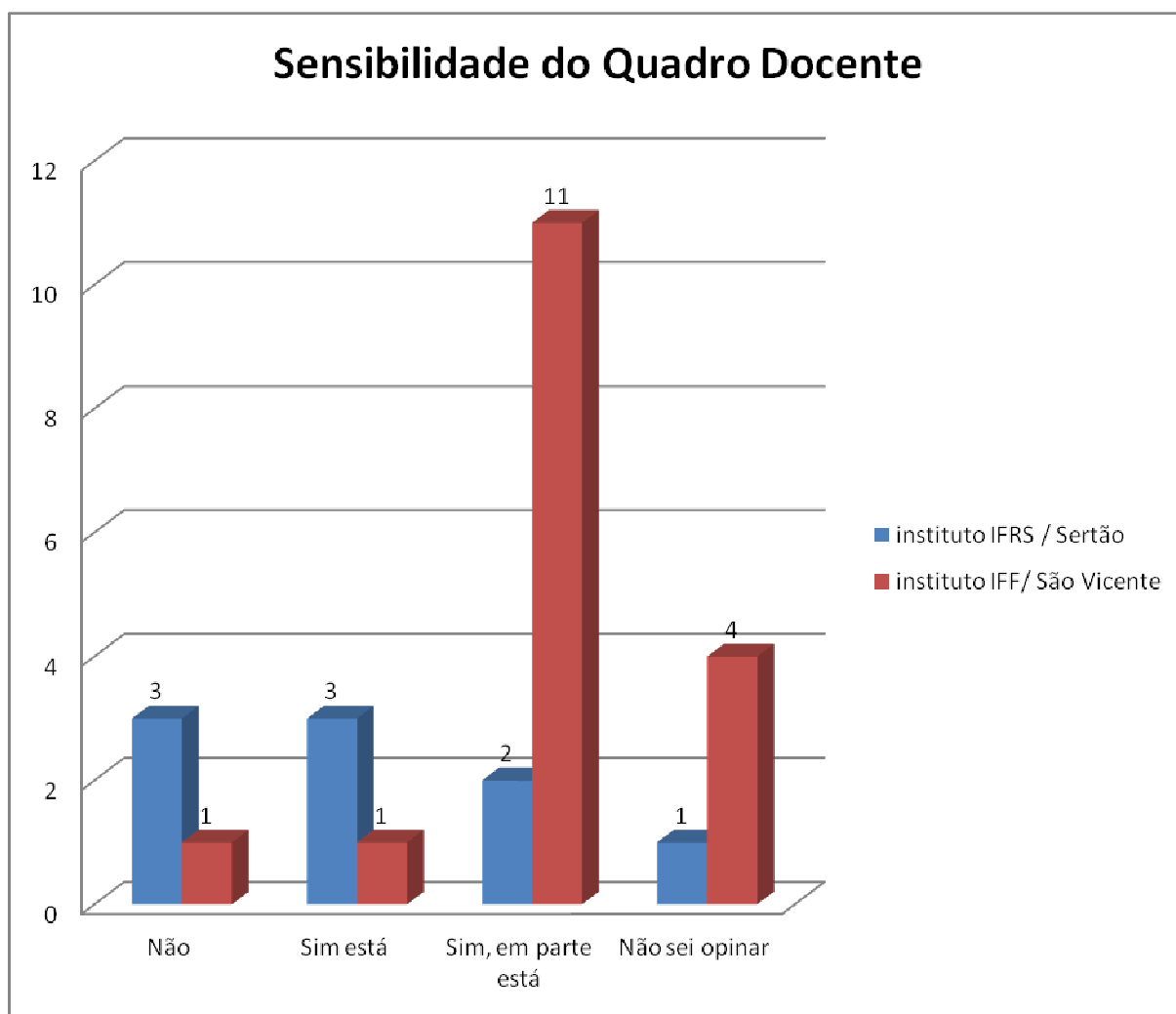


Figura: 11: Os docente estão sensíveis às especificidades dos alunos do PROEJA, IFRS/Sertão eIFFarroupilha/SVS. 2010.

Quando questionados se o quadro docente de sua Instituição IFFARROUPILHA/SVS está sensível às especificidades dos alunos do PROEJA, 11 dos 17 docentes afirmam que em parte está e um afirma que não. Apenas um docente afirma que o quadro docente está sensível. Quatro preferiram não opinar.

Os docentes do PROEJA acreditam que este Programa tem possibilidade de se efetivar. Dos docentes pesquisados, 07 avaliam como “Excelente”, 07 como “Bom” e 03

como “Regular”. Constatamos nos depoimentos acima citados, que alguns docentes não têm formação em educação, o que provavelmente dificulta a compreensão de alguns conceitos fundamentais da educação de uma forma geral. Por esse motivo que cursos de capacitação farão toda a diferença na qualidade de ensino.

É nesse sentido que os educadores que trabalhem com a EJA, têm muitas dificuldades em proporcionar situações de aprendizagem, facilitar relacionamentos e diálogos, transmitir segurança e motivação, e, principalmente, diminuir a evasão escolar nesta modalidade.

Quando questionados se oPROEJA contribui para a inclusão social, As opiniões novamente são divergentes, nesta questão, somente dezesseis docentes opinaram, e destes, 07 docentes afirmaram que acreditam que o programa contribui plenamente para a inclusão social, 06 docentes responderam que sim, satisfatoriamente e 03 docentes, que sim, mas de forma precária. Na sua grande maioria, portanto, os docentes acreditam que o PROEJA é um programa que colabora para a inclusão social, pois possibilita o retorno dos Jovens e Adultos à escola com possibilidade de profissionalização e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de sua vida e de suas famílias.

Haddad (2003, p. 06), afirma que:

Garantir o acesso das pessoas jovens e adultas à educação é, antes de tudo, respeitar um direito humano. Os jovens e adultos que não sabem ler, ou com pouca escolaridade, são pessoas que tiveram no seu passado um direito violado, perdendo uma importante ferramenta para pensar, pesquisar e ter acesso ao saber que é produzido pela humanidade.

O PROEJA se efetivará como processo de inclusão social quando todos de fato reconhecerem que existe uma parcela de contribuição a ser dada, independentemente da hierarquia a que estiverem submetidos, e que todos terão que abraçar a causa como possibilidade de reparar uma dívida acumulada por séculos de história de violação de direitos de cidadania. Todos têm de atuar no intuito de preparar os educandos para a emancipação social, para a responsabilidade de construir coletivamente um projeto de inclusão e de qualidade social para o país. A escola pode contribuir para esta proposta, oportunizando uma educação igualitária e de qualidade. Para tanto é também necessário que os governos implementem políticas públicas capazes de garantir o acesso e a permanência de todos, construir espaços de participação ativa, com financiamentos de políticas públicas de educação com qualidade.

Embora as informações dos docentes sejam contraditórias, constatamos que a grande maioria dos docentes demonstra estar sensibilizada com as especificidades dos alunos do PROEJA. Com estes dados podemos afirmar que o PROEJA do IF Farroupilha ainda necessita de qualificação e reformulação do projeto pedagógico do curso para a consolidação do Programa no Câmpus, pois verificamos que os docentes demonstram ter a necessidade de qualificação. Depoimentos dos docentes em relação ao PROEJA:

Alguns professores estão mais sensíveis, porém há divergências. Nem todos os professores querem trabalhar no PROEJA e muitos não concordam com esta modalidade de ensino. Mas por outro lado temos professores se aperfeiçoando mais na área do PROEJA. (professor 1).

3.2.5 Principais dificuldades encontradas na prática docente em cursos de PROEJA

Nota-se que o principal item assinalado pelos docentes é a falta de interesse do aluno, seguida da falta de apoio pedagógico. A falta de interesse do aluno é uma das características da baixa autoestima. Também percebemos que há falta de motivação por parte da escola, ao não proporcionar atividades que despertem o interesse e a valorização da oportunidade do retorno aos estudos, com possibilidade de elevação da escolaridade com a profissionalização em curto espaço de tempo.

Tabela 03 - Principais dificuldades encontradas na prática docente em cursos de PROEJA, IFRS / Sertão e IFFarroupilha/SVS

Dificuldades encontradas pelo professor	Instituição		Total
	IFRS / Sertão	IFF/ São Vicente	
Falta interesse por parte dos alunos	6	10	16
Falta de motivação de minha parte	1	0	1
Não gosto da(s) disciplina(s) que ministro aulas	0	0	0
Não estou bem preparado para a disciplina que ministro aulas	1	0	0
Falta de apoio pedagógico...	3	3	6
Desvalorização dessa modalidade....	1	1	2
Falta reconhecimento profissional	1	1	2
Falta de apoio pedagógico para a equipe pedagógica	0	1	1
Outros:	2	7	9

Cabe aos gestores proporcionar condições favoráveis de trabalho tanto para os docentes quanto para os alunos a fim de que possam se inserir e permanecer na escola. É preciso sublinhar que, apesar de todas as transformações que ocorreram na área de educação, o professor ainda é a peça fundamental do processo e para conseguir motivar seus alunos precisa ter as condições necessárias no desempenho de seu trabalho.

Para GOI (2009, p27),

[...] a formação dos professores que irão atuar com PROEJA deve ser realizada para entender e valorizar as leituras do mundo e as experiências que os alunos trazem para dentro da sala de aula e para que possam ser úteis e comprometidos em formar cidadãos críticos, reflexivos, capazes de conviver com as constantes mudanças da sociedade e lidar com novas tecnologias. Precisamos planejar uma escola que prepare os indivíduos com habilidades que possam propiciar a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os docentes do IFFarroupilha/SVScitaram outras dificuldades (em outros) que não foram abordados nesta questão, conforme relacionamos abaixo:

Todos deveriam ter um conhecimento sobre PROEJA, pois ainda há muitos colegas que ministram aulas no “curso” PROEJA, mas não sabem seus objetivos. (Professor 1)
Acredito que ainda não há valorização por alguns docentes, nem o prazer de trabalhar com essa modalidade. (Professor 2)

Talvez ainda falte um pouco de sensibilidade para lidar com essa clientela que é tão diferenciada do ensino regular, bem como algumas habilidades como paciência, empatia, atenção e valorização... (Professor 6)

Não há comprometimento entre tantos. (Professor 7)

Nem todos os professores estão dispostos a ministrar aulas no PROEJA e alguns dos que ministram não se mostram motivados. (Professor 10)

Há docentes que não “gostam” de trabalhar com o PROEJA, pois acham eles fracos e desinformados. (Professor 11)

Diria em parte porque o *Câmpus* possui profissionais com alto nível de conhecimento, porém, ainda não há adesão por afinidades de área e sim uma troca constante de profissionais agindo, o que não gera vínculo e envolvimento. (Professor 12)

Alguns docentes atuam no PROEJA com as mesmas práticas que usam em outros cursos, sem atender as especificidades. (Professor 13)

Vejo vários docentes preocupados com o desenvolvimento de suas aulas e com a tentativa de melhor adequar seu programa às turmas do programa. (Professor 14)

Porque o quadro docente efetivo está se alterando com a expansão da Rede Federal, penso que com o tempo pode-se criar uma identificação com o PROEJA e por isso consolidar o grupo que trabalha com esta oferta. (Professor 17)

Do grupo de docentes, somente 02 responderam que estão “minimamente satisfeitos”, 05 declaram estar “plenamente satisfeitos” e 10 docentes informaram que estão “satisfeitos”.

Estes dados refletem a necessidade uma formação continuada dos docentes atuantes no PROEJA, para garantir que a EJA se constitua numa política pública de inclusão que tenha uma continuidade. O ideal para que o programa atinja seus objetivos é que todos os envolvidos cumpram o papel que lhes cabe.

Respeitando-se a linguagem, a cultura e a história de vida dos educandos, o professor pode levá-los a tomar consciência da realidade que os cerca, discutindo-a criticamente. Conteúdos, portanto, jamais poderão ser desvinculados da vida (FREIRE, 1997, p. 44).

Opinião dos docentes sobre o perfil ideal de professor para o PROEJA:

Aquele que tem uma visão profunda do mesmo. (Professor 1)

Se precisa definir que este seja acima de qualquer formação específica um grande educador. (Professor 2)

Um professor que conheça a realidade e as necessidades dos alunos e que dê conta além da formação profissional, também da humana, política e social. (Professor 3)

Um motivador que contribua para a formação do educando, bem como sua inclusão social. (Professor 4)

Um professor que consiga integrar os conhecimentos entre as disciplinas, bem como, os conhecimentos empíricos trazidos pelos alunos. (Professor 5)

Aquele professor que de uma forma ou de outra tenha feito um curso preparatório a fim de conhecer melhor esses alunos. Que seja sensível às suas dificuldades e procure ser comprometido buscando formas de atingir e atrair essa clientela. (Professor 6)

Construtivista – Dinâmico. (Professor 7)

Professor com formação em educação. (Professor 8)

Acredito que sejam professores que não possuam grau acadêmico muito elevado, pois se percebe que esses, em sua maioria, demonstram insatisfação de ministrarem aulas para os alunos dessa modalidade. (Professor 10)

Aceitar as individualidades; saber o momento e conteúdo a serem trabalhados; admitir que somos todos iguais. (Professor 11)

Um professor altamente motivado, criativo disposto a trabalhar a transdisciplinarmente e motivador de uma educação através da construção coletiva levando sempre em conta a realidade e contexto dos alunos. (Professor 12)

Um profissional que saiba tratar as diferenças, atendendo às especificidades do curso, dinâmico, motivado e incentivador. (Professor 13)

Um professor envolvido com a docência nessa modalidade, atento às necessidades desse público; estimulado com a proposta de ensino; pesquisador sobre as melhores estratégias de ensino e que compreenda o seu trabalho como significativo. (Professor 14)

Trabalhar baseado na realidade da turma. (Professor 16)

Sensível para as dificuldades encontradas; ser capaz de partir da realidade do aluno e conduzir seu raciocínio a níveis desejados de aplicação dos conteúdos. (Professor 17)

Baseando-nos nessas declarações, nos reportamos a Goi (2009, p. 25), que afirma:

O papel do professor de EJA requer que o mesmo avalie constantemente suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas. Daí a importância da qualificação e a formação continuada para os professores que optam por essa modalidade de ensino. Para atuar na EJA, o professor inicialmente deve-se inserir no processo de aprender para ensinar para toda vida, para despertar em seus alunos a vontade e a necessidade e a autonomia de continuar aprendendo, mesmo após a conclusão do curso em andamento.

Percebemos que os docentes do PROEJA do IFFARROUPILHA/SVS, necessitam de cursos de formação continuada em educação de uma forma geral, bem como conhecer o perfil dos seus alunos. Admitem que, para atuar na EJA, precisam de uma metodologia diferenciada, precisam ser sensíveis às dificuldades encontradas pelos alunos, ser motivadores, trabalharem de forma interdisciplinar com o objetivo de formar cidadãos para o mundo do trabalho e para participarem da sociedade mais ativamente, acompanhando as transformações que nela ocorrem.

Neste sentido, GOI (2009, p.27) declara que são necessárias algumas ações urgentes por parte do Governo:

Na reformulação das políticas públicas relacionadas à educação, é importante que repensem seriamente e criticamente os processos de formação do professor, com futuro profissional que deverá estar engajado na melhoria da educação e da sociedade. Cientes de toda crise em que está mergulhado o sistema educacional, na falta de políticas públicas eficientes, na desvalorização do professor e na falta de investimento para a sua formação, na sua capacitação e

qualificação, pois estes fatores acabam determinando a exclusão do professor do processo social, econômico e pedagógico.

Quando questionados se a bolsa de R\$ 100,00 (cem reais) oferecida aos alunos do PROEJA inibe a evasão, apenas 09 docentes acreditam que esta bolsa inibe satisfatoriamente a evasão escolar, 05 docentes responderam que sim, mas de forma precária e 03 docentes não souberam opinar. Esta ação do governo pretende motivar os educandos a permanecerem no PROEJA. Entendemos que esse valor é simbólico, pois não atende as necessidades imediatas dos educandos, que na sua grande maioria são trabalhadores, chefes de famílias, com situação financeira precária. Muitos deles, não conseguem conciliar a jornada de trabalho com a jornada de estudos, tendo que optar por uma delas e aí ocorre a evasão escolar.

O auxílio de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, destinados aos alunos do PROEJA, não cobre vale transporte, nem alimentação no horário das aulas. Daí entende-se que não é suficiente para evitar a evasão. Os alunos, além de um auxílio financeiro, necessitam também de uma forte motivação interna para aprender. Cabe à escola construir uma metodologia de trabalho para valorizar e qualificar todos os docentes incentivando a atuação diferenciada no PROEJA de modo que, em consequência, os educandos não engrossem as estatísticas de evasão.

Romper com os limites das disciplinas é a proposta do *Documento Base do PROEJA*. A educação não deve ser condicionada ao limite das quatro paredes. Ela é muito maior, deve transpor o universo da escola e percorrer o mundo. A transdisciplinaridade serve a este propósito, educar de uma forma geral e ampla.

Constata-se, através dos dados desta pesquisa, que 13 dos 16 docentes que responderam este questionamento, acreditam que no IF Farroupilha/SVS, a transdisciplinaridade ocorre nos cursos do PROEJA e somente 03 docentes não sabiam opinar.

Na transdisciplinaridade ocorre o amadurecimento dos educandos e dos educadores, pois possibilita articular as disciplinas na construção de um grande diálogo entre os conhecimentos das diferentes áreas, o que facilita a compreensão da realidade e do mundo. É uma oportunidade de formação coletiva constante e uma oportunidade de valorizar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos no decorrer da vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados revelados nesta pesquisa, constatou-se que o PROEJA é ministrado predominantemente por docentes do gênero feminino, sendo, no IFFARROUPILHA/SVS, predominante a formação acadêmica de nível Pós-Graduação completa (especialização e alguns com mestrado), formados na maioria entre os anos de 2000 e 2008, na situação funcional de efetivos, com experiência no ensino profissional entre 06 e 20 anos. 11 docentes têm formação geral, muitos com várias experiências nas diversas modalidades de ensino, inclusive na EJA.

Já, oIFRS/Sertão apresenta um corpo docente em que predomina o gênero feminino e com formação de Nível de Pós-Graduação completa (mestrado e doutorado) formados na sua maioria após o ano 2.000. Todos os docentes do Programa possuem vínculo funcional efetivo, com tempo de experiência na educação profissional entre 03 e 10 anos e com tempo de serviço na instituição, na sua grande maioria, com menos de 02 anos, sendo que, 06 docentes da formação geral, possuem várias experiências nas diversas modalidades de ensino, inclusive na EJA.

Em relação ao PROEJA, quase todos os docentes dos dois Câmpus pesquisados declararam que conheciam a modalidade, alguns muito superficialmente, outros, um pouco mais. Constatamos que os projetos pedagógicos dos cursos de PROEJA, não foram elaborados com a participação ativa da comunidade, possivelmente não houve pesquisa da demanda e sim a preocupação em aproveitar a estrutura física e humana disponível nos Câmpus para esses cursos. Alguns docentes afirmam que tiveram poucas oportunidades de participar da discussão e elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos que foram implantados em seus câmpus.

Em relação à qualificação para atuar no PROEJA, dos docentes do IFRS/SVS, somente 05 realizaram cursos de qualificação - estes em nível de Especialização, os demais não realizaram. Já no IFRS/Sertão apenas um docente afirmou que realizou um curso de apenas 08 horas. Após o início da atuação docente no Proeja, no IFFarroupilha/SVS, 15 docentes afirmaram que não tiveram a oportunidade de realizar nenhum curso de qualificação, enquanto os docentes do IFRS/Sertão, 07 docentes responderam que não realizaram nenhum curso e/ou formação inicial e continuada em PROEJA, o que demonstra claramente a falta de preparação dos docentes para atuarem numa modalidade de Ensino diferenciada e destinada a pessoas carentes de instrução que voltam à escola em busca de melhoria de vida.

Outro aspecto relevante é em relação à adesão ao PROEJA, os docentes do IFFarroupilha/SVS, no total de 15, declararam que a adesão se deu de forma voluntária enquanto que no IFRS/Sertão, 04 docentes afirmaram que a adesão foi imposta pela direção do Câmpus.

A periodicidade das reuniões pedagógicas é outro fator de desencontro de informações; os docentes que responderam não demonstram consenso, pois há várias respostas para a periodicidade de reuniões tanto do IFFarroupilha/SVS, quanto do IFRS/Sertão. Ou estas reuniões não ocorrem ou os docentes não são informados sobre as mesmas. Parece-nos que há graves falhas na comunicação entre a equipe pedagógica e os docentes desses câmpus.

Entre os temas mais discutidos nas reuniões relacionados com a educação de uma forma geral, os docentes do IFFarroupilha/SVS citaram: A Integração Curricular; O PCC, PPI e o PDI, A especificidade da EJA e o *Documento Base do PROEJA*, enquanto os docentes do IFRS/Sertão citaram por ordem de preferência os seguintes temas: A integração Curricular e o Planejamento Pedagógico e sugerem vários temas para discussão no Câmpus.

O quadro docente do IFFarroupilha/SVS, na sua grande maioria, declarou estar sensível às especificidades do PROEJA, apenas um docente informou não estar sensibilizado. Já no IFRS/Sertão, 03 docentes informaram não estarem sensibilizados com as especificidades do PROEJA. É evidente que há carência de atuação da equipe pedagógica do *campus*, tendo em vista que é inaceitável que os docentes se envolvam em um programa e não se sintam motivados e sensibilizados com a causa. Em relação ao grau de satisfação em atuar no PROEJA, os docentes do IF FARROUPILHA/SVS, demonstraram estarem mais satisfeitos, enquanto que entre os docentes do IFRS/Sertão, nenhum docente declarou estar plenamente satisfeito. A motivação docente é uma consequência dos cursos de formação que os *Câmpus* têm de oportunizar aos seus docentes. É estudando, analisando e obtendo mais informações, tanto na legislação e nas diretrizes nacionais quanto em publicações científicas especializadas, e, conseqüentemente, discutindo, dialogando que o grupo pode ser sensibilizado, sentir-se motivado a realizar um bom trabalho em sala de aula. Conhecedores da causa, os docentes passam a ser mediadores do conhecimento. O diálogo coletivo surgirá naturalmente, ocasião em que docentes e discentes se tornarão parceiros de uma caminhada.

Os docentes avaliaram o PROEJA, como bom e excelente, sendo que no IFFarroupilha/SVS, os docentes são mais otimistas em relação ao programa. Nota-se o despreparo dos docentes do IFRS/Sertão em relação ao PROEJA, ficou notório que lhes falta estímulo, conhecimento, qualificação para atuar neste programa. É de responsabilidade dos gestores oportunizar momentos de discussão e reflexão sobre o tema. Sobre a inclusão que o PROEJA oportuniza, constatamos que apenas um docente do IFRS/Sertão acredita que possa se realizar, enquanto 07 docentes do IFFarroupilha/SVS têm essa mesma opinião. Se nem mesmo os docentes envolvidos no PROEJA acreditam em inclusão, como poderão passar este conceito para os alunos e motivá-los para permanecerem e concluírem o programa?

A bolsa auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais) destinada a cada aluno participante do PROEJA está sendo insuficiente para motivá-los a permanecerem no programa. Os docentes do IFFarroupilha/SVS estão divididos em relação a sua eficiência, já que a metade dos docentes responderam que é insatisfatória, tendo em vista que os gastos com transporte e alimentação não são atendidos com esse auxílio.

A transdisciplinaridade está presente no PROEJA, quando os sujeitos envolvidos sentem a necessidade de uma visão ampla para dar conta de trabalhar com temas globais articulados, trazendo o mundo para dentro da escola. Os docentes do IFFarroupilha/SVS e IFRS/Sertão, admitem que trabalham a transdisciplinaridade em sala de aula, mas nos parece que há um equívoco em relação ao tema, se não se entendem sobre a regularidade das reuniões pedagógicas e admitem que não conhecem bem o PROEJA, bem como suas diretrizes. Acreditamos que não há como trabalhar a transdisciplinaridade de forma isolada. Muitos não sabem declarar se a instituição tem coordenação pedagógica específica do PROEJA. Há muitas divergências de informações nos dois *campus*, parece que estão em ilhas, que cada docente trabalha em escola diferente. Há muito que fazer para que o PROEJA se consolide com um programa que atenda de fato as necessidades da EJA.

Há urgência em reformular a educação de EJA e do Ensino profissional no país, iniciando pela qualificação dos docentes e gestores para atuarem de uma forma consciente e libertadora.

Entendemos que o PROEJA é um programa bem definido do ponto de vista político, social e pedagógico. Suas metas são compostas com objetivos claros e bem definidos.

Tal com outras modalidades de ensino, o PROEJA também apresenta problemas, entre os quais apontamos para o fato das instituições investigadas não terem preparado um

quadro docente próprio e qualificado para iniciarem seus cursos. Os gestores por não observarem a grandiosidade do Programa, talvez não estejam dando a devida atenção que o mesmo merece, criando uma coordenação específica, com espaços periódicos para as reuniões pedagógicas e cursos de formação inicial e continuada para que seus professores se qualifiquem e tenham condições de desenvolverem uma metodologia transdisciplinar.

Entendemos que se fizermos esses pequenos ajustes, oPROEJA será fortalecido ainda mais como uma política de inclusão social pelo viés da educação. Já está comprovado que essa modalidade de ensino vem atendendo com qualidade as realidades regionais onde foram implantados seus cursos. Portanto, a comunidade envolvida deve entender que o Proeja veio para ficar, e se propor a dar a devida atenção que o programa exige e merece.

5 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens-Adultos:** Um campo de Direitos e de Responsabilidades Públicas. In: SOARES, L. et alli. *Diálogos da educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

BARCELOS, Valdo. **Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.2007. 108 p.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: D.O.U de 22/12/1996.

BRASIL. Decreto 5.154/4, de 23 de julho de 2004. Regulamenta a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, e da outras providências. Brasília, DF: D.O.U de 26/07/2004.

BRASIL.**Decreto 5.478/05**, de 24 de junho de 2005. Institui o PROEJA no âmbito das Instituições Federais de Ensino. Brasília. D.O.U. de 27/06/2005.

BRASIL.**Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2006. Brasília. D.O.U de 13/07/2006.

BRASIL.**Medida Provisória Nº 238 de 01/02/2005**. Institui no Âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. Brasília. D.O.U. de 15/06/2005. Republicada no D.O.U. de 17/06/2005.

BRASIL.**Medida Provisória Nº 251 de 14/06/2005**. Institui o Projeto escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. Brasília. D.O.U de 14/07/2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Boletim 07, maio/junho de 2006. p. 91.

BRASIL. **PARECER CNE Nº 11/2000** - *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Aprovado em: 10.5.2000.

BRASIL. PARECER Nº CNE/CP 009/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Aprovado em: 08/05/2001.

COLOMBO, Irineu Mário. **Brasil Profissionalizado: Um Programa que Sistematiza na Prática a Educação Profissional e Tecnológica.** 2008. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option...article...>>

COSTA, Márcio da. PROJOVEM – Notas Sobre Uma Política Nacional Para Jovens de Baixa Escolaridade. <<http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n3/numero3-PROJOVEM>>Acessado 13/07/2010. 06 p.

DEL PINO, Mauro A. **A Formação Integral dos Jovens e Adultos: Uma discussão sobre os princípios pedagógicos do PROEJA.** Pelotas (RS): UFPEL: Universitária, 2007. p.18.

FONSECA e DENIZ-PERREIRA, Maria da Conceição Ferreira Reis e Julho Emílio. Identidade docente e Formação de Educadores de Jovens e Adultos. In:Educação e Realidade. Porto Alegre v. 26, n.02, p. 05- 210, jul./dez. 2001.

FRANCO, Raquel A. Soares Reis; Silva, Maria Aparecida da. **Formação Docente Para o Proeja.** CEFET-MG, 2008. Disponível em <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/arquivos_senept/anais/terca_tema6/trexatema6art4.pdf> acessado em 31 de mar. 2010. 11 p.

FREIRE, Paulo. Das qualidades indispensáveis ao melhor desempenho de professores e professoras progressistas in. _____. **Professora sim, tia não - carta a quem ousa ensinar.** São Paulo. Olho D'água, 2000, P. 55-64.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 148 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. A Política de Educação profissional no Governo Lula: Um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade.** vol. 16, Nº 92. p. 1087-1112. 2005. IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada. 2005.

GOI, Cleusa Rosane F. **PROEJA e Inclusão Social: Qualificação, Emprego e Desemprego de Egressos do Curso de Informática da EAFS/RS.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PPGEA/UFRRJ. Maio de 2009.

HADDAD, Sérgio. A educação de Jovens e Adultos é um direito humano.**Jornal Brasil de Fato.** 9 a 15 de fevereiro, São Paulo. 2003. p.06.

MACHADO, Lucília Regina S. **Organização do Currículo Integrado:** desafios à elaboração e implantação. In: BOLETIM 07, Maio/junho 2006. Salto Para o Futuro. Brasília, DF. 9 dez. 2005. p. 51-68.

MARASCHIM, Mariglei Severo e BELLOCHIO, Claudia Ribeiro. Trabalho colaborativo na formação de professores de jovens e adultos. Educação v. 31, n.2, jul./dez. 2006.

MARINHO, Magia Pessoa de A. *et alli*. **Rejeição e Baixa Auto-Estima: Agravante dos conflitos geracionais na modalidade EJA**. 2005. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc>> acessado em 03 de fev.2010.

MAUÉS, Olgaídes Cabral; GOMES, Elenice; MENDONÇA, Fernanda Lopes. Política para a Educação Profissional Médio nos anos 1997-2007. **Trabalho & Educação** –vol.17, nº1 –jan./abr.- 2008. p.114-115.

MEC. **Brasil Alfabetizado**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso 15.06.2009.

MEC. SETEC. **Brasil Profissionalizado**. Brasília. MEC/SETEC, 2009. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/setec>>. acessado 10.06.2009.

MEC. SETEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio** – Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2006-2007. 55 p.

MEC. SETEC. **PROEJA**: educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio – DOCUMENTO BASE. Brasília, MEC/SETEC, 2006. p. 66.

MOURA, Dante H. **Ensino Médio Integrado na Modalidade EJA**: financiamento e Formação de professores. GT 18- Educação de Jovens e Adultos. 2743. 2008, 13 p. disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/trabalho_gt18>

PAIVA, Jane. Tramando Concepções e Sentidos para Redizer o direito à Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11. nº 33, p. 519-566, Set-dez/2006.

PEREIRA, Ruth Malafaia. **A Formação do Docente do PROEJA: implicações na Prática Pedagógica (Resumo)**. Dissertação de Mestrado. IFPE – PPGE/MINTER/UFAI. 2010. Disponível em : <<http://www.dmd2.webfactional.com>> Acessado em 08/11/2010.

RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educação & Sociedade**. V. 20, n. 68, Campinas, dez. 1999.

SACRAMENTO, Ivonete. FERREIRA, Magali Santos. FERNANDES, Marta QUADROS. **Juventude, Cultura, Vulnerabilidade e Políticas Públicas**. Disponível em <<http://www.artigonal.ciencia-artigo/juventude-cultura-vulnerabilidade>>. Acessado em 23 de set.2009.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**/Demerval Saviani- 10 ed. Res. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. –(Coleção evolução contemporânea)

SILVA, Carla Odete *et alli*. **OPROEJA na Unidade de charqueadas do CEFET-RS. Diálogos PROEJA. Pluralidades, diferenças e Vivencias no Sul do País**. Bento Gonçalves (RS): Ed. Evangraf, 2009. 152 p.

6 APÊNDICES



QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES

Prezado[a] Colega,

Estou fazendo uma pesquisa científica sobre O PROEJA, SEGUNDO SEUS DOCENTES: Um estudo comparado da realidade do *IFRS/Sertão* e o *IFFARROUPILHA/SVS*. Os resultados aqui coletados figurarão em minha dissertação de mestrado, requisito necessário para a conclusão do Curso de Mestrado em Educação Agrícola, da UFRRJ.

Sua colaboração é fundamental importância para o bom desenvolvimento deste trabalho. Para a sua segurança e maior confiabilidade deixamos este questionário semidentificação, para que você possa estar bem a vontade para responder. Os dados coletados serão preciosos para a conclusão da pesquisa.

Desde já, agradeço sua preciosa colaboração.

1.0 - Instituição onde está lotado:

- ☐ IFF/*IFFARROUPILHA/SVS*
- ☐ IFRS/*IFRS/Sertão*

2.0 - Sexo:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

3.0 - Formação Acadêmica:

- ☐ Graduação Completa
- ☐ Esp. Incompleta
- ☐ Especialização completa
- ☐ Mestrado incompleto
- ☐ Mestrado completo
- ☐ Doutorado incompleto
- ☐ Doutorado Completo
- ☐ Pós- Dr. Incompleto
- ☐ Pós-Doutorado comp.

4.0 - Você é Graduado em: _____ **Concluída em:** _____

5.0 - Espécie de vínculo:

- ☐ Efetivo
- ☐ Substituto

6.0 - Tempo de experiência profissional na área de educação:

- ☐ Menos de 01 ano
- ☐ 01 a 2 anos
- ☐ 03 a 5 anos
- ☐ 06 a 10 anos
- ☐ 11 a 15 anos

- ☐ 16 a 20 anos
- ☐ mais de 20 anos

7.0 - Tempo de experiência docente na Instituição:

- ☐ Menos de 01 ano
- ☐ 01 a 2 anos
- ☐ 03 a 5 anos
- ☐ 06 a 10 anos
- ☐ 11 a 15 anos
- ☐ 16 a 20 anos
- ☐ mais de 20 anos

8.0 - Área da(s) Disciplina(s) que leciona:

- ☐ Formação geral
- ☐ Formação técnico-profissional

9.0 - Assinale as modalidades de ensino em que já atuou ou atua como docente:

- ☐ Educação infantil
- ☐ Ens. Fundamental (séries iniciais) – Regular
- ☐ Ens. Fundamental (5ª a 8ª série) – Regular
- ☐ Ens. Fundamental (séries iniciais) – EJA
- ☐ Ens. Fundamental (5ª a 8ª série) – EJA
- ☐ Ensino Médio – Regular
- ☐ Ensino Médio – EJA
- ☐ Ensino Técnico de Nível Médio
- ☐ Ensino superior

10 - Você conhece a modalidade de ensino PROEJA?

- ☐ Sim ☐ mais ou menos ☐ Não conheço

Se conhece, explique o que é PROEJA:

11 - A comunidade externa foi consultada sobre os cursos oferecidos pelo PROEJA?

- ☐ Sim, formalmente
- ☐ Sim, de modo informal
- ☐ Não foi consultada
- ☐ Não sei informar

12 - Você teve oportunidade de participar da elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos do PROEJA em sua escola?

- ☐ Sim, tive muitas oportunidades
- ☐ Sim, tive poucas oportunidades
- ☐ Não, não tive oportunidade

13 - Antes de iniciar sua atuação no PROEJA, participou de algum curso de preparatório?

- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 8h
- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 12h
- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 20h
- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 40h
- ☐ Sim, de curso de aperfeiçoamento 180h ou mais
- ☐ Sim, de curso de especialização com 360h ou mais
- ☐ Não

14 - Depois que passou a atuar em cursos do PROEJA, participou de algum curso de preparatório?

- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 8h
- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 12h
- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 20h
- ☐ Sim, de curso ou treinamentos de até 40h
- ☐ Sim, de curso de aperfeiçoamento 180h ou mais
- ☐ Sim, de curso de especialização com 360h ou mais
- ☐ Não

15 - De quem partiu a iniciativa da implementação do curso que você fez?

- ☐ Da equipe pedagógica ou da Direção da instituição
- ☐ Da Reitoria da instituição
- ☐ De outro instituto federal
- ☐ Da SETEC
- ☐ De uma instituição federal de ensino superior
- ☐ _____)

Outro(a):

16 - A sua adesão ao PROEJA foi voluntária ou imposta pela Direção do Câmpus?

- ☐ Voluntária
- ☐ Imposição da Direção

17 - Sua instituição faz reuniões pedagógicas com os docentes do PROEJA?

- ☐ Sim, semanalmente
- ☐ Sim, quinzenalmente
- ☐ Sim, mensalmente
- ☐ Sim, semestralmente
- ☐ Sim, anualmente
- ☐ Sim, esporadicamente
- ☐ Não

18 - Marque com um “x” temas que já foram discutidos coletivamente entre docentes de sua instituição:

- ☐ As especificidades da Educação de Jovens e Adultos
- ☐ Decreto 5.154/2004
- ☐ Decreto 5.840/2006
- ☐ Documento Base do PROEJA
- ☐ Integração curricular

- ☐ Dualidade no ensino
- ☐ Conceito de politecnia
- ☐ Planejamento pedagógico
- ☐ PPC, PPI e PDI
- ☐ Outros:

19 - Em sua opinião, que outros temas deveriam ter sido abordados?

20 - Em sua opinião o quadro docente da instituição está sensível às especificidades dos alunos do PROEJA?

- ☐ Sim, está
- ☐ Sim, em parte está
- ☐ Não
- ☐ Não sei opinar

Se você respondeu “SIM, EM PARTE”, por favor, explique:

21 - Assinale abaixo as principais dificuldades encontradas por você na prática docente em cursos do PROEJA:

- ☐ Falta de interesse por parte dos alunos
- ☐ Falta de motivação de minha parte
- ☐ Não gosto da(s) disciplina(s) que ministro aulas
- ☐ Não estou bem preparado para a disciplina que ministro aulas
- ☐ Carência de equipamentos de multimídia para aulas
- ☐ Condições inadequadas do ambiente físico
- ☐ Falta de apoio pedagógico adequado para os professores
- ☐ Desvalorização dessa modalidade de ensino pela direção da escola
- ☐ Falta de reconhecimento profissional por parte da instituição
- ☐ Falta de apoio pedagógico para a equipe pedagógica
- ☐ Outros: _____

22 - Qual é o seu grau de satisfação por atuar no PROEJA?

- ☐ Plenamente satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Minimamente satisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ muito insatisfeito

23 - Em sua opinião, qual o perfil ideal de professor para o PROEJA?

24 - Como você avalia o PROEJA?

- ☐ Excelente
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

25 - Você acredita que o PROEJA contribui para a inclusão social de fato?

- ☐ Sim, plenamente
- ☐ Sim, satisfatoriamente
- ☐ Sim, precariamente
- ☐ Não
- ☐ Não sei opinar

26 - A bolsa de R\$ 100,00 oferecida aos alunos do PROEJA inibe a evasão?

- ☐ Sim, plenamente
- ☐ Sim, satisfatoriamente
- ☐ Sim, precariamente
- ☐ Não
- ☐ Não sei opinar

27 - Os docentes do PROEJA de sua instituição atuam numa perspectiva transdisciplinar?

- ☐ Sim, plenamente
- ☐ Sim, satisfatoriamente
- ☐ Sim, precariamente
- ☐ Não
- ☐ Não sei opinar

28 - Existe em seu Câmpus uma coordenação pedagógica específica para o PROEJA?

- ☐ Sim
- ☐ Não

29 - Se existe, ela é atuante?

- ☐ Sim, plenamente
- ☐ Sim, satisfatoriamente
- ☐ Sim, precariamente
- ☐ Não
- ☐ Não sei opinar

30 - Acrescente aqui algo que você gostaria de mencionar e que não teve oportunidade neste questionário:

Muito Obrigado!